

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA

SUZYELAINE TAMARINDO MARQUES DA CRUZ

**JUVENTUDE E VIOLÊNCIA NA COMPREENSÃO DE JOVENS: UM
ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Vitória

2016

SUZYELAINE TAMARINDO MARQUES DA CRUZ

**JUVENTUDE E VIOLÊNCIA NA COMPREENSÃO DE JOVENS: UM
ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edinete Maria Rosa

Co-orientadora: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho

Vitória

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C957j Cruz, Suzyelaine Tamarindo Marques da, 1991-
Juventude e violência na compreensão de jovens : um
estudo sobre representações sociais / Suzyelaine Tamarindo
Marques da Cruz. – 2016.
189 f.

Orientador: Edinete Maria Rosa.
Coorientador: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Psicologia social. 2. Representações sociais. 3.
Juventude. 4. Jovens e violência. I. Rosa, Edinete Maria. II.
Coutinho, Sabrine Mantuan dos Santos, 1979-. III. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. IV. Título.

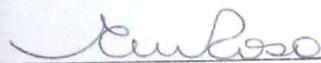
CDU: 159.9

SUZYELAINE TAMARINDO MARQUES DA CRUZ

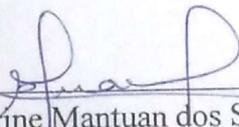
**JUVENTUDE E VIOLÊNCIA NA COMPREENSÃO DE JOVENS: UM ESTUDO
SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.

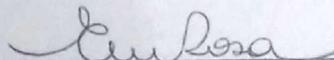
Aprovada em 15 de abril de 2016, por:



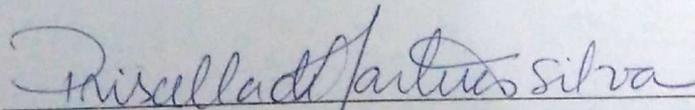
Prof. Dra. Edinete Maria Rosa
Orientadora
Universidade Federal do Espírito Santo



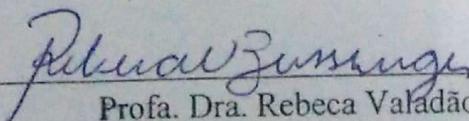
Prof. Dra. Sabrina Mantuan dos Santos Coutinho
Co-orientadora
Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Daniel Henrique Pereira Espíndula
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Prof. Dra. Priscilla de Oliveira Martins-Silva
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dra. Rebeca Valadão Bussinger
Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico este trabalho aos meus avós, Elizabete e Arcênio (em memória), que não tiveram a oportunidade de chegar ao Ensino Superior, mas fizeram o possível para que eu chegasse até aqui.

Agradecimentos

A Deus, por guiar o meu caminho e me ajudar a realizar os meus sonhos.

À minha amada avó, Elizabete, meu maior exemplo de dedicação e amor. Que me incentivou a iniciar o mestrado apesar da distância e da saudade. Obrigada por ser o meu apoio.

Ao meu avô, homem guerreiro que me ensinou o valor da honestidade e do trabalho. À minha mãe, que eu gostaria muito de ter ao meu lado, mas sei que onde quer que esteja olha por mim.

A todos os meus familiares que me apoiaram ao longo da minha vida e me cercaram de amor e proteção, especialmente a tia Elizete, tia Selma, tia Graci, tio Santo e tia Ivoneide, que me acolheram não só em seus lares, mas nos seus corações, me recebendo como uma filha. Aos meus tios e tias que mesmo distante se fazem presentes em minha vida e me incentivam a estudar, e ao meu pai Luiz, pelo apoio.

Ao meu companheiro de todas as horas, Victor, pela compreensão e pelo carinho. Obrigada por estar ao meu lado sempre, por me ajudar nas horas que mais preciso, e principalmente por entender minhas escolhas de vida, que algumas vezes nos distanciaram. Aos meus primos e primas, em especial Saara, pela amizade e pelos momentos que desde criança compartilhamos.

Agradeço à tia Socorro, querida tia que Deus colocou na minha vida, obrigada pelo carinho, por transmitir a sua fé por onde passa e por ter me dado uma irmã e companheira.

A Daniel Espíndula, querido incentivador, que tem me acompanhado desde a graduação e que me dá a honra de tê-lo em minha banca de defesa. Sou grata pelos seus ensinamentos.

Aos meus queridos amigos, especialmente Larissa e Toninho pelo companheirismo diário e por terem sido a minha família longe de casa. Lis e Samara obrigada pelo carinho e pelo nosso quarteto que ultrapassou os muros da Universidade. Aos meus amigos de PIBIC, em especial Sâmella e Mariana, que mesmo com a distância estão sempre dispostos a ajudar quando alguém precisa. Marcelo, Diana, Joana e Carol Biasutti, obrigada pelas boas conversas e pelo carinho. Aos meus colegas do Necriad, obrigada pelas discussões em grupo e pelas trocas de conhecimentos e afeto.

À Edinete Maria Rosa, minha querida orientadora, obrigada pelo carinho, pela atenção, pelas conversas que não se restringiam ao tema da dissertação, pela paciência e, principalmente, pelo cuidado que teve comigo ao longo desses dois anos. Lembrarei sempre de você com muito amor.

À Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho, quem tive o imenso prazer de ter como co-orientadora. Sua orientação foi essencial para a realização deste trabalho e me ensinou muitas coisas importantes para a vida pessoal e profissional. Sua doçura e sua paciência tornam cada momento ao seu lado muito engrandecedor.

Aos colegas da pós-graduação, pelas conversas, risadas e angústias compartilhadas. Aprendi muito com cada um de vocês.

Aos professores do PPGP obrigada por compartilhar um pouco do conhecimento de vocês. Às professoras Zeidi e Cristina pelas leituras e discussões nas aulas sobre a Teoria das Representações Sociais. Ao professor Paulo, que também me ensinou muito. A Lúcia e Arin que sempre me atenderam com muita atenção.

Às queridas Isabele, Beatriz e Alessandra, que contribuíram muito para que as coletas de dados fossem realizadas. A todos os participantes deste estudo, pelo tempo dedicado à pesquisa. Obrigada por compartilharem um pouco da história de vida e do conhecimento de cada um de vocês.

À professora Priscilla Martins pela oportunidade de trocas de ideias e pelas contribuições dadas desde a qualificação.

À Rebeca Bussinger, querida, muito obrigada por ter participado da minha defesa. As suas contribuições foram recebidas com muito cuidado e todas foram enriquecedoras.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me possibilitou realizar o mestrado com dedicação exclusiva durante esses dois anos.

Resumo

Cruz, S. T. M. (2016). Juventude e violência na compreensão de jovens: um estudo sobre Representações Sociais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES.

Objetivou-se compreender as representações sociais de violência e suas relações com a juventude para jovens. Para a coleta utilizamos dois instrumentos: questionário com questões sociodemográficas e de associação livre; e roteiro de entrevista semiestruturada. 308 jovens universitários responderam ao primeiro instrumento e 14 ao segundo. Os participantes foram abordados em instituições superiores de ensino da cidade de Vitória/ES. A representação de jovem foi ancorada na percepção tradicional de juventude. A juventude foi caracterizada como um período de preparação para o futuro, no qual os jovens dispõem de certa liberdade para fazer quase tudo que desejam, desde que não esquecem suas obrigações. As falas expressam o jovem autor de violência objetivado na figura do menino negro, morador da favela, que condiz com o estereótipo do criminoso exposto nos noticiários. As estratégias preventivas apontadas foram direcionadas aos jovens de classes populares. Investir na qualidade educacional foi a principal estratégia citada para impedir que o jovem ingresse em caminhos que levem à violência.

Palavras-chave: Psicologia social; representações sociais; juventude; violência.

Abstract

This study sought to comprehend the social representations of violence and their relationships with youth for young people. Two instruments were used for data collection: a questionnaire composed by free association as well as sociodemographic questions; and a semi-structured interview model. 308 young university students answered to the first instrument and 14 answered to the latter. The participants were approached in institutions of higher education located in Vitoria/ES. The representation of young people was anchored by the traditional perception of youth. Youth was characterized as a period of preparation for the future in which young people have a certain freedom to do almost everything they desire, as long as their obligations are not denied. The testimonies express and objectify a young person that commits violence in the figure of a black boy who lives in a slum area, matching the stereotype of criminals featured in the news. The prevention strategies identified were directed to young people of low income class. Investing in educational quality was the main strategy cited to avert young people from engaging in paths that lead to violence.

Keywords: Social Psychology; social representations; youth; violence.

Lista de Figuras

- Figura 1** - Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo masculino acerca do tema indutor Jovens 59
- Figura 2** - Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino acerca do tema indutor Jovens 60
- Figura 3**- Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo masculino acerca do tema indutor Juventude 69
- Figura 4**- Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino acerca do tema indutor Juventude 71
- Figura 5**- Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo masculino acerca do tema indutor Violência 82
- Figura 6**- Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino acerca do tema indutor Violência 84
- Figura 7**- Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo masculino acerca do tema indutor violência na juventude 92
- Figura 8**- Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino acerca do tema indutor Violência na Juventude 95

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização dos participantes	54
Tabela 2 - Caracterização dos participantes das entrevistas	57

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Fundamentação Teórica.....	15
2.1. Notas sobre a Juventude.....	15
2.2. Introduzindo o objeto de estudo: Considerações sobre a violência e suas implicações para a população jovem.....	21
2.3. A Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para o estudo da relação entre violência e juventude.....	35
3. Objetivos.....	43
Objetivo Geral.....	43
Objetivos Específicos.....	43
4. Método.....	43
Participantes.....	44
Instrumentos.....	45
Procedimento de Coleta dos Dados.....	48
Procedimentos de Análise e Interpretação dos dados.....	49
5. Avaliação ética de riscos e benefícios.....	51
6. Resultados e Discussão.....	52
6.1. Caracterização dos participantes.....	53
6.2. Discursos sobre o ser Jovem e a Juventude.....	58
6.3. A Violência e a Violência na Juventude.....	82
6.4. Estratégias Preventivas e/ou de enfrentamento.....	111
6.5. Experiências vivenciadas.....	134
6.6. Violência envolvendo jovens nos locais de moradia.....	144
7. Considerações Finais.....	153
Referências.....	162
Apêndices	179

1. Introdução

A violência já é objeto de estudo de diversas áreas há muito tempo, o que não torna o seu estudo obsoleto ou simples, pois se trata de um tema atual e relevante nos debates acadêmicos e nas propostas políticas. No entendimento de Minayo e Souza (2003), a violência, pelo horror e desestabilidade que causa na sociedade brasileira, tomou lugar nas nossas salas de visitas e expõe o Brasil de forma negativa perante outros países que conseguem sociabilidades menos conflituosas. A violência é apontada como um dos problemas atuais da humanidade para os quais as ciências continuam sem respostas e sem formulações (Minayo, 2010).

Ao associá-la à juventude, percebemos, a partir das estatísticas, que essa tem sido apontada nos últimos anos como uma das principais causas de morte e vulnerabilidade de jovens (Pires & Miyazaki, 2005; Gontijo, Alves, Paiva, Guerra & Kappe, 2010; Oliveira & Rosa, 2010; Costa, 2011; Lopez & Moreira, 2013a, 2013b; Waiselfisz, 2013a, 2013b, 2014). Tendo isso em vista, o presente estudo versa sobre as representações sociais de jovens a respeito da violência e da associação deste fenômeno com a juventude.

O aumento das taxas de mortalidade juvenil por causas externas vem sendo observado no Brasil desde a década de 1980, como alerta Waiselfisz (Waiselfisz, 1998, 2007, 2013b, 2014), o que torna relevante o estudo da violência que envolve a população jovem. A literatura sobre a violência e a juventude apresenta uma série de estudos relatando a importância de se pesquisar a situação de vulnerabilidade vivenciada por muitos jovens e a necessidade de modificá-la. No entanto, notou-se que poucos estudos enfatizam a visão de jovens universitários sobre a violência sofrida e praticada pelos próprios jovens ou identificam os fatores que eles próprios julgam como preventivos. Pensando na experiência juvenil como sendo dotada de valor de experiência e sentido pessoal que está para além do período de preparação para a fase adulta, instigou-nos conhecer as representações forjadas

sobre o jovem e a juventude, por universitários, uma vez que à Universidade foi atribuída, historicamente, a função de preparar o jovem para ingressar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na vida adulta. Assim, tentar compreender como universitários – jovens que socialmente são representados como aqueles que correspondem às expectativas sociais positivas e tradicionais a respeito da juventude-, além de expor como os mesmos compreendem a si e ao grupo do qual fazem parte, pode contribuir teoricamente na compreensão de como a elaboração das representações de si podem ser influenciadas pelos discursos elaborados socialmente.

Nesse sentido, na tentativa de contribuir com novos debates sobre o tema a ponto de subsidiar intervenções que busquem sua redução, utilizaremos a Teoria das Representações Sociais como suporte teórico-metodológico, pois a mesma já foi utilizada em outros momentos no estudo da temática e mostrou-se capaz de trazer contribuições relevantes na compreensão do fenômeno da violência (Santos, Almeida, Mota & Medeiros, 2010; Assis, 2013; Procópio, Feliciano, Silva & Katz, 2014; Krause, Torche, Velásquez & Jaramillo, 2014).

A fundamentação teórica foi pensada de modo a comportar maior compreensão do assunto abordado pela presente pesquisa a partir da interlocução com diferentes autores e teorias. O primeiro tópico visa contextualizar as discussões envolvendo a juventude, abarcando os conceitos já forjados tanto pela Psicologia como por outras áreas afins, como, por exemplo, a Sociologia, estudos que tiveram o jovem e a juventude como foco, a relação dos jovens com as redes sociais e as normatizações legais a respeito da juventude. O segundo tópico visa expor conceitos e conhecimentos sistematizados sobre a violência, com um olhar mais atento aos estudos envolvendo a violência na juventude. Em um terceiro momento, explanaremos conceitos relevantes sobre o referencial teórico utilizado nas análises do presente trabalho: a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici.

No item Método serão expostos os caminhos metodológicos percorridos para alcançar os objetivos do estudo. Os resultados encontrados e as discussões serão apresentados em três tópicos, que abarcarão: a compreensão sobre os jovens e a juventude; compreensões sobre a violência e a violência na juventude. Ao final apontaremos as considerações finais do trabalho.

2. Fundamentação Teórica

Esta seção do trabalho destina-se a apresentar conceitos importantes sobre a construção do objeto de estudo – a violência na juventude. Para tanto, traremos algumas considerações conceituais que ajudarão o leitor a compreender o que entendemos por juventude, violência e representações sociais.

2.1. Notas sobre a construção social da juventude

Definições de Juventude

A Organização Mundial da Saúde caracteriza os jovens como pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade (WHO, 1986). O Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) considera que pessoas entre 15 e 29 anos estão vivenciando a juventude. É comum a associação entre juventude e adolescência, assim, a juventude é também carregada de representações estereotipadas ao se referirem a tal segmento populacional como caracterizado por comportamentos naturalizados, condições e obrigações pré-determinadas, tal qual a adolescência é categorizada (Valadão, 2013). As demarcações etárias da juventude variam de acordo com o contexto, mas de modo geral, como expressa Goes-Piazzarollo (2015), apesar das perspectivas que enxergam a juventude como um fenômeno natural delimitado por uma faixa etária específica, a mesma é compreendida como um momento de transição e de preparação para o exercício de funções sociais da vida adulta.

As mudanças no mundo do trabalho na segunda metade do século XIX possibilitaram a construção social da juventude tal qual conhecemos hoje, delimitando-a como o período intermediário do desenvolvimento entre a infância e a idade adulta (Menandro, Trindade & Almeida, 2010; Pais, 2009; Oliveira, 2015). Segundo Menandro, Trindade e Almeida (2010), a adolescência/juventude foi sendo construída a partir das demandas emergentes das transformações sociais ocasionadas pelas novas formas de trabalho capitalistas, demandando

um tempo maior de preparo dos *meninos* para o exercício de certos ofícios, o que suscitou um aumento do período escolar e da dependência financeira dos pais.

Neste contexto, a necessidade de uma preparação profissional prolongada, no período da industrialização, acabou por ocasionar o prolongamento da tutela familiar sobre os adolescentes, forçando a busca por perspectivas que delimitassem um novo período intermediário entre infância e idade adulta, a juventude (Menandro, Trindade & Almeida, 2010; Peralva, 2007; Abramo, 2008; Cassab, 2011). A juventude passa a ser caracterizada como um período de escolarização e especialização para o trabalho, restringido aos jovens das classes média e alta (Oliveira, 2015).

Waiselfisz (2014) diferencia adolescência e juventude, afirmando que a adolescência, que também é uma construção social e histórica, é caracterizada, notoriamente, por transformações a nível biológico, cognitivo e da personalidade, pela proximidade com a puberdade, considerada um marco delimitador do início da adolescência; não obstante, a juventude seria uma categoria “essencialmente sociológica, que remete ao processo de preparação para o indivíduo assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional” (Waiselfisz, 2014, p.14).

Grosso (2000; 2006) aborda a juventude como uma categoria social, uma fase que sucede a adolescência, sendo que esta está mais próxima da infância e essa mais próxima à idade adulta ou à maturidade. Esta maturidade liga-se justamente a este momento do curso da vida em que se dá o contato e a preparação do indivíduo em relação às esferas sociais para além do núcleo familiar (Grosso, 2006). Tal categoria, de acordo com Santos, Almeida, Mota e Medeiros (2010), começou a receber atenção dos pesquisadores a partir do século XX, entretanto, havia a tendência a considerar os jovens como problemáticos ou como difíceis de lidar (Abramo, 1997).

Na Psicologia, a concepção de Stanley Hall foi hegemônica na Psicologia durante muito tempo (Ozella, 2003) e, embora estas primeiras teorias sobre a adolescência/juventude não tenham sido totalmente esquecidas ou abandonadas nem pela comunidade científica nem pelo senso comum, há algum tempo já vem surgindo estudos, sobretudo os de cunho sociológico, que tentam entender a juventude e a adolescência em função das suas experiências de vida, que se relacionam à sua condição socioeconômica, cultural, étnica e escolar (Menandro, Trindade & Almeida, 2010).

Podemos citar os estudos da antropologia social e da psicologia sócio-histórica, que trouxeram novas contribuições para o entendimento da juventude como uma categoria marcada não somente por fatores biológicos e psicológicos, mas, sobretudo, por fatores sociais e culturais, como apontam Aguiar, Bock e Ozella (2001):

[...] o jovem não é algo por ‘natureza’. Como parceiro social, está ali, com suas características, que são interpretadas nessas relações; tem, então, um modelo para sua construção pessoal. Construídas as significações sociais, os jovens têm e estão a referência para a construção de sua identidade e os elementos para a conversão do social em individual (p. 168).

Partindo desta perspectiva, Bock, Furtado e Teixeira (2008) ponderam que a juventude pode ser considerada fruto da estrutura socioeconômica e cultural. Assim, é importante pensá-la para além da cronologia e considerar os demais fatores que influenciam e ajudam a construir socialmente e historicamente a juventude.

Pappámikail (2010) trata a juventude como uma “condição duplamente etária e cultural” (p. 398), marcando as variantes sociais que interferem na forma como a concebemos. Segundo ela, a condição juvenil é um processo de mudança que, na sociedade moderna ocidental, é legitimado como período para socialização, interação e aprendizagem, rumo a uma preparação para a vida adulta. Segundo a autora, para pensar a juventude como

uma categoria sociocultural é válido considerar os aspectos simbólicos, culturais e fisiológicos do desenvolvimento, já que hoje “*crece-se mais cedo, mas emancipa-se cada vez mais tarde*” (p. 398).

Esse prolongamento da juventude, observado quando consideramos jovens de classe média e alta, ocorre, sobretudo, por transformações culturais, pela universalização do acesso à escola e a extensão das carreiras escolares, à velocidade e instantaneidade dos meios de comunicação, transformações no mercado de trabalho e conseqüente adiamento da saída da casa dos pais, da procriação e do casamento (Pais, 2009; Pappámikail, 2010). Estudo intergeracional apresentado por Pappámikail (2004) sobre representações de pais e filhos sobre o apoio familiar às transições para a vida adulta, abordou o modo como vem se configurando a juventude europeia, caracterizada pela extensão das trajetórias escolares e pelo progressivo adiamento dos processos de emancipação dos jovens da família. Os resultados apontaram as famílias como apoiadoras dos filhos, que foram encarados em alguns casos como projetos de realização dos pais. O modelo de desenvolvimento individual ideal que perpassava as falas de pais e filhos coloca a qualificação e a realização profissional como centro, o que acarreta no adiantamento do processo de emancipação dos jovens (Pappámikail, 2004).

Cabe ressaltar que a socialização não é a mesma para todos os jovens pertencentes às mesmas classes ou países, como disse Groppo (2000): “cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é ‘ser jovem’, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes” (p. 15). Assim, entende-se que as relações estabelecidas no bojo social interferem diretamente no modo como os mesmos vivenciam o período, havendo uma multiplicidade de juventudes (Menandro et al., 2003; Groppo, 2006; Pappámikail, 2010).

O gênero, por exemplo, é uma variável relevante no que diz respeito à escolarização, acesso ao mercado de trabalho, e ao envolvimento e vitimização de jovens em episódios violentos (Kliksberg, 2006; Pappámikail, 2010; Waiselfisz, 2014). O nível socioeconômico é outra variável que deve ser considerada, uma vez que jovens de estratos mais baixos, por exemplo, tendem a estudar menos e a ingressar mais cedo no mercado de trabalho; enquanto os jovens de classes mais abastadas, conseguem prolongar os estudos em prol de uma qualificação para se preparar melhor para o mercado de trabalho (Kliksberg, 2006).

Os modelos de juventude, além de se relacionarem a aspectos como gênero, raça, nacionalidade e classe social, vinculam-se a contradições culturais e rupturas históricas e sociais, fazendo com que haja uma multiplicidade de juventudes, embora possa haver uma que ocupe a posição hegemônica, podendo se tornar um modelo a ser seguido em cada cultura. Na sociedade ocidental, por exemplo, o modelo de juventude a ser seguido expressa as ideologias das classes média e alta.

Dlamini (2015) assinala que em vários países o status dos jovens oscila entre as categorias de “encrenqueiros transviados, ativistas políticos e agentes de transformação” (p. 1231). O autor exemplifica o status ambíguo dos jovens e sua participação comunitária citando um estudo anterior, que relacionava juventude e identidade política na África do Sul, e apontava os jovens, ora como fundamentais na luta contra o apartheid, ora como praticantes de violência (Dlamini, 2008). Dlamini (2015) pontua que o despreparo dos jovens para lidar com a crise econômica da África do Sul e com o desemprego deu margem para que a mídia os rotulasse de “geração perdida”.

É a noção de juventude construída socialmente em meio a um cenário econômico, cultural e histórico que estamos adotando neste trabalho, não como uma etapa transitória e universal. Compreendendo este processo de maturação não apenas como sendo o que não é adolescência e o que não é adultez, e sim como um momento da vida que está ligado a outros

momentos, o que não significa que é um momento exclusivo de preparação para a vida adulta (Ozella, 2003b; Menandro, Trindade & Almeida, 2010). Como bem disse Soares (2000), ao desconsiderar a juventude como simplesmente uma fase da vida

O que se quer afirmar é que a concepção de juventude como um tempo de transição deve ser re-elaborada a partir da consideração de que toda a vida do ser humano se desenvolve entre transições e que, apesar disso, cada etapa, cada momento, ‘cada transição’ tem seu sentido próprio e, sobretudo, suas expectativas próprias (p. 83).

Posto isso, pode-se dizer que pensar a juventude como um tempo de transição é encará-la como um momento autônomo, repleto de sentido e significado próprios, não somente como uma fase de preparação para a fase seguinte.

Grosso (2015) indica que as teorias sociológicas sobre a juventude desenvolvidas a partir da década de 70 do século XX são consideradas pós-críticas, por relativizar a noção da juventude como uma fase exclusiva de transição para a vida adulta por meio da socialização secundária. O autor destaca duas tendências das teorias pós-críticas: a primeira questiona a possibilidade de conhecer a realidade social como um todo, visto que homens e mulheres circulam em diversos grupos e assumem e recriam papéis e identidades fluidas e transitórias; a segunda contesta a noção de que a socialização é uma via de mão única em que gerações mais velhas educam as mais novas, pois a socialização moderna é flexível, líquida e reflexiva.

Por fim, compartilhamos neste estudo das ideias de Carrano (2011), que afirma a necessidade de encarar a juventude como tendo um valor próprio, não somente como uma etapa de transição, mas como um momento do ciclo da vida no qual a pessoa é agente do seu destino e capaz de realizar as suas próprias escolhas biográficas, não somente um ser à espera da idade adulta.

2.2.Introduzindo o objeto de estudo: Considerações sobre a violência e suas implicações para a população jovem

Não existe uma única definição de violência que contemple toda a complexidade que o fenômeno abriga. Assim, para fazer uma reflexão crítica sobre o tema sem reduzi-lo, tentaremos expressar algumas vertentes de estudo, dentre as quais destacaremos a vertente psicossociológica, por ser a que mais se adequa às visões que partilhamos.

Foi a partir da década de 70 do século XX que a violência deixou de ser um tema exclusivo da área jurídica e passou a ser investigado pelas áreas da saúde e das ciências sociais, sendo considerada ainda hoje como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo (Gontijo, Alves, Paiva, Guerra & Kappel, 2010). No panorama jurídico, a violência relaciona-se à transgressão das normas, regras e leis estabelecidas na sociedade, e o indivíduo violento é aquele que infringe tais normas e põe em risco a vida em comunidade (Chauí, 1999).

Em detrimento da posição jurídica, Minayo (2007) trata o tema sob o prisma da saúde, afirmando que a violência afeta a saúde individual e coletiva e exige, para sua prevenção e enfrentamento, formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares ao setor. Nessa perspectiva, pode ser conceituada como ações humanas que afetam a integridade física, moral, psicológica ou espiritual de outros seres humanos, podendo ou não os levar à morte; pela sua pluricausalidade, seria mais adequado falar em violências (Minayo & Souza, 1998).

Para além dos efeitos na saúde dos indivíduos, a violência é fruto de ações humanas e afeta toda a conjuntura social. Nesse sentido, no nível das relações sociais, ela se manifesta nas ações humanas ou de objetos humanizados, dirigindo-se não somente a um corpo humano, mas ao seu existir social, como demonstra Souza (2004). Para o autor, a violência é uma expressão da intolerância e da exclusão política e social na qual “uns são submetidos

a um processo de assujeitamento e coisificação por parte de outros, onde uns são exterminados por outros” (p. 58).

Apesar de cada área científica enfatizar um aspecto diferente do fenômeno, para Costa (2011) alguns elementos consensuais podem ser observados na definição da violência, como, por exemplo: a noção de coerção, força ou dano produzido em indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes a determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia.

Caram (1978) considera a violência como um ato, que pode ser enquadrado nas relações interpessoais diretas, e como um estado, que não se reduz ao quadro das relações diretas, mas é bem mais complexo por conta da interdependência das situações de violência, ou seja, ela está enquadrada nas relações sociais. Assim, para o autor, tentar definir e estudar a violência vai para além da observação do ato em si, havendo a necessidade de tentar analisar a complexidade do estado de violência. Para ele, “a violência individual torna-se apenas uma pálida sombra de toda violência socialmente organizada, enquanto mantenedora de uma situação injusta” (Caram, 1978, p. 11), já que as instituições, como defensoras do bem comum e da justiça, algumas vezes, usam uma violência abusiva que, por ser oculta, é sempre justificável, legalizada e ilimitada. “A violência pode ser chamada de um estado, onde assume vários papéis, tem inúmeras causas e se encontra submergida em vários domínios” (p. 13)

Valesan (2015) partilha da ideia de que a violência na vida social não é um fato que pode ser explicado e compreendido pela ação isolada das pessoas, seus temperamentos, irascibilidade ou pelo uso de substâncias psicoativas, pois

A violência torna-se uma linguagem cujo uso é validado pela sociedade, quando esta se omite na adoção de normas e políticas sabidamente capazes de oferecer alternativas de mediação para os conflitos que tencionam a vida cotidiana, aprofundam as desigualdades e promovem injustiças visíveis. A tradição de impunidade, a lentidão dos processos judiciais e o despreparo do aparato de investigação policial são fatores que se somam para sinalizar à sociedade que a

violência é tolerável em determinadas condições, de acordo com quem a pratica, contra quem, de que forma e em que lugar” (Valesan, 2015, p. 10).

Chauí (1980; 2003) defende que a violência estaria no ato de usar da força contra outro ser ou contra a vontade e a liberdade de alguém; violar a natureza de alguém ou algo socialmente valorizado; a transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; ato de brutalidade, crueldade e abuso físico e/ou psíquico contra alguém. Compreende-se, assim, as próprias leis e regras estabelecidas socialmente como agentes de ordem violenta a serviço da manutenção de uma determinada ordem social, sendo a violência fruto de relações hierárquicas de poder.

Atenta às questões políticas e sociais, Hannah Arendt (2009) difere um pouco da ideia de Chauí no momento em que defende a tese de que a violência não pode ser entendida como atrelada ao poder, uma vez que este seria inerente a toda e qualquer comunidade política e fruto da união dos homens; assim, a violência, considerada um ato racional, surgiria na ausência do poder, destruindo-o, não como fruto de relações de poder.

A compreensão de que a violência está em todo lugar e pode caracterizar relações intersubjetivas e sociais, sendo fruto de relações humanas que ocorrem em determinado período de tempo, imersa na sociedade, guia o nosso panorama de estudo e serve como norteadora para a nossa compreensão sobre os dados obtidos.

Compartilhamos do pensamento de Caram (1978) quando afirma que a violência é sempre um fator histórico, pois relaciona-se profundamente com as condições históricas e sociais predominantes e suas raízes chegam até a vida de cada homem que em alguns casos, beneficia-se da própria violência que condena. A violência, portanto, é dúbia, contraditória, por vezes explícita, por vezes sutil, porém difícil de ser explicada por quem a pratica ou por quem a observa. Na violência, os autores e as vítimas se confundem pelo seu caráter relacional e histórico. Assim, não devemos buscar suas causas só no indivíduo nem só na

sociedade, mas na relação entre eles, visto que indivíduo e sociedade constroem-se mutuamente.

Sobre os jovens e a associação com a violência

Em 1997, Helena Abramo teceu um estudo sobre as “tematizações sociais da juventude no Brasil”, sinalizando o aumento dos noticiários a respeito de jovens principalmente no que se referia aos problemas sociais, como “violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas” (Abramo, 1997, p. 25). A autora argumenta que, ao longo dos anos, à juventude foi atribuída uma série de atitudes de contenção, intervenção ou salvação, uma vez que os jovens eram olhados com certo medo.

Na Roma antiga a juventude era considerada como o período de vida entre 35 e 40 anos, o que se devia ao interesse na continuação da submissão dos filhos aos pais e no controle social sobre os jovens, pois a juventude era considerada como um momento potencialmente perigoso (Cassab, 2011). Cassab (2011) aponta que, na Idade Média a juventude, dos 21 aos 35 anos, era frequentemente associada à desordem e descrita como turbulenta, violenta e perigosa. Ao citar os estudos de Rossiaud (1991) sobre prostituição na Idade Média, a autora afirma que entre 1436 e 1486 os jovens participaram de 85% do total de agressões sexuais contra mulheres, e que a maioria dos casos ocorria coletivamente. Dessa forma, o papel cabível à sociedade seria o de disciplinar estes jovens. Foi a partir do século XVII que a percepção de juventude semelhante à que mais se difundiu atualmente começou a ser pensada:

A juventude é percebida como uma etapa da vida na qual os indivíduos possuiriam uma maneira própria de ver, sentir e reagir – características que seriam específicas dos jovens.

A partir desse momento, a juventude é identificada como um período específico da vida,

em que se desfruta de certos privilégios. Um momento entre a maturidade biológica e social. Com a industrialização, os jovens, filhos da burguesia, são liberados do trabalho. Entende-se esse período como uma transição, durante o qual o indivíduo deve se preparar para a vida adulta, sendo permitido o tempo livre, o descompromisso, o não-trabalho. Caberia a esses jovens o estudo e o preparo para uma profissão (Cassab, 2011, p. 151).

Vale ressaltar que a oportunidade de estudar e adiar as responsabilidades da vida adulta não eram destinadas a todas as classes sociais, apenas aos jovens da burguesia. Os jovens de classe baixa não tinham o direito de não-trabalhar, a eles era destinado o trabalho nas fábricas, que se iniciavam desde a infância (Cassab, 2011). Na passagem do século XIX para o século XX os jovens operários passam a ser associados diretamente a emoções violentas, instabilidade emocional e curiosidade sexual e, assim, tornam-se alvo de repressão e controle do ambiente de trabalho e da polícia, uma vez que não estavam submetidos aos controles das instituições de ensino como estavam os jovens burgueses (Cassab, 2011). O jovem na sociedade capitalista, conforme Cassab (2011), era alvo de vigilância, disciplinarização e socialização, tudo isso a fim de prepara-lo para a adultez.

No Brasil, segundo Abramo (1997), os jovens também foram associados à transgressão e necessitados de contenção e cuidados dos adultos, que deveriam conduzi-los a uma integração sadia à sociedade. A autora traz imagens de como a juventude era enxergada desde a década de 60 e 70 do século XX - como ameaçadores da ordem social, política e moral, devido aos movimentos estudantis. Na década de 1980, a juventude aparece como patológica, individualista e indiferente, o que foi reforçado pelos estudos científicos e na década de 1990, os jovens aparecem como rebeldes pela associação com gangues, galeras e arrastões, por exemplo (Abramo, 1997). Tais estudos (Abramo, 1997; Cassab, 2011) servem para ilustrar que há muito tempo a juventude vem sendo enxergada sob a luz dos

problemas sociais ou como um possível problema social, pois, conforme aponta Valadão (2013), a mesma era tematizada como parte isolada da sociedade e produtora de males, mas não como um produto das relações sociais.

A juventude começou a receber atenção dos governantes brasileiros há pouco tempo. Abramo (1997) afirmou que, no Brasil, nunca existiu uma tradição de traçar políticas públicas específicas para a população jovem que ultrapassassem às voltadas à educação formal. Para Valadão (2013), a juventude só é objeto de ação quando representa perigo, portanto as políticas destinadas a este público não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade juvenil, mas como um aspecto de uma questão, ou uma problemática social.

O que observamos no estudo de Taquetti (2010) é que a violência juvenil no Brasil, considerada como um problema público, é o principal fator desencadeante de proposição de ações públicas ao público jovem. Ela cita que o aumento da violência juvenil associado à deflagração de casos de violência de repercussão nacional envolvendo jovens, como o assassinado do índio Galdino por jovens de classe média em Brasília, a chacina de adolescentes na igreja da Candelária no Rio de Janeiro, e diversos episódios de rebeliões de adolescentes em instituições de internação, são elementos importantes para a formação de opiniões pública acerca da juventude.

Segundo Assis e Constantino (2003), na década de 70 do século passado o “menor institucionalizado” ocupava os centros dos debates; na década de 80, as discussões acompanhavam o agravamento da crise urbana e a multiplicação dos debates sobre a situação das crianças no país, o que culminou com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Estatuto da Juventude (Lei 12.852) data de 2013 e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas destinadas a este público. Como já falamos anteriormente, o estatuto considera como jovens pessoas inseridas na faixa etária entre 15 e

29 anos, sendo que para as pessoas entre 15 e 18 anos (inseridas na faixa etária legal que delimita a adolescência) o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deve ser aplicado e o Estatuto da Juventude (EJ) só será levado em conta quando não conflitar com as normas de proteção integral pregadas pelo ECA.

O EJ tem como princípios básicos: a promoção da autonomia, inclusão e liberdade de participação do jovem na sociedade; valorização e promoção da participação social e política; promoção da criatividade e da participação do jovem no desenvolvimento do país; reconhecimento dos mesmos como sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares; promoção do bem-estar, experimentação e desenvolvimento integral; respeito à identidade individual e coletiva; promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e valorização do diálogo e convívio do jovem com as outras gerações (Brasil, 2013).

As diretrizes sobre o Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça ressalva o direito de todos os jovens de viverem em um ambiente seguro, sem violência e que assegure a sua integridade física e mental, proporcionando-lhes igualdade de oportunidades e facilidades para o seu aperfeiçoamento intelectual, social e cultural (Brasil, 2013). A prevenção e o enfrentamento da violência aparecem como prioridades das políticas públicas de segurança voltadas aos jovens, sejam elas nacionais, estaduais e municipais.

Em se tratando da relação entre violência e juventude, é possível perceber que, tanto no Brasil quanto no mundo, o número de pesquisas focando a violência sofrida e praticada por jovens é crescente, e diversos estudos seguindo a abordagem psicossociológica das representações sociais já foram desenvolvidos. O bullying, por exemplo, tem ganhado espaço nas últimas três décadas no que se refere à violência entre os jovens e adolescentes no ambiente escolar (Martins, 2005; Gómez et al., 2007; Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009; Malta, Prado, et al., 2014; Malta et al., 2014). Santos, Cabral-Xavier, Paiva e

Leite-Cavalcanti (2014), por exemplo, investigaram a prevalência e os tipos de bullying em escolares brasileiros de 13 a 17 anos e reportaram que 23,6% dos alunos pesquisados foram vítimas de bullying no ano da pesquisa, sendo a vitimização mais frequente em meninos, que sofreram mais bullying de uma forma física, enquanto que as meninas foram mais vítimas da forma verbal e da exclusão, que são formas menos visíveis e percebidas.

A violência nas relações de namoro também tem chamado a atenção dos pesquisadores, denunciando a prevalência e gravidade do fenômeno, como exemplo, os trabalhos de Nascimento e Cordeiro (2011). Vale ressaltar que, alguns estudos na área vêm apontando para a legitimação da violência nas relações íntimas e minimização dos seus efeitos quando não se atrelam à violência física, apontando ainda para uma violência baseada no gênero (Nascimento & Cordeiro, 2011; Minayo, Assis e Njaine, 2011; Moura, 2012).

A violência como algo banalizado não se resume à violência no namoro, mas é um ponto comum a diversos estudos que tiveram os jovens como sujeitos (Almeida, Santos & Trindade, 2002; Campos & Guimarães, 2003; Almeida, Santos, Diniz & Trindade, 2006; Guimarães e Campos, 2007; Santos et al., 2010). Tal banalização é caracterizada por Guimarães e Campos (2007) pela legitimação do uso da agressão como forma de regulação ou resolução de conflitos de interesses e no reconhecimento da violência somente nos casos em que ocorre agressão física.

Outra característica que tem sido constatada no estudo com jovens é a menção às características individuais para justificar a violência praticada ou sofrida, exemplificada nos estudos de Assis (1999), Machado (2003), Matos, Machado, Caridade e Silva (2006), Santos e Aléssio (2006) e Guimarães e Campos (2007). Assis (1999), por exemplo, investigou os motivos que levam o jovem à infração nos níveis estrutural, sociopsicológico e individual, refletindo que as múltiplas determinações são responsáveis pelas ações cometidas pelos

jovens, e que a realidade social vivenciada soma-se às capacidades individuais para possibilitar a prática da violência (Assis & Constantino, 2003).

Autores como Minayo e Deslandes (1998) e Waiselfisz (2014), ao refletirem sobre as relações entre exclusão social e violência, sobretudo sobre a relação entre pobreza, marginalidade e violência, enfatizam a vitimização dos jovens menos favorecidos quando comparados aos jovens de classe média e alta, porém a sociedade atribui grande parte da violência à parcela menos favorecida da sociedade, ainda que haja a inconsistência em relacionar diretamente pobreza e criminalidade. Boa parte dos jovens, bem como das crianças e dos adolescentes brasileiros, vivenciam uma sociabilidade excludente e uma série de vulnerabilidades materiais e simbólicas, que podem favorecer a vitimização ou a prática de violência, como apontadas por Assis e Constantino (2003): boa parte não tem seus direitos básicos respeitados, por mais que respaldados em lei; sofrem diretamente efeitos da violência urbana, que os segregam em espaços fechados ou os coloca diretamente sobre o fogo cruzado das ruas e favelas; sofrem de uma 'moldagem' criada pela mídia e reelaborada por suas famílias e escolas, sendo formadas no medo, na segregação e na indiferença aos atos violentos; são impelidos à prática de atos infracionais, aprofundando o lugar de excluídos, pela falta de condições mínimas de sobrevivência familiar, perseguido pelo ideal da sociedade de consumo; são vítimas da impunidade dos crimes cometidos contra eles e seus familiares, compondo um círculo de estigmatização e empobrecimento.

Ampliando as discussões sobre as relações entre juventude e violência podemos adicionar as pesquisas que enfatizaram as questões voltadas para as diferenças de gênero. Como dito anteriormente, o gênero determina o modo como meninas e meninos serão socializados, as meninas e os meninos são hoje preparados para a vida profissional, porém é sobre as meninas que recaem as responsabilidades pelos trabalhos domésticos e pelas atividades de cuidado (Trindade, 2005). O estudo desenvolvido por Nascimento e Trindade

(2010) salienta que a representação social tradicional do que é ser homem e ser mulher orienta as práticas de socialização e a construção dos papéis de gênero para filhos e filhas. Assim, as meninas, de uma forma geral, são educadas para serem submissas e os meninos para serem fortes e livres (Nascimento & Trindade, 2010). Biasoli-Alves (2000) salienta que foi entre o final do século XIX e a década de 90 do século XX que houve a ampliação da escolarização das meninas no Brasil, que antes não era incentivada ou poderia ser interrompida em função do casamento.

Couto e Schraiber (2005) afirmam que a partir da década de 90 do século XX os altos índices de mortalidade por violência entre homens jovens na América Latina e no Caribe impulsionaram as discussões sobre a violência no campo da saúde. Waiselfisz (2014) ressalta a elevada taxa de mortalidade de jovens do sexo masculino por causas externas no Brasil. Nascimento, Gomes e Rebello (2009), em uma análise sobre os sentidos de homens jovens atribuídos à relação masculinidade-violência, assinala que o ser homem jovem acirra a vulnerabilidade dos homens à violência na medida em que o jovem, para acessar o status de ser homem adulto, pode se deparar com a violência como um caminho a ser trilhado, uma vez que o ser masculino é historicamente associado ao ser violento.

Estudos apontam que as jovens estão mais vulneráveis à vitimização pela violência sexual. Pesquisa que investigou a violência de gênero em uma amostra de estudantes universitários chilenos assinalou que as mulheres (31%) reportaram uma prevalência de vitimização significativamente maior que os homens (20%) desde os 14 anos de idade, e 17,1% das mulheres e 11,6% dos homens afirmaram terem sido vítimas de violência sexual (oral, vaginal ou anal) nos últimos 12 meses (Lehrer, Lehrer & Oyarzún, 2009).

Estratégia para reduzir a violência praticada e sofrida por jovens

O mapa da violência (Waiselfisz, 2014) ressalta a importância em estudar a violência na juventude, em especial o homicídio de jovens, como uma questão nacional de saúde pública e de violação de direitos humanos, uma vez que os homicídios têm se revelado como a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, atingindo notadamente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. No mapa, o Estado do Espírito Santo aparece com taxas elevadas de homicídio e de vitimização juvenil por suicídio.

No Mapa da Violência disponibilizado em 2015, o Espírito Santo aparece como o Estado com o maior índice de vitimização juvenil por armas de fogo, sendo que para cada assassinato de pessoas não jovens em 2012 foram assassinados 5 jovens por arma de fogo. 886 jovens morreram no Estado em 2012; na capital, Vitória, para cada não jovem morreram 7 jovens (Waiselfisz, 2015). São 116 jovens mortos por dia a cada ano, no Brasil, a maioria vítima de armas de fogo.

Os dados do mapa da violência, disponíveis desde 1980, tem chamado a atenção do governo brasileiro e da população em geral para a vitimização juvenil por armas de fogo, e refletiu discussões, políticas públicas e planos de ação para proteger a vida da população juvenil; porém, muito ainda precisa ser feito para a redução das taxas de mortalidade. O estudo cita o referendo do desarmamento como um dos fatores que possibilitou a queda da mortalidade juvenil (Waiselfisz, 2015)

O referendo do desarmamento¹ e a proposta da redução da maioridade penal podem ser considerados como os maiores empreendimentos governamentais para tentar reduzir os índices de violência no país, sobretudo pela forma como a sociedade se manifestou frente a

¹ O referendo do desarmamento foi um plebiscito sobre a posse e a comercialização de armas de fogo e munição no Brasil. 63,94% dos votantes foram contra o desarmamento, porém o Estado optou por continuar com as campanhas em favor do desarmamento que já aconteciam desde 1997, quando foi sancionada a lei 9.437 e se intensificaram em 2003.

ambos. O referendo de 2005, que visou consultar a população brasileira sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no país, foi uma tentativa de reduzir os índices de homicídios na população como um todo, mas, como afirma Waiselfisz (2015), refletiu diretamente nas taxas de vitimização de jovens no país; já a proposta de redução da maioridade penal foi direcionada especificamente para adolescentes e jovens e, apesar de não ter passado por votação, suscitou inúmeras manifestações, sobretudo das populações jovens.

Vamos nos ater à Proposta de Redução da Maioridade Penal (PRMP) por ser hoje a principal tentativa de alguns segmentos conservadores do governo para debelar a violência no Brasil. Existem atualmente nove Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que pleiteiam a redução da maioridade penal, algumas delas são: a PEC n. 171, que dispõe sobre a imputabilidade penal do maior de 16 anos; a PEC n. 18, de 1999, pretende alterar a redação do art. 228 da Constituição Federal, tornando inimputáveis somente os menores de 16 anos em casos de crimes contra a vida ou o patrimônio, cometidos com violência, ou grave ameaça à pessoa; a PEC n. 20, de 1999, e a PEC n.º 3, de 2001, propõem a alteração do art. 228 da Constituição Federal no mesmo sentido, ao propor a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.

As justificativas que apoiam a PEC 228, por exemplo, tomam por base o número crescente de crimes violentos cometidos por adolescentes, no Brasil, os quais não podem ser vistos sob a luz do Código Penal, mas pelas normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê que os menores de 18 anos são passíveis da aplicação de medidas socioeducativas, as quais não podem se prolongar por mais de 3 anos. No projeto são apontadas as idades em que os jovens podem responder criminalmente em outros países, bem como o fato de as pessoas, a partir dos 16 anos, no Brasil, já poder, com autorização dos pais, casar, trabalhar, votar e emancipar-se da família, o que os tornariam aptos também a responder criminalmente.

Cunha, Ropelato e Alves (2006) desenvolveram um estudo no qual o debate favorável e contrário à redução da maioridade penal foi exposto. Autores como Borring (2003) e Saraiva (2002) foram usados para exemplificar justificativas para a proposta. O primeiro deles afirmava a relação entre o progresso do mundo e o amadurecimento precoce das crianças; o segundo, Saraiva (2002), justifica a redução pelo fato do adolescente com 16 anos poderem votar, podendo assim serem responsabilizados penalmente. A primeira construção desfavorável à PEC apresentada pelas autoras é a incompatibilidade entre a mesma e o que propõe o artigo 228 da Constituição Federal, que a pessoa até 18 anos incompletos é penalmente inimputável, mas responsável pelos seus atos. Cuneo (2011) também é citado por afirmar que o adolescente ainda está em desenvolvimento físico, emocional e psicológico, necessitando de cuidados profiláticos que os mantenha perto da família e do convívio social. Neto e Grillo (1995) também contrários à proposta, baseavam-se nas diferenças entre as medidas socioeducativas e o que é previsto no código penal, pois as primeiras garantem a manutenção do vínculo familiar e têm um caráter pedagógico. De maneira geral, os argumentos favoráveis e contrários à proposta são bem semelhantes aos apontados por Cunha, Ropelato e Alves (2006).

No estudo desenvolvido pelas autoras acima referidas, uma importância maior é dada à tese do ser humano em desenvolvimento, que correlaciona as práticas parentais ao desenvolvimento antissocial, segundo a qual práticas parentais negativas propiciam o aparecimento de comportamentos antissociais e infratores. Os resultados obtidos ao investigarem prontuários de adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação e adultos presos na Casa de Custódia de Curitiba indicaram que há uma influência positiva para a ocorrência de delitos mais graves quanto mais velho seja o indivíduo, o que rebate o posicionamento usado por políticos para sustentar a redução da maioridade penal, uma vez que eles apontam que os crimes praticados por adolescentes têm gravidade igual aos

praticados por adultos. Assim, as autoras apontam a positividade da proposta do ECA ao estabelecer uma política educacional visando a reinserção do infrator à sociedade, visto que a passagem por instituições prisionais não tem caráter educativo capaz de inibir o crime futuro, mas possibilitaria o desenvolvimento de uma identidade infratora dos adolescentes que se encontram em desenvolvimento (Cunha, Ropelato & Alves, 2006).

Real e Conceição (2013) afirmam que a sociedade brasileira compartilha a ideia de que adolescentes devem ser tratados como adultos, sendo assim, em sua maioria, a favor da medida. Por sua vez, há uma forte evidência empírica de que a melhor maneira de se desenvolver comportamentos não-infratores é investir em programas educativos envolvendo a família dos adolescentes, que ainda estão em um período de desenvolvimento incompleto e necessitam de proteção para o bom desfecho desenvolvimental (Real & Conceição, 2013). As autoras também se basearam nos argumentos de Saraiva (2002) para justificar a impossibilidade de se comparar capacidade eleitoral com responsabilidade penal; e cita Gonzáles (2005) para rebater a ideia de que a maioria penal em países europeus é inferior à do Brasil, pois em 26 países pesquisados a maioria penal também é de 18 anos, além disso, o autor aponta em seu estudo que o nosso dispositivo legal é bem rígido ao estipular a responsabilidade juvenil aos 12 anos.

Real e Conceição (2013) apontam a inconsistência em comparar a realidade brasileira à de outros países sem se atentar para o fato de que cada um tem suas especificidades sociais nos contextos nos quais estão os adolescentes, e que o Brasil é fortemente marcado pela desigualdade social, violência estrutural, falta de políticas efetivas de educação e inobservância dos direitos humanos, sendo assim “incabível cobrar justamente dos mais vulneráveis o ônus pelas mazelas sociais” (Real & Conceição, 2013).

Ao analisarem os discursos dos parlamentares autores de PEC's pleiteando a redução da maioria através de documentos institucionais referentes às propostas de emendas

constitucionais, pareceres e votos de parlamentares à luz da TRS, Real e Conceição (2013) encontram representações ancoradas em discursos negativos sobre a juventude, que atravessam séculos, o que pode ser responsável pela perda de direitos juvenis, pois elas estão impregnadas nos discursos de muitos dos nossos parlamentares. As autoras afirmam a necessidade de articulação política, entre a base dos defensores dos direitos humanos, a sociedade civil e a comunidade científica para que o assunto não esmoreça, e para que a população não seja convencida pelos motivos errados, pois o discurso a favor da redução está mais preocupado com a punição dos jovens do que com a proteção dos mesmos.

Para Maranhão, Colaço, Santos e Coelho (2014), a depender do contexto e do tipo de sociedade, a violência poderá ser observada sob diversos ângulos e discursos; logo, sua análise precisa considerar o significado construído nas relações desenvolvidas entre o sujeito e o seu ambiente, pois a cultura empresta valores e sentidos a atos que, vistos isoladamente, podem ser interpretados ou como de extrema violência ou como atos banais e ou aceitáveis, por mais que sejam violentos. Tendo isso em vista, este trabalho optou por estudar jovens de ambos os sexos, por concordar com a ideia de que existem juventudes e violências (no plural), que são vivenciadas de maneira singular por cada indivíduo, de acordo com cada grupo.

Assim, colocamos como uma das nossas motivações compreender o que os jovens pensam sobre a relação entre violência e juventude, bem como dar voz a jovens de ambos os sexos e variados níveis socioeconômicos.

2.3.A Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para o estudo da relação entre violência e juventude

A base teórica adotada como referência para este estudo é a Teoria das Representações Sociais (TRS) elaborada por Serge Moscovici (1961), que estuda o processo de construção

do pensamento social sob o olhar psicossociológico (Chaves & Silva, 2013). Inicialmente relatada como representações coletivas por Durkheim no período de construção da sociologia como disciplina independente, na Psicologia Social a teoria foi revisada e modificada por Moscovici (Porto, 2009), que se baseou não só nos conceitos oriundos da Sociologia e da Antropologia, através de Durkheim e Lévi-Bruhl, mas também sofreu influências da linguística de Saussure e dos estudos do desenvolvimento humano de Piaget e Vigotsky (Alexandre, 2004).

No panorama da Psicologia Social, a TRS é considerada como uma abordagem sociológica da Psicologia Social (Alexandre, 2004; Camino & Torres, 2013), por diferenciar-se dos pressupostos da Psicologia Social de base cognitiva (a considerada Psicologia Social Psicológica, por enfatizar o estudo dos processos psicológicos via métodos experimentais e aproximar-se da psicologia cognitiva), que era hegemônica nos Estados Unidos no período pós-segunda guerra mundial.

Falando um pouco da história da Psicologia Social, com o intercâmbio de estudiosos europeus para os Estados Unidos, a Psicologia Social começou a ser influenciada principalmente por sociólogos e por psicólogos da gestalt. Chamados a propor soluções aos problemas sociais vivenciados pela população estadunidense, os psicólogos começaram a sair dos laboratórios e a estudar os fenômenos sociais nos seus ambientes natos: nos contextos sociais. Kurt Lewin foi uma das principais influências para esta mudança de ambiente de estudo ao propor a pesquisa ação, ao propor que os estudiosos saíssem dos laboratórios para estudar mais de perto as demandas sociais.

E foi a partir da crítica ao modelo positivista e às teorias que não explicavam a realidade numa perspectiva histórico-crítica que Moscovici buscou uma compreensão que, para além dos grupos fechados das academias, seguisse uma metodologia científica, mas que tentasse compreender como os conhecimentos eram elaborados e significados por grupos

populacionais (Alexandre, 2004). Assim, o estudo das representações sociais marca uma mudança no eixo tradicional das pesquisas em psicologia social, que se concentravam na tradição behaviorista (Alexandre, 2004). Segundo afirmou Moscovici (1972, citado por Palmonari, 2009), a Psicologia Social deve se ater ao

Estudo dos processos culturais que são responsáveis pela organização do conhecimento numa sociedade, pela ativação das relações inter-individuais em um contexto social e físico da formação dos movimentos sociais (grupos, partidos, instituições) da codificação das condutas interpessoais e intergrupais que dão lugar a uma realidade social comum (compartilhada) com suas normas e seus valores (p.55).

O termo Representações Sociais (RS), segundo Sá (2002), “designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los” (p. 29). O conceito de Representação Social foi proposto por Serge Moscovici em 1961 a partir da obra “La psychanalyse, son image et son public”.

Amplamente utilizada na Psicologia Social de base europeia (Sá, 2002), e difundida em áreas como a Enfermagem (Silva, Camargo & Padilha, 2011) e a Educação Ambiental (Reis & Bellini, 2011), a TRS propõe-se ao entendimento da construção e da transformação do pensamento social (Chaves & Silva, 2011). Nesta teoria, o conhecimento do senso comum ganha destaque e é pensado como saber determinante de práticas sociais.

Na tentativa de apresentar e discutir o fenômeno das representações sociais, Sá (2002) aponta para a dificuldade em conceitua-lo e cita algumas dimensões que constituiriam a estrutura das representações e seriam essenciais em sua definição, a saber: a informação, o campo de representação ou imagem, e a atitude. A informação estaria ligada aos conhecimentos do grupo acerca do objeto social; o campo de representação, à imagem ou ao conteúdo concreto sobre algum aspecto do objeto da representação; e a atitude diz respeito ao modo como a sociedade toma uma posição diante do objeto da representação (Sá, 2002).

As RS, segundo Moscovici (2003), têm como função primordial transformar o desconhecido em familiar e para tal passam por dois processos formadores que ocorrem simultaneamente, a ancoragem e a objetivação. Moscovici (2003) descreve a função desses dois processos da seguinte maneira: “Esses mecanismos transformam o não-familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, conseqüentemente, controlá-la” (Moscovici, 2003, p.61).

Na ancoragem, o que se pretende é o ajustamento de um objeto social inédito a uma categoria pré-existente em nosso pensamento. É uma tentativa de classificar e nomear o novo a partir de um conjunto de ideias familiares a fim de facilitar a interpretação da realidade e a orientação das práticas sociais (Moscovici, 2009). O processo de ancoragem é claramente explicado por Trindade, Santos e Almeida (2011):

A ancoragem permite ao indivíduo integrar o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com a sua inserção social. Assim, um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes (p. 110).

O processo de objetivação, por sua vez, associa a ideia formada a uma imagem inserida no contexto, tornando a ideia abstrata em algo concreto, ajudando a simplificar ainda mais o objeto ao torna-lo mais claro e compreensível (Moscovici, 2009; Trindade et al, 2011; Vasconcellos, 2013). Assim, a partir desses processos, o que antes causava estranhamento toma o lugar de um objeto em si, passando a ser pensado e representado a partir da visão dos sujeitos. Por isso, as representações sociais assumem importância significativa na vida cotidiana, pois estamos a todo tempo tentando compreender os objetos à nossa volta e dar um sentido aos mesmos.

As RS possuem quatro funções essenciais nas relações e nas práticas sociais: 1) a *função de saber ou de conhecimento*, que permite aos indivíduos compreenderem e explicarem a realidade através das representações a partir da aquisição de novos conhecimentos e da integração dos mesmos a conhecimentos pré-existentes, tornando-os mais compreensíveis e possíveis de serem transmitidos e difundidos; 2) a *função identitária*, de definir e proteger a identidade e a imagem positiva do grupo, uma vez que o grupo se define, em parte, pelas representações compartilhadas; 3) a *função de orientação*, pois servem como guias dos comportamentos e das práticas sociais ao produzirem um sistema de antecipações sobre a realidade que adequa a realidade à representação que temos dela; 4) a *função justificadora*, pois orientam e justificam comportamentos dirigidos ao objeto e permitem, a posteriori, que os atores expliquem e justifiquem as condutas frente aos outros nas relações sociais (Abric, 2000; Chaves & Silva, 2011).

Considerada como uma grande teoria, a TRS teve diversos seguidores, dentre os quais alguns se destacaram por propor desdobramentos para a mesma. Sobre isso, diz Almeida (2005) que, atualmente, Jodelet, Abric e Doise enfocam a teoria de diferentes formas:

Em Paris, na EHESS, Denise Jodelet mantém-se fiel à proposta original, privilegiando claramente um enfoque histórico e cultural para a compreensão do simbólico. Em Genebra, o grupo liderado por Willem Doise, articula as representações com uma perspectiva mais sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos como fonte de variação dessas representações. A Escola do Midi, liderada por Jean-Claude Abric, da Université de Provence, privilegia a dimensão cognitiva das representações, a partir de um enfoque estrutural. (Almeida, 2005, p. 7).

A fim de conhecer o conteúdo, enfocando os processos de objetivação e ancoragem, e a estrutura das RS da relação entre juventude e violência para jovens, no presente estudo nos aproximaremos um pouco mais dos desdobramentos propostos por Abric, com sua Teoria

do Núcleo Central (TNC), e por Jodelet, com a teoria processual. A primeira se aplicará mais prontamente à análise das evocações e da estrutura interna das RS; enquanto a segunda nos ajudará a aprofundar a análise dos sentidos atribuídos pelos jovens ao fenômeno estudado a partir das entrevistas individuais.

A TNC originou-se de pesquisas experimentais e sugere que a estrutura interna das representações sociais é organizada em torno de um núcleo central e de sistemas periféricos (Abric 2000; Sá, 2002). Esse seria composto por alguns elementos marcantes e estáveis que dão sentido e organizam os outros elementos da representação; seria a parte mais estável e rígida da representação, ligada à memória coletiva e à história do grupo e é pouco sensível ao contexto imediato. Já o sistema periférico, constituído pelos elementos periféricos da representação, permite a atualização e a contextualização do núcleo central, permitindo a integração das experiências e histórias individuais; ele é mais flexível do que o núcleo central e comporta alguns elementos contraditórios.

Denise Jodelet dá continuidade aos estudos de Moscovici, privilegiando as ideias originais da teoria. A autora, segundo Chaves e Silva (2014), defende que as representações não devem ser conhecidas somente enquanto sistemas de interpretação da realidade e guia de condutas, uma vez que elas interferem na forma como difundimos e assimilamos o conhecimento, desenvolvemo-nos enquanto seres individuais e coletivos, definimos nossa identidade pessoal e social, e no modo como a realidade social se transforma. Para ela, os humanos necessitam se situar no mundo em que vivem, explicarem esse mundo e se explicarem como pertencentes dele:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas e acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrenta-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana... elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e

veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais (Jodelet, 2001, p. 17).

Nem todos os fenômenos são objetos de RS (Sá 1998; 2002). Segundo Sá (1998), para que um objeto social seja alvo de uma RS é necessário que tenha relevância para o grupo. Visto que a relevância permite que o mesmo seja demasiadamente discutido entre seus pares, e a troca de ideias, pensamentos, opiniões viabiliza a construção de um conhecimento comum e com uma nova roupagem para os membros do grupo. A discussão de um fenômeno social absolutamente novo traz instabilidade ao grupo, implicando na sua organização, fazendo com que os membros desenvolvam estratégias para melhor incorporar o novo fenômeno ao repertório de representações já cristalizadas, de modo que as RS são verdadeiras teorias construídas para entendimento do mundo a nossa volta (Moscovici, 2003).

Talvez o leitor se pergunte sobre a forma como poderemos explicar os dados à luz da TRS, uma vez que diversos outros prismas teóricos já se destinam a compreender o fenômeno. Em outras palavras, por que estudar a violência à luz da TRS? Entendendo a violência na juventude como fator relevante e intrigante na vida dos jovens e que afeta a sociedade como um todo, tendo sido construído histórica e culturalmente em nossa sociedade, a sua compreensão através do estudo de suas RS parece ser extremamente propícia.

Porto (2006) escreve que a noção de RS pode possibilitar uma compreensão do fenômeno da violência contemporânea, pois é impossível compreender esse fenômeno sem se “interrogar sobre os sentidos, os valores e as crenças que estruturam e presidem a vida social, os quais são o conteúdo por excelência das representações sociais” (Porto, 2006, p. 1). Assim, a violência pode ser considerada um objeto de representação porque é um tema polêmico, polissêmico e relevante para as pessoas, que são impulsionadas a conversar sobre

ele, a pensar, a se posicionar e se comportar no mundo prático a partir destes posicionamentos.

Para Palmonari (2009), devemos pensar as RS como um processo dialógico de reconstrução de sentidos a respeito dos fenômenos que se impõem à atenção de um grupo social. E é importante considerar que diversas informações, normalmente contraditórias, estão disponíveis sobre estes fenômenos que são importantes por razões afetivas ligadas à história do grupo e que forçam, muitas vezes, os grupos a tomarem posição a esse respeito. Pensando na violência na juventude, os debates acerca da redução da maioria penal, como forma de minimizar os índices de violência na juventude, faz parte das informações contraditórias que os grupos precisam se posicionar frente ao fenômeno da violência na juventude.

Nesse sentido, buscaremos compreender os imaginários construídos sobre a violência pelos jovens, sobre um objeto real e um problema social por excelência (Porto, 2006). Para tanto, é válido, inicialmente, compreender o que os jovens pensam sobre a juventude e sobre a violência que circunda a vida deste público, por isso a investigação sobre a RS de juventude será auxiliar na compreensão da RS da violência na juventude.

3. Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é compreender as representações sociais de violência e suas relações com a juventude para jovens.

Objetivos Específicos

- 1- Identificar o conteúdo das representações sociais de violência, de juventude e de jovens para jovens, bem como da relação violência-juventude;
- 2- Identificar a estrutura das representações sociais de violência, de juventude e de jovens para jovens, bem como da relação violência-juventude;
- 3- Compreender quais seriam, na concepção dos participantes, as principais consequências da violência para a população juvenil;
- 4- Conhecer o que os jovens pesquisados pensam sobre a prevenção e o enfrentamento de situações de violência na juventude;
- 5- Identificar diferenças e semelhanças nas representações sociais de juventude e violência considerando a variável sexo.

4. Método

Este capítulo visa detalhar os caminhos metodológicos percorridos ao longo da pesquisa. A fim de atingir os objetivos do presente estudo, duas estratégias de coleta e de análise dos dados foram realizadas: a primeira, quantitativa, buscou identificar o conteúdo e o modo como os elementos da representação estrutura-se internamente, e comparar as representações dos diferentes grupos estudados, através da técnica de associação livre de palavras; a segunda, qualitativa, buscou identificar o conteúdo das representações sociais e compreender possíveis relações entre as representações de violência e sua associação com a juventude, o contexto de vida dos jovens, e suas experiências pessoais, detalhando um pouco mais os resultados encontrados a partir da evocação. Ambas serão descritas a seguir.

Participantes

Para constituir o grupo de participantes do estudo, buscou-se encontrar jovens de variadas classes econômicas e diversidade no local de moradia, pertencentes à faixa etária

entre 18 e 29 anos, para tal optou-se por realizar a pesquisa em ambientes universitários, por serem ambientes comuns a diversos jovens, assumindo assim a desvantagem de não ouvir uma diversidade ainda maior de jovens, visto que apenas 58,5% dos jovens em 2014 estavam nas Universidades (IBGE, 2014). Logo, vale ressaltar que todos os participantes possuíam ensino superior incompleto. De acordo com o Estatuto da Juventude, a juventude seria o período considerado entre 15 e 29 anos; porém, o recorte não abrangeu todo o período etário legalista, pois acreditamos que pela divergência etária, as ideias e ideologias seriam muito diferentes.

A escolha dos participantes deu-se pelo critério de conveniência; assim, para localizar os jovens que cumpriam os requisitos de participação na pesquisa, fomos até às universidades, locais de ampla circulação de jovens, garantindo a diversidade da amostra. Os participantes foram convidados a participarem da pesquisa nas salas de aula, em horários cedidos pelos professores, após a apresentação dos objetivos da pesquisa. Aos que se dispuseram a participar foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o questionário. O questionário, que consistia na primeira fase do projeto, foi respondido por 350 jovens, porém só consideramos os dados de 308, pois os demais constituíram o pré-teste ou não se enquadravam na faixa etária estipulada.

Após terem respondido ao primeiro instrumento, os participantes foram convidados a participarem das entrevistas individuais. Destes, 16 jovens participaram da etapa qualitativa, mas somente 14 entrevistas foram consideradas, pois 02 faziam parte do pré-teste.

Vale ressaltar que havia uma intenção inicial de realizarmos 30 entrevistas; contudo, a exiguidade de jovens que se disponibilizassem para tal etapa, somada ao não comparecimento às entrevistas marcadas, levaram-nos a minimizar tal pretensão, o que não diminuiu a riqueza de dados obtidos pela pesquisa. Assim, na escolha dos entrevistados

foram considerados os sujeitos em números suficientes para que houvesse saturação de sentidos e fosse possível uma discussão densa das questões da pesquisa.

Instrumentos

O estudo de uma RS a partir da teoria do núcleo central, como destaca Sá (1996), necessita da utilização de métodos “que visem por um lado levantar e fazer emergir os elementos constitutivos da representação, por outro lado conhecer a organização desses elementos e delimitar o núcleo central da representação. Enfim, se for possível, verificar a centralidade e a hierarquia posta em evidência”. Assim, a presente pesquisa compreendeu a elaboração e aplicação de dois instrumentos diferentes, porém complementares entre si:

Instrumento I

O primeiro instrumento aplicado foi o questionário composto por questões sociodemográficas e questões de associação livre. Pesquisadores vinculados a TNC, comumente, empregam a técnica de associação livre de palavras com o objetivo fazer emergir o conteúdo e a estrutura das representações sociais. Martins, Trindade e Almeida (2003) definem a associação livre de palavras como “uma técnica utilizada por Abric que consegue coletar os elementos constitutivos do conteúdo de uma representação” (p.558).

Por meio da espontaneidade, ela possibilita alcançar de maneira eficaz os elementos que compõem as representações de um determinado fenômeno, e identificar o modo como esses elementos estão organizados (Abric, 2001). Por isso, a técnica tem sido amplamente empregada em investigações que se embasam na abordagem estrutural, e que têm como objetivo identificar o conteúdo e a organização interna de representações sociais (Oliveira, Sá, Fischer, Martins & Teixeira, 2001; Martins, Trindade & Almeida, 2003; Pecora & Sá, 2008; Albuquerque, Lima & Souza, 2012). Para tal, solicita-se que eles escrevam as

primeiras expressões que vêm a sua cabeça ao lerem os termos indutores, que neste caso foram: “jovens”, “juventude”, “violência” e “violência na juventude”.

Assim, foi solicitado que os participantes escrevessem as cinco palavras ou expressões que lhe vinham à cabeça após ouvir cada termo indutor. Depois disso, os jovens eram orientados a organizar essas evocações, enumerando-as de um a cinco, conforme a ordem de importância considerada por eles. Assim, as evocações mais importantes eram sinalizadas pelo número um, e as de menor relevância pelo número cinco. Para evitar erros observados em estudos anteriores, em todas as aplicações foi reforçado que nenhum número poderia ser repetido, de modo que cada evocação deveria receber necessariamente um grau de relevância específico.

A associação ou evocação livre de palavras, além de combinar a frequência de emissão das palavras e/ou expressões com a ordem em que são evocadas, busca, segundo Abric (1994, p. 67, apud Sá, 1996), “criar um conjunto de categorias, organizadas em torno desses termos, para assim confirmar as indicações sobre seu papel organizador das representações” (p. 116). Esta combinação possibilita o levantamento daquelas que mais provavelmente pertencem ao núcleo central da representação, por sua saliência.

Como a proposição do instrumento era de levantar o conteúdo da representação através do método associativo de palavras e acessar a organização interna das representações, seguimos o instrumento proposto por Wachelke (2009) e pedimos que, em um momento posterior os participantes avaliassem a incondicionalidade de cada resposta respondendo à seguinte questão: “é possível pensar na palavra X (ex: violência) sem pensar na palavra 1?”. Caso eles respondessem que não (não é possível pensar na palavra violência sem pensar na palavra droga, por exemplo), indicaria uma avaliação de que a resposta faz referência a um elemento essencial da representação.

Posteriormente às questões de associação livre, solicitamos que os participantes respondessem questões sociodemográficas, abordando: sexo, idade, escolaridade, e tempo em que vive na região; situação familiar do respondente, renda per capita mensal da família, local de moradia, se tem filho ou não, quantas e quem são as pessoas que moram com o participante; profissão/ocupação, relações estabelecidas no bairro, dentre outras.

Instrumento II

A segunda fase da pesquisa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente com cada um dos participantes. Todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora e guiadas por um roteiro de entrevista, que abordava questões versando sobre: caracterização do local de moradia e possíveis manifestações de violência no local; a representação da violência (conceituação, situações vivenciadas e/ou conhecidas pelos participantes, espaços de discussão ou obtenção de informação sobre a temática); possíveis explicações/causas do fenômeno; estratégias preventivas; concepções sobre os jovens que se envolveram e/ou se envolvem em situações violentas, seja como vítimas ou agressores; visões sobre as prováveis consequências do fenômeno na vida dos jovens.

Conforme ressalta Almeida (2005), as entrevistas são consideradas como as mais complexas e indicadas no estudo das representações sociais. Quando compostas por questões abertas, as mesmas possibilitam aos sujeitos maior liberdade de estruturação e desenvolvimento de suas respostas. Martins (2002) utiliza questões abertas juntamente às questões de associação livre a fim de obter um maior número de informações sobre o objeto de investigação. As mesmas, segundo a autora, possibilitariam ao sujeito “configurar o seu pensamento e dar um sentido a ele, já que lhe dá a liberdade para expressar-se” e “possibilitam a contextualização da RS o que permite, conseqüentemente, ir além da configuração da estrutura das RS atribuindo um sentido a ela” (Martins, 2002, p. 59).

Procedimento de Coleta dos Dados

A pesquisa teve início com a aplicação dos questionários. Os mesmos foram aplicados em duas instituições superiores de ensino; a primeira foi uma universidade pública e a segunda, uma universidade privada de ensino. As mesmas foram escolhidas com o intuito de possibilitar variabilidade no modo de acesso aos jovens universitários, garantindo assim diversidade nos dados.

Previamente à coleta propriamente dita, foi importante que a pesquisadora entrasse em contato com representantes dos cursos nos quais os questionários seriam aplicados. Na instituição privada, o contato deu-se por intermédio de uma professora e de alunas que ajudaram na coleta e facilitaram a entrada da pesquisa na instituição. Na universidade pública, a pesquisadora contactou os representantes dos cursos de graduação e fez contato direto com os professores, já que as coletas foram feitas nas próprias salas de aula. Assim, todas as etapas da coleta foram previamente agendadas a fim de não atrapalhar o andamento das aulas.

Com a coleta agendada, a pesquisadora dirigiu-se às salas, geralmente nos momentos finais das aulas, e apresentou o projeto às turmas, convidando jovens da faixa etária pretendida a responderem aos instrumentos. A média de jovens que participaram da pesquisa, por sala, foi de 23 jovens. Em algumas salas pouco mais da metade dos estudantes presentes aceitaram participar da pesquisa. O tempo de aplicação do instrumento variou entre 20 e 40 minutos.

Nos momentos finais de aplicação dos questionários, a pesquisadora explicou aos participantes sobre a segunda fase da pesquisa, que consistiria na realização de entrevistas individuais sobre a temática da violência na juventude e pediu que os interessados deixassem o contato. Um total de 70 jovens disponibilizaram-se a participar da fase posterior, porém,

apenas 14 deles, de fato, participaram. Aos que se dispuseram a participar, foi agendada uma sala e um horário posterior para a aplicação do instrumento. Algumas entrevistas foram feitas na sala de pesquisa I do prédio Professor Lídio de Souza, na Universidade Federal do Espírito Santo, outras foram realizadas em uma sala cedida em uma escola de inglês da cidade de Vitória, e duas foram realizadas na casa da pesquisadora. A participação ocorreu posteriormente à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

Procedimentos de Análise e Interpretação dos dados

Após a coleta, os dados do primeiro instrumento foram tabulados em planilhas do Excel e as entrevistas foram transcritas na íntegra. As questões de associação livre foram tratadas a partir do software EVOC (Ensemble de programmes permeltant l'analyse des évocations), que identifica, a partir de uma lista ordenada de evocações livres, os elementos centrais e periféricos das representações sociais a partir do cruzamento de três indicadores: palavras mais frequentes, palavras mais prontamente evocadas e palavras indicadas pelos sujeitos como sendo as mais importantes para designar o objeto da representação (Almeida, 2005).

O EVOC organiza os termos em quatro quadrantes de acordo com a frequência e a ordem de importância. No primeiro, são apresentados os elementos que aparecem com maior frequência e nas primeiras posições, o que pode indicar os elementos constituintes do núcleo central. No segundo quadrante são expressos os termos que apresentaram alta frequência, porém mencionados nas últimas posições; no terceiro quadrante, aparecem aqueles que apresentaram baixa frequência, mas foram nas primeiras posições. Os termos organizados no quarto quadrante são aqueles que se localizam na periferia distante, apresentam baixa frequência e que são mencionados nas últimas posições.

O material das entrevistas foi digitado em documento do Word, sendo mantidos os erros ortográficos e as gírias e expressões evocadas pelos sujeitos, os quais foram denominados por letras e números a fim de garantir o anonimato. Os dados foram tratados segundo a análise de conteúdo temática, por ser

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2007).

Para a organização e categorização dos dados obtidos com as entrevistas, utilizou-se a Análise de Conteúdo Temática da forma proposta por Bardin (2011). Inicialmente foi feita uma leitura exaustiva do material textual obtido e, de acordo com os objetivos pretendidos no estudo, classificamos as respostas dos participantes em categorias sob um título genérico em virtude das características comuns, o critério de categorização foi o semântico, assim, todos os temas que significavam a juventude, por exemplo, ficaram na categoria definições de juventude. Em cada categoria foram enquadrados elementos com aspectos comuns.

As respostas dos participantes foram agrupadas nas seguintes categorias: 1) Conceito de jovens; 2) Diferenciação entre jovens e adolescentes; 3) Definições de juventude; 4) A vivência da juventude na sociedade atual. Dentro de tais categorias existiam sub-categorias, por exemplo, dentro da categoria 3, as respostas foram agrupadas nas subcategorias 3.1. Momento de diversão; 3.2. Momento de decisões e descobertas; 3.3. Momento de liberdade; 3.4. Construção Social.

O método é apontado por alguns autores como um dos mais utilizados pelos pesquisadores em RS na análise de entrevistas semiestruturadas (Arruda, 2006; Almeida, 2005). Inicialmente, foi feita uma leitura exaustiva do material a fim de se obter categorias de análise que convergissem e divergissem entre cada grupo (sexo feminino e masculino).

As categorias maiores ou eixos de análise, que estabelecemos para a análise com base nos objetivos do estudo foram seis: Concepções sobre a juventude; A violência e seus múltiplos sentidos; O envolvimento dos jovens com a violência: causas e motivações; estratégias preventivas à violência na juventude; Os jovens, seus agressores, suas principais vítimas e a consequência da violência para a juventude; Experiências de violência vivenciadas e experiências de violência na juventude nos locais de moradia.

Na análise do instrumento II buscou-se suporte, principalmente em uma perspectiva processual para a análise das RS. Trata-se da corrente teórica liderada por Denise Jodelet, em Paris, que privilegia, na compreensão do simbólico, as dimensões sociais e culturais, e busca não só a identificação dos conteúdos das RS, mas também dos processos que estão na base de sua produção. Os dados sociodemográficos foram tabulados em planilhas do EXCEL e analisados de forma descritiva, com cálculos de frequência, média e desvio padrão no software SPSS.

5. Avaliação ética de riscos e benefícios

O projeto foi elaborado com base na Resolução n. 466/2012 (Conselho Nacional de Saúde – CNS, 2012), respeitando todos os critérios éticos. Após a aprovação pela banca de qualificação, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo e aprovado com o CAAE: 42940115.9.0000.5542. A partir do parecer favorável, iniciamos o contato com as instituições de ensino e com os participantes. Foi realizado um estudo piloto para a adequação de possíveis dúvidas existentes nos instrumentos e maior precisão do tempo de coleta.

Em consonância com a Resolução de nº 466/2012, que trata de pesquisas envolvendo seres humanos, foi solicitada a anuência dos jovens, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices C e D). A privacidade dos jovens será

preservada mediante a utilização de pseudônimos, quando seus nomes forem ressaltados em artigos ou outros meios de divulgação de pesquisa acadêmica. A pesquisa envolve riscos mínimos.

6. Resultados e Discussão

Optamos por apresentar os resultados juntamente com a discussão dos mesmos na intenção de facilitar a compreensão do leitor e a articulação entre os resultados dos dois instrumentos, a teoria e a literatura na área, podendo tornar assim a leitura mais proveitosa.

Todos os resultados foram analisados em dois grupos conforme o sexo dos participantes. Não observamos diferenças significativas nas respostas, as mesmas assemelhavam-se e complementavam-se em diversos pontos. Desse modo, os resultados serão apresentados conforme a análise de cada um dos instrumentos, apontando simultaneamente as semelhanças e as diferenças entre as respostas dos dois grupos de participantes (sexo feminino - F e sexo masculino - M).

Os dados obtidos com o questionário de associação livre foram submetidos à análise prototípica a fim de se obter uma primeira caracterização da estrutura das representações sociais investigadas. As figuras que serão apresentadas foram construídas considerando a saliência dos elementos e são divididas em quatro quadrantes: O quadrante superior esquerdo compreende as palavras ao mesmo tempo muito frequentes e com maior ordem de importância. “O quadrante ao alto e à direita e o de baixo à esquerda compreendem as palavras para as quais há uma contradição entre o critério da classe e da frequência” (Verges, 2002). O último quadrante em baixo e à direita compreende as palavras mais “periféricas”.

As entrevistas foram analisadas segundo o método de análise de conteúdo discutido por Bardin (2009). Inicialmente, foi feita uma leitura exaustiva do material textual, o que possibilitou uma espécie de mapeamento do que mais aparecia nas falas, dos elementos semelhantes e divergentes; então, partimos para o delineamento das categorias que foram

pensadas tanto em termos dos conteúdos que emergiram nas falas, quanto em relação aos objetivos do trabalho.

Levando em conta os objetivos do estudo de tentar compreender os significados atribuídos pelos participantes à violência na juventude, as suas vivências e as estratégias preventivas que propõe, dividiremos a discussão em quatro partes: 6.1. Caracterização dos participantes; 6.2. Discursos sobre o ser Jovem e a Juventude; 6.3. A violência e a Violência na Juventude; 6.4. Estratégias Preventivas e/ou de enfrentamento. Em cada uma delas, apresentaremos primeiramente os resultados obtidos pelo EVOG, seguidos pelo que foi encontrado na análise de conteúdo, e então tentaremos uma discussão conjunta apontando a ancoragem das representações.

6.1. Caracterização dos participantes

A pesquisa contou com a participação de 308 jovens, com idades entre 18 e 29 anos ($M=20,47$; $DP=2,51$). Foi possível notar o predomínio de pessoas do sexo feminino ($N=184$; 59,7%) em relação a participantes do sexo masculino ($N=124$; 40,3%) na amostra investigada. A maioria dos participantes residiam na cidade de Vitória ($N=133$; 43,2%), em bairros de classe média e média/alta, como Jardim da Penha ($N=42$; 13,6%), Praia da Costa ($N=16$; 5,2%), Jardim Camburi ($N=16$; 5,2%) e Mata da Praia ($N=10$; 3,2%).

Os resultados obtidos contemplando as variáveis estado civil, categoria socioeconômica, com quem mora, cor racial, dentre outras, estão descritos na Tabela 1. Dentre os participantes do sexo masculino, 120 (96,8%) são solteiros, 3 casados (2,4%) e 1 (0,8%) mora com a companheira; das participantes do sexo feminino, 173 declararam-se solteiras (94,02%), enquanto somente 7 são casadas (3,8%), 3 moram com algum(a) companheiro(a) (1,6%) e 1 é separada/divorciada (0,5%).

Não foram observadas grandes diferenças entre os sexos com relação à categoria racial. A cor racial branca foi declarada por 46,77% dos participantes masculinos (N= 58) e por 46,73% das jovens do sexo feminino (N= 86). A cor parda foi a segunda mais apontada pelos participantes do sexo masculino (N= 51; 41,1%) e pelas participantes do sexo feminino (N= 77; 41,85%). A cor negra foi citada por 14 meninos (11,3%) e 20 jovens (10,9%).

Levando em consideração outras variáveis analisadas, pode-se afirmar que de forma expressiva a maioria dos participantes do sexo masculino considera-se pertencente à classe média/baixa (N= 89; 71,77%), mora em uma família nuclear com pai, mãe e irmãos (N= 33; 26,6%), não trabalha (N= 86; 69,35%) e tem como principais contribuintes financeiros do lar o pai e a mãe (52; 41,94%). De acordo com os dados, a maior parte das jovens está inserida na classe média/baixa (N= 123; 66,85%), mora em uma família nuclear, com pai, mãe e irmãos (N= 43; 23,37%), não exerce atividade trabalhista (N= 143; 77,72%) e o pai e a mãe são os que mais contribuem para o sustento da casa (N= 84; 45,7%).

Tabela 1. Caracterização dos participantes

<i>Variável</i>	<i>Sexo Masculino</i>	<i>Sexo Feminino</i>
Estado civil	Solteiro (N= 120; 96,8%)	Solteiro (N= 173; 94,02%)
	Casado (N= 3; 2,4%)	Casado (N= 7; 3,8%)
	Mora com algum companheiro (N= 1; 0,8%)	Mora com algum companheiro (N= 3; 1,6%)
		Separado/divorciado (N= 1; 0,5%)
Cor racial	Branco (N= 58; 46,77%)	Branca (N= 86; 46,73%)
	Pardo (N= 51; 41,1%)	Parda (N= 77; 41,85%)
	Negro (N= 14; 11,3%)	Negra (N= 20; 10,9%)
	Asiático (N= 1; 0,8%)	Indígena (N= 1; 0,5%)
Com quem mora	Pai, mãe e irmãos (N= 33; 26,6%)	Pai, mãe e irmãos (N= 43; 23,37%)
	Pai e mãe (N= 17; 14,7%)	Pai e mãe (N= 24; 13,04%)
	Pai, mãe, irmãos e avós (N= 6; 4,84)	Pai, mãe, irmãos e avós (N= 19; 10,33%)
	Mãe e irmãos (N= 9; 7,26%)	Mãe e irmãos (N= 4; 2,17%)
	Mãe (N= 11; 8,9%)	Mãe (N= 15; 8,15%)
	Sozinho (N=8; 6,45)	Sozinha (N=5; 2,72%)
	Em república (N= 10; 8,1%)	Em república (N= 15; 8,15%)
Irmãos (N= 3; 2,42%)	Irmãos (N= 8; 4,35%)	
Quem mais contribui para o sustento da casa		Avós (N= 3; 1,63%)
	Pai e mãe (52; 41,94%)	Pai e mãe (N= 84; 45,7%)
	Mãe (N= 22; 17,7%)	Mãe (N= 37; 29,8%)
	Mãe e avó (N= 22; 12%)	Pai (N= 22; 12%)
	Pai (N= 18; 9,7%)	O próprio jovem (N= 14; 7,61%)
O próprio jovem (N= 12; 9,68%)	Avós (N= 5; 2,72%)	

		Irmãos (N= 3; 1,63%)
Categoria socioeconômica	Classe média/baixa (N= 89; 71,77%)	Classe média/baixa (N= 123; 66,85%)
	Classe média/alta (N= 26; 20,96%)	Classe média/alta (N= 42; 22,8%)
	Classe baixa (N= 9; 7,26%)	Classe baixa (N= 9; 7,3%)
		Classe alta (N= 2; 1,08%)
		Não responderam (N= 2; 1,08%)
Trabalha	Não (N= 86; 69,35%)	Não (N= 143; 77,72%)
	Sim (N= 36; 29,03%)	Sim (N= 40; 21,74%)
	Não responderam (N= 2; 1,61%)	

Quanto ao local de residência, dentre os 124 jovens do sexo masculino que participaram da pesquisa, a maior parte reside em Vitória (N= 40; 32,3%), seguido de Vila Velha (N= 33; 26,6%), Serra (N= 23; 18,5%), Cariacica (N= 17; 13,7%), Viana (N= 3; 2,4%) e Marechal Floriano (N= 2; 0,8%). Fundão, Guarapari, Guaçuí e Itaguaçu são, cada um dos municípios, residência de uma participante (F= 0,5%). Do total de 124 meninos, 90 jovens são provenientes de instituições públicas de ensino (N=90; 72,6%) em detrimento dos 34 meninos estudantes de instituições particulares de ensino (F= 27,4%). Da totalidade de jovens investigados, 106 deles não recebem bolsa de estudo (F= 85,5%) ou não participam de programas de bolsa acadêmica na universidade (N=107, 86,3%). Os cursos frequentados pelos participantes são: Psicologia (N=25, 20,2%), Direito (N=17, 13,7%), Letras Português (N=3, 2,4%), Letras Inglês (N=7, 5,6%), Publicidade e Propaganda (N=12, 9,7%), História (N=21, 16,9%), Física (N=29, 23,4%), Engenharia Civil (N=6, 4,8%), Arquitetura (N=2, 1,6%) e Comunicação Social (N=2, 1,6%). 114 jovens disseram não receber nenhum auxílio do governo (91,9%); dos que recebem, 1 recebe assistência estudantil (0,8%), 6 recebem FIES (4,8%) e 1 recebe bolsa do PROUNI (0,8%).

Os dados relativos às meninas serão apresentados na sequência. Vitória foi a cidade mais citada como local de residência das garotas (N= 93; 50,5%), seguida de Vila Velha (N= 33; 17,9%), Serra (N= 24; 13%), Cariacica (N= 23; 12,5%) e Viana (N= 8; 4,3%). Domingos Martins, Guarapari e Santa Teresa são, cada uma das cidades, residência de uma participante (F= 0,5%). A maioria das jovens frequentava instituições públicas de ensino (N=122, 66,3%) e não recebiam bolsa de estudo (N=148, 80,4%) ou nunca participaram de programas de

bolsa acadêmica na universidade (N=143, 77,7%). Os cursos frequentados pelas participantes são: Psicologia (N=91, 49,5%), Direito (N=25, 13,6%), Letras Português (N=14, 7,6%), Letras Inglês (N=13, 7,1%), Publicidade e Propaganda (N=13, 7,1%), História (N=11, 6%), Física (N=6, 3,3%), Engenharia Civil (N=5, 2,7%), Arquitetura (N=4, 2,2%) e Comunicação Social (N=2, 1,6%). 165 jovens disseram não receber nenhum auxílio do governo (F= 89,7%); das que recebem, 7 recebem assistência estudantil (F= 3,8%) e 6 recebem FIES (F= 3,3%).

Notamos que o perfil dos estudantes que entrevistamos condiz com o que foi identificado em outros estudos. A predominância dos jovens solteiros (F= 93,9%), da cor branca (F= 77%) e dos alunos não bolsistas (F= 58,5%) foi observado no perfil dos estudantes universitários da PUC-RIO (CERIS, 2007)²; a prevalência de jovens do sexo feminino (F= 55,33%) em relação ao sexo masculino (F= 44,37) também foi ressaltada no relatório da CERIS e no censo do Ensino Superior de 2010³, o qual sugere que elas ocupam 57% das matrículas.

Nos atentando aos dados obtidos com o censo sobre os jovens de 18 a 29 anos residentes na região sudeste, a maioria dos participantes deste estudo não trabalham (69,35% dos homens e 77,72% das mulheres), enquanto no censo houve a prevalência dos jovens economicamente ativos (F= 75,49%).

Para melhor conhecimento dos jovens que participaram da entrevista individual, desenvolvemos a tabela 2 com algumas das características principais de cada participante, apesar dos mesmos já terem sido contemplados na descrição dos participantes da tabela 1. A fim de garantir o anonimato, utilizamos a letra M para representar os participantes do sexo

² <http://www.teo.puc-rio.br/pdf/Relatorio-Pesquisa-Perfil-Juventude-PUC-Rio.pdf>

³

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf

masculino e a letra F para as participantes do sexo feminino. A tabela está de acordo com a sequência de realização das entrevistas.

A idade dos participantes do sexo masculino variou entre 19 e 25 anos, com média de 20,8 anos. Em relação às mulheres, a idade variou entre 18 e 26 anos, com média de 21,7 anos. Com relação à cor racial, dentre os 7 jovens, 4 declararam-se brancos, 1 negro e 2 pardos; dentre as jovens a cor parda foi predominante, assinalada por 4 meninas, seguida pela cor branca que foi declarada por 3 delas. A maior parte dos jovens, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, afirmou que o pai e a mãe são os principais contribuintes financeiros.

Tabela 2. Caracterização dos participantes das entrevistas

Participante	Idade	Cor racial	Curso	Com quem mora	Categoria socioeconômica	Trabalha	Tipo de Instituição de Ensino
M1	25	Negro	Engenharia Civil	Pai e mãe	Média Baixa	Sim: Estágio	Particular
M2	19	Branco	Direito	República	Média Baixa	Não	Pública
M3	21	Pardo	Engenharia da Computação	República	Média Baixa	Não	Pública
M4	20	Branco	Psicologia	Pai, mãe e irmãos	Média Alta	Não	Pública
M5	20	Branco	Engenharia Mecânica	Pai, mãe e irmãos	Média Alta	Não	Particular
M6	20	Pardo	Arquitetura e Urbanismo	Pai e mãe	Média Alta	Não	Pública
M7	20	Branco	Arquitetura e Urbanismo	República	Média Baixa	Não	Pública
F1	21	Parda	Psicologia	República	Média Baixa	Não	Pública
F2	18	Parda	Psicologia	Irmã	Média Baixa	Não	Particular
F3	19	Parda	Psicologia	República	Média Baixa	Não	Pública
F4	26	Branca	Engenharia Mecânica	Mãe	Média Baixa	Não	Particular
F5	22	Parda	Relações Internacionais	Esposo	Média Baixa	Sim: coordenadora de ensino	Particular
F6	25	Branca	Administração	Mãe	Média Alta	Sim: piloto de avião	Pública
F7	21	Branca	Arquitetura e Urbanismo	Pai e mãe	Média Alta	Não	Pública

6.2. Discursos sobre o ser Jovem e a Juventude

Os dados provenientes da associação livre de palavras foram separados de acordo com cada um dos quatro termos indutores, homogeneizados através do agrupamento de evocações semelhantes que denotassem o mesmo sentido – por exemplo: jovem, jovens e juvenis foram unificadas na evocação jovem; namoro e paquera estão sendo representadas pelo termo namoro; e organizados em quatro quadrantes considerando a frequência das evocações e a ordem de importância conferida pelos jovens. Os resultados obtidos a partir desses procedimentos estão apresentados nas figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Para o termo indutor “jovens, o total de respondentes foi de 124 homens, contabilizando um total de 615 termos evocados e 192 termos diferentes. A ordem média de importância foi 2,8. A frequência intermediária foi de 12, correspondente a 227 evocações ou 36,9% do total de 615. A frequência mínima considerada para que a evocação fosse analisada foi de 6, de modo que, ao final, a amostra contou com 347 evocações (56,42%) divididas entre 22 termos distintos. A distribuição das evocações dos jovens do sexo masculino, conforme os critérios de frequência e ordem média de importância referente ao termo jovens, é apresentada na figura 1.

Figura 1. Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo masculino acerca do tema indutor Jovens (N= 124)

OMI*	< 2,8			≥ 2,8		
Frequência	Tema evocado	Frequência	OMI*	Tema evocado	Frequência	OMI*
≥ 12	Estudo	31	2,107	Balada	45	3,289
	Faculdade	22	2,267	Amizade	17	3,571
	Futuro	21	2,762	Disposição	14	3,000
	Sexo	23	2,478	Diversão	23	3,189
				Drogas	49	4,106
				Rebeldes	15	3,267

< 12	Adolescente	8	1,875	Esporte	7	4,143
	Alegria	8	2,000	Imaturidade	10	3,100
	Emprego	6	2,333	Indecisos	6	2,833
	Inconsequentes	9	2,778	Liberdade	8	2,875
	Mudança	8	2,750	Namoro	8	3,625
	Vitalidade	6	2,500	Violência	7	3,833

*OMI = Ordem média de importância

O quadrante superior esquerdo da Figura 1 permite uma visualização dos possíveis elementos que organizam a RS de jovens para os participantes, uma vez que aí aparecem os termos mais prontamente evocados pelo maior número de sujeitos: *estudo, faculdade, futuro e sexo*. Se considerarmos somente a distribuição de frequências, *drogas, balada e estudo* poderiam ser considerados os mais centrais pela diferença em relação às palavras *faculdade, futuro e sexo*, cujas frequências estão mais próximas da frequência intermediária. A saliência, entretanto, não basta para afirmar a estrutura, dá um indicativo, sendo necessário um estudo confirmatório, que será feito em momento posterior com os dados coletados.

No segundo quadrante, de altas frequência e altas ordens de evocação, encontramos os termos *balada, disposição, diversão, drogas e rebeldes*. O elemento *drogas*, apesar de não compor o núcleo central, é um elemento importante na configuração da RS de jovens, pois é o elemento mais frequente e com alta média de evocação. O uso abusivo de drogas é considerado um problema de ordem social e, segundo Espíndula, Alves, Carvalho, Almeida e Cruz (2015), a juventude é considerada como o grupo mais vulnerável ao envolvimento com as drogas. O álcool, o crack, a maconha e o cigarro foram agrupados na categoria drogas. Apesar de ser uma droga lícita, o uso abusivo de álcool por adolescentes e jovens acarreta diversas consequências negativas, tais como a dependência, intoxicação, participação em brigas e outras formas de violência e envolvimento em acidentes (Almeida, Carvalho, Cruz, Carvalho & Figueiredo, 2013).

Nas periferias mais distantes (quadrantes inferiores direito e esquerdo) encontramos elementos que podem caracterizar um polo positivo: *alegria, vitalidade, amizade, emprego,*

mudança, esporte, liberdade e namoro; e outros que caracterizam um polo negativo: indecisos, imaturidade, inconsequentes e violência.

Na figura 2 são apresentados os resultados da análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino para o tema indutor Jovens. O total de evocações foi 918 e a ordem média de importância foi 2,8. A frequência intermediária foi de 16, correspondente a 324 evocações ou 35,2% do total de evocações. A frequência mínima considerada foi de 8 e a amostra contou com 561 evocações (61,1%) divididas entre 28 termos distintos.

Figura 2: Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino acerca do tema indutor Jovens (N= 184)

OMI*	< 2,8			≥ 2,8		
Frequência	Tema evocado	Frequência	OMI*	Tema evocado	Frequência	OMI*
≥ 16	Amizade	35	2,571	Alegria	27	3,111
	Estudo	43	2,744	Balada	52	3,404
	Faculdade	26	2,500	Diversão	49	3,185
	Futuro	23	2,348	Drogas	43	3,836
	Liberdade	27	2,593	Irresponsáveis	17	3,647
< 16				Rebeldes	18	2,833
				Vitalidade	24	2,850
	Decisões	11	2,545	Amadurecimento	10	3,100
	Energia	10	2,400	Emprego	15	3,600
	Estudantes	8	2,000	Imaturidade	12	3,000
	Família	9	1,889	Inconsequentes	13	3,692
	Força	8	2,250	Namoro	12	3,333
	Redes sociais	8	2,750	Novidade	10	2,900
	Sexo	15	2,733	Responsabilidades	12	3,083
				Tecnologia	12	3,000
				Violência	12	3,500

*OMI = Ordem média de importância

As palavras que possivelmente constam no centro da representação são *amizade, estudo, faculdade, futuro e liberdade*, segundo a organização do EVOC. No segundo quadrante, de altas frequências e altas ordens de evocação, aparecem *alegria, balada, diversão, drogas, irresponsáveis, vitalidade e rebeldes*. A distribuição de frequências pode sugerir que *balada, diversão, drogas, estudo e amizade* sejam centrais, pela diferença em

relação às palavras cujas frequências estão mais próximas da frequência intermediária. Aqui o termo *balada* aparece como o mais evocado e com alta média de evocação, correspondendo a uma das principais formas de divertir-se dos jovens.

Na periferia, os termos sexo, bebida, drogas, namoro, tecnologia e redes sociais parecem falar sobre práticas comuns na juventude, ou seja, atividades que os jovens se importam e destinam boa parte do tempo. Energia, estudantes, força e vitalidade seriam características positivas dos jovens e são, geralmente, enaltecidas e até lembradas com saudosismo pelos adultos, por exemplo. Violência, inconsequentes e imaturidade são os termos que denotam características negativas aos jovens.

Comparando os dados das duas figuras (jovens do sexo masculino e jovens do sexo feminino) em relação ao termo indutor jovens, *estudo, futuro e faculdade* são elementos comuns ao primeiro quadrante das duas figuras, o que, de certa forma, está ancorado nos discursos do jovem como pessoas que precisam se dedicar à formação profissional para o ingresso no mundo adulto, como salientaram Menandro, Trindade e Almeida (2010), Peralva (2007) e Cassab (2011).

Podemos perceber que, paralela a esta visão de jovem focada na preparação para o futuro, elementos como *diversão, balada, drogas, liberdade e amizade* enfocam um outro lado da juventude vivenciada, a liberdade que o jovem usufrui por não possuir as responsabilidades do mundo adulto, o que Menandro, Trindade e Almeida (2010) chamou de “compromisso com o prazer”. Percebe-se, então, que o imperativo capitalista de produção e consumo está cada vez mais direcionando os jovens a investir na formação profissional, de modo que se na vida adulta o trabalho se torna central, na juventude o estudo torna-se central, ao passo que o tempo destinado ao lazer e ao ócio, tão valorizado pelos jovens, se reduz a cada dia, o que implica na diminuição da liberdade de escolha em relação a como gerir a sua própria vida, pois precisam abdicar dos momentos de prazer para dedicar-se às atividades de

caráter obrigatório, como também observaram Oliveira (2015) e Martins, Lefevre, Lefevre e Oliveira (2012).

A imagem do jovem, então, é objetivada na imagem do estudante, o que condiz com a imagem que circula na mídia de um jovem de classe média/alta que deve dedicar-se ao estudo e ao lazer, corroborando com os achados de Menandro, Trindade e Almeida (2010). Estas ideias sobre o jovem podem ser reforçadas quando nos atentamos às realidades vividas por estes jovens, em sua maioria de classe média, todos universitários em busca de uma formação profissional. Então *estudo*, *futuro* e *faculdade* referem-se ao que é esperado socialmente desses jovens de classe média: que se preparem para ingressar no mundo adulto por meio do mercado de trabalho. Vale ressaltar que tal imagem é a imagem do jovem de classe média/alta, que tem condições de estudar e consumir lazer.

Balada, *drogas*, *diversão*, *alegria* e *amizade* são termos com altas frequências que se destacam nos dois grupos e são elementos que podem falar sobre o lazer ou as atividades comuns aos jovens no tempo livre, quando não estão na faculdade ou estudando. As baladas são opções de lazer e diversão de muitos jovens de classe média/alta, e as drogas, não só as lícitas, mas também as ilícitas, circulam livremente nestes ambientes.

As categorias que parecem estruturar o núcleo central da RS de jovens para os jovens investigados são o estudo (universidade ou escola, já que os mesmos não citaram os cursos técnicos como preparatórios para o mercado de trabalho), como fator central para a preparação para o ingresso no mercado de trabalho, como valor fundamental da juventude, associado à condição social de jovem responsável, ou do que se espera do jovem; e a diversão, que pode estar ligada ao aproveitamento do tempo livre e à visão do jovem como rebelde e transgressor de normas e regras, remetendo às representações de jovens que estão escritas na sociedade ocidental e que associam o jovem à transgressão de normas e leis estabelecidas socialmente (Paixão, Almeida & Lima, 2012).

A centralidade do estudo na vida de jovens capixabas também foi encontrada no estudo de Oliveira (2015), ao investigar as RS do tempo livre para jovens de classe média. Para a amostra investigada por ela, para jovens que, em sua maioria não trabalham, o hábito de estudar foi encarado como uma atividade de caráter laboral, produtiva e obrigatória, a ser realizada até mesmo no tempo livre (Oliveira, 2015).

O termo *rebeldes* é comum no segundo quadrante das duas figuras, remetendo às representações de jovens que estão presentes na sociedade ocidental e associam a rebeldia como um signo da juventude, tal qual apontou Groppo (2015).

Os termos *amizade e liberdade*, que aparecem no segundo quadrante da figura 2, são encontrados nos quadrantes periféricos da figura 1, e *Sexo*, que apareceu no primeiro quadrante da primeira figura, é visto no quadrante inferior e esquerdo da segunda. Na periferia das duas figuras os seguintes elementos são comuns: *curtição, emprego, imaturidade, inconsequentes, namoro, violência e vitalidade*. Estes termos denotam o sentido que a juventude toma na sociedade de consumo, como afirmou Groppo (2015) ao tratar a juventude como um estilo de vida marcado por signos cada vez mais esvaziado de significados reais, como rebeldia, novidade, liberdade, prazer, descompromisso e beleza, que simulam o que seriam as atitudes juvenis (ironia, irreverência, experimentação, irresponsabilidade, dentre outras).

Imaturidade, inconsequentes e violência, elementos periféricos das duas representações, também apontam contradições à visão do jovem estudante, remontando à ideia de juventude como uma fase turbulenta e instável e, por isso, o jovem como mais suscetível a envolver-se com problemas sociais ou até mesmo a tornar-se um problema social, como apontaram Oliveira e Rosa (2010). A imagem do jovem objetivada na imagem do estudante, ou do aprendiz de adulto, condiz com a imagem que circula na mídia de um jovem de classe média/alta, que deve dedicar-se ao estudo e ao lazer, corroborando com os

achados de Menandro, Trindade e Almeida (2010). Estas ideias sobre o jovem podem ser reforçadas quando nos atentamos às realidades vividas por estes jovens, em sua maioria de classe média, todos universitários em busca de uma formação profissional, porém, sem abrir mão dos prazeres que podem usufruir.

A partir daqui iremos trazer os dados obtidos com a análise de conteúdo.

É interessante notar que ao falarem dos jovens, os participantes estão falando de si e do seu grupo, por isso a impressão de que ao se referirem ao que é esperado socialmente dos jovens, eles falam sobre o que é esperado deles próprios, jovens de classe média, que foram tomados como o parâmetro para se definir o que é e o que deve fazer um jovem. Espera-se que eles se preparem para ingressar no mundo adulto por meio do mercado de trabalho, que está cada dia mais exigente e competitivo. As falas das entrevistas ilustram o que acabamos de afirmar:

Não, tipo assim, o que pesa muito quando pensamos na questão dos jovens ou não é o quanto você já está encaminhando a sua vida e o quanto você já está pensando em fazer as suas próprias coisas, entende? O quanto você já se preocupa com isso. Eu não trabalho, como eu estudo aqui na UFES o dia inteiro e eu sou sustentado pelos meus pais, então tipo, eles me dão uma mesada e com essa mesada eu me viro, eles não me dão nem mais nem menos dinheiro, só aquilo que eu vou sobreviver assim no mês... tipo, eu moro com eles, mas tem um monte de gente que faz a mesma coisa e só não mora com os pais, tipo... eu conheço um monte de gente que vem de lugares mais longes e tem casa aqui, mas são sustentados 100% pelos pais, mas já é mais independente, já tem que cuidar do próprio dinheiro para gastar com as coisas, entende?. [...] Eu acho que a juventude seria aquele momento da vida que você já tem uma vida adulta, já pode sair, fazer suas próprias coisas, já pode dirigir, beber, fazer coisas assim que você não podia quando você era adolescente, mas você realmente não tem aquela preocupação de “ah, eu tenho que dar uma vida boa para a minha família, eu tenho que cuidar dos meus filhos, tenho que procurar contas de escola, de creche”, sabe? Ao mesmo tempo em que temos mais responsabilidades, não temos tanto quanto os adultos. Você tem uma liberdade

maior e tem uma consequência de liberdades menores, você pode fazer mais coisas sem se preocupar tanto com as consequências do dinheiro que você está gastando, porque elas não são 100% suas, seus pais estão ali para te ajudar ainda (M 6).

A fala acima exemplifica a dicotomia representada e vivenciada pelos próprios jovens que, ao mesmo tempo em que assumem responsabilidades de pensar no seu futuro, tem liberdade de aproveitar ao máximo os amigos, as festas, ou seja, tem um compromisso com o prazer, uma vez que eles ainda não são socialmente responsabilizados por todos os seus atos. As categorias estruturantes do núcleo central da representação de jovens parecem girar, portanto, em torno das noções de responsabilidade (atrelada ao compromisso com a preparação para a adultez) e rebeldia (que para eles parece estar ligada à diversão e a prática de atos que infringem normas e regras).

Como bem salientou Andrade (2000), a representação que um sujeito faz de determinado objeto é um bom indício do perfil de sua identidade, bem como o conhecimento da identidade de alguém é um bom preditor de sua visão de mundo, já que a identidade é construída individual e coletivamente. O que percebemos na RS de jovem é que a mesma é constituída por uma dinâmica social – normas e valores que ditam como um jovem deve ser e o que é esperado socialmente dele - e uma dinâmica individual ou identitária, que diz respeito ao modo como cada jovem se apropria do mundo social e dos conhecimentos que nele circulam e elaboram psicologicamente e socialmente essa realidade social e age de acordo com ela. Um dos jovens entrevistados apontou bem como vivencia a sua juventude ao ser questionado sobre o que é ser jovem na sociedade atual:

Então, eu estudo, muitos jovens trabalham, mas eu ainda estou procurando um trabalho, se não eu estaria trabalhando. Eu tento aproveitar o máximo possível, faço dela um momento de diversão, tento não ficar só nos estudos, tento me dividir e mesclar um pouco para não ficar

monótono e depois dizer que eu estudei a minha juventude inteira ou trabalhei a vida inteira e deixei de aproveitar, então eu tento fazer... juntar tudo, o estudo, o trabalho e a diversão. (M5).

Nas entrevistas, os jovens foram caracterizados e definidos a partir de três características principais: a faixa etária, os jovens foram apontados como pessoas que estão na faixa etária superior à da adolescência e inferior à da adultez, mostrando que as delimitações etárias presentes no estatuto da Juventude ou em alguns estudos sobre os jovens estão presentes nas representações de juventude; a maturidade ou as experiências vividas, sendo os jovens julgados como mais maduros e mais semelhantes aos adultos quando comparados aos adolescentes, porém com menos responsabilidades; e as diferenças no processo de desenvolvimento, pois enquanto os adolescentes estariam passando por um momento de mudanças corporais e por um momento de construção da personalidade, o jovem estaria em um processo de “descobrimento” do seu lugar perante a sociedade e o “mundo adulto”, o que ratifica a compreensão do jovem como alguém que está se preparando para a adultez.

Sendo assim, a partir das falas é possível observar que os jovens tentam formar uma identidade de si e do seu grupo a partir da diferenciação entre este e outros grupos, no caso o grupo de adolescentes e o grupo de adultos. De acordo com o que foi discutido sobre a construção social da juventude, parece que os jovens, ao elencar elementos ímpares à juventude tentam demarcar o que a define e diferencia e tendo em vista as visões estereotipadas que giram em torno da adolescência, não é de se estranhar que os jovens tentem afastar-se deste grupo, colocando os jovens como imaturos e irresponsáveis, e busquem uma aproximação com o grupo dos adultos, grupo considerado ideal, ao ressaltarem a maturidade e a responsabilidade. As falas a seguir exemplificam o que foi dito:

O adolescente, quando eu penso nele eu penso mais em imaturidade, entendeu? Quando eu penso em jovem, eu penso assim um pouco mais abrangente, não que não abranja o adolescente, mas quando me vem juventude à cabeça, me vem assim festas, baladas, mas ao mesmo tempo me vem faculdade. Já quando eu penso no adolescente não, me vem aquela população que está passando por aquele monte de mudanças corporais e que estão em muitos conflitos com eles mesmos e eu acho que é isso assim, eu não consigo ver os dois como a mesma coisa. (F1)

Acho que é a questão da maturidade mesmo. Quando a gente tem, por exemplo, hoje eu já me considero mais jovem assim, porque eu já faço coisas de adulto, sou mais adulta apesar de ser jovem, mas não tenho todas as responsabilidades de um adulto, que os pais têm. Agora adolescente não, adolescente é aquela pessoa que tem lá seus 15 ou 14 anos, sabe? 16, e está vivendo uma outra... ele pode até achar que não, mas é totalmente dependente dos pais, ele não tem independência nenhuma, nada, se quer ir à casa de um amigo pede para o pai levar, coisas assim (M6).

As representações dos jovens - apesar de todas as significativas diferenças que podem ser proporcionadas pelo gênero, pela área profissional e pelo status socioeconômico, predisposições intelectuais, em decorrência da maneira de enxergar e pensar os diversos objetos sociais e de gênero – não parecem diferir muito como observamos ao analisar os sentidos e os significados das evocações. A semelhança notável, mas não absoluta, entre os núcleos centrais indica que, embora não sejam as mesmas representações mantidas identicamente por jovens do sexo feminino e do sexo masculino, elas são simbolicamente semelhantes.

Os elementos comuns básicos que parecem formar o NC da representação de jovens para os participantes do sexo masculino (estudo, faculdade, futuro e sexo) representam quase a totalidade dos elementos citados pelas jovens do sexo feminino, a diferença é que sexo não aparece no NC da representação delas, apesar de aparecer na periferia com um índice quase

igual à frequência média (15, F=16), mas é ampliado com os termos amizade e liberdade, que por sinal também estão presentes na periferia da RS dos jovens. Os elementos parecem caracterizar o momento de vida atual dos participantes e ao mesmo tempo, tratam de elementos representacionais de identificação com as crenças e normas sociais criadas sobre o jovem, as quais variam em função das categorias de gênero e das classes sociais e são demarcadas cotidianamente na vida cotidiana dos jovens através dos discursos da família e da mídia, por exemplo.

Agora vamos nos ater às discussões sobre a juventude, iniciando com o que foi evocado pelos jovens do sexo masculino. Somente 107 jovens do sexo masculino responderam à questão cujo termo indutor foi Juventude, somando 17 casos omissos, o que não reduz a validade dos dados obtidos. De um total de 529 evocações, 191 termos diferentes foram citados. A ordem média de importância foi de 2,8; a frequência intermediária foi 10, correspondente a 141 evocações nos núcleos mais centrais, o equivalente a 26,65% do total de evocações. O ponto de corte foi 3 e a frequência mínima considerada foi 6, totalizando 255 evocações, dispersas entre 26 termos. Abaixo, na figura 3, podemos visualizar os resultados da análise feita pelo EVOC:

Figura 3: Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo masculino acerca do tema indutor Juventude (N= 107)

OMI*	< 2,8			≥ 2,8		
Frequência	Tema evocado	Frequência	OMI*	Tema evocado	Frequência	OMI*
≥ 10	Estudo	20	2,429	Alegria	12	2,917
	Fase	14	2,214	Amigos	10	2,900
	Religiosidade	10	1,900	Balada	20	3,550
				Drogas	28	3,941
				Sexo	13	2,846
				Vitalidade	14	2,884

< 10	Aprendizado	6	2,667	Diversão	8	2,875
	Descobertas	6	2,167	Decisões	7	3,143
	Desenvolvimento	6	2,667	Esperança	6	2,833
	Futuro	9	2,333	Grupos	7	3,571
	Irresponsabilidade	7	2,714	Jovem	6	3,000
	Responsabilidade	9	1,889	Música	6	3,500
	Saúde	6	1,833	Rebeldia	7	2,857
				Redes sociais	6	3,500
				Trabalho	6	2,833
				Violência	6	4,833

*OMI = Ordem média de importância

Estudo, fase e religiosidade são as palavras que compõe o núcleo central, tendo sido evocadas por um número significativo de jovens e mais prontamente. Ao observar somente a saliência, frequência das palavras, percebe-se que o núcleo central poderia ser composto pelos termos: *balada, drogas, fase e estudo*, tendo em vista a frequência elevada que as separam das demais palavras. Assim como observamos na figura 1, o elemento *drogas* é o que apresenta maior frequência e ordem média de importância.

O termo *religiosidade* foi ressaltado em alusão aos movimentos juvenis de cunho religioso. Fazendo um paralelo com o estudo de Martins, Trindade e Almeida (2003), a religiosidade foi tratada pelos adolescentes e jovens como importante para lidar com a vida e superar as adversidades. As autoras ressaltaram a necessidade de alguns participantes de sustentar a vida em torno da fé, pois por meio dela se consegue força para seguir no caminho certo e ser amado (Martins, Trindade & Almeida, 2003). Se a juventude é uma *fase* na qual a pessoa tem que seguir o caminho certo- investir no futuro através do estudo- , a religião pode sim ser encarada por eles como necessária para afastar os jovens das drogas, por exemplo. Nas entrevistas os jovens exemplificam a importância da religião para evitar que jovens se envolvam com o tráfico de drogas, mas explanaremos mais sobre isso em seguida.

Nos dois quadrantes inferiores da figura encontramos termos que se referem mais prontamente a características da juventude, como vida e vitalidade, que puderam ser agrupadas pela semelhança, saúde e jovem; desenvolvimento, aprendizado, descobertas e

decisões que são termos normalmente utilizados para se referir à juventude como uma fase da vida preparatória para a vida adulta, na qual as responsabilidades são mais flexíveis e o aprendizado e as decisões sobre o futuro imperam.

Se por um lado é esperado que o jovem estude e trabalhe para adquirir responsabilidades, por outro a violência e a irresponsabilidade aparecem para marcar e reafirmar características negativas atribuídas ao grupo e reproduzidas nas falas dos próprios jovens, afinal, como salientaram Cassab (2011), Valadão (2013) e Vavassori e Toneli (2015), os discursos que associam juventude, sobretudo das periferias urbanas, a contextos de violência e criminalidade, demarcando os jovens como problemas ou possíveis problemas sociais são recorrentes e difundidos em nossa sociedade há muito tempo, servindo assim de ancoragem para as representações dos próprios jovens acerca da população juvenil.

A figura 4 apresenta os resultados provenientes da análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino acerca do tema indutor Juventude. Dos 180 respondentes, obtivemos 887 evocações e 250 palavras diferentes. A ordem média de importância foi 2,9, e a frequência intermediária igual a 17, correspondente a 27,6% das evocações. A frequência mínima foi 8, permitindo a composição de uma tabela com 430 evocações, dispersas entre 28 termos.

Figura 4: Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino acerca do tema indutor Juventude (N= 180)

OMI*	< 2,9			≥ 2,9		
Frequência	Tema evocado	Frequência	OMI*	Tema evocado	Frequência	OMI*
≥ 17	Aprendizado	18	1,944	Alegria	31	3,065
	Educação	22	2,864	Amigos	35	2,971
	Fase	28	2,500	Balada	21	3,143
	Liberdade	26	2,154	Descobertas	18	2,944
	Responsabilidade	21	2,190	Diversão	25	3,320

< 17	Desenvolvimento	9	2,556	Drogas	8	4,125
	Esperança	9	2,667	Trabalho	14	3,214
	Experiências	10	2,300	Escolhas	12	3,000
	Futuro	16	2,375	Força	11	3,364
	Grupos	9	2,333	Namoro	9	3,000
	Jovem	11	2,000	Novidade	9	3,333
	Mudanças	16	1,938	Passageira	8	3,750
	Oportunidades	8	2,750	Sexo	8	3,375
	Tecnologia	10	2,700	Violência	8	3,250

*OMI = Ordem média de importância

No primeiro quadrante encontram-se: *aprendizado, liberdade, responsabilidade, fase e educação*. Pode-se indicar, pelo estudo da saliência dos elementos, que *amigos, alegria, diversão, fase e liberdade* parecem ser os elementos prováveis do núcleo central.

Com os elementos da periferia podemos fazer a seguinte associação: juventude é um período da vida marcado por *mudanças, oportunidades, desenvolvimento, escolhas, novidade* e é uma fase *passageira, mas cheia de experiências*. É o momento de experienciar coisas novas, como *drogas, sexo, namoro*. E mais uma vez aparece o termo *violência*, que merece destaque, pois apareceu nas periferias de jovens e de juventude, o que pode indicar a associação juventude-violência tão falada na mídia e nos discursos do dia-a-dia.

A representação de jovens e de juventude para os dois grupos apresenta elementos bem semelhantes. Para os jovens investigados, a juventude é compreendida como uma fase do desenvolvimento humano, fase de descobertas e aprendizado, no sentido de acúmulo de experiências; estudo ou educação, relacionados ao momento da escola e da faculdade; conciliação ou mesmo divisão entre o lazer, a balada, os passeios com os amigos e a liberdade que começa a ser adquirida e a responsabilidade de construção do futuro que começa a ser pensado a partir da escolha da profissão e do ingresso na Universidade.

Desenvolvimento, esperança, violência, grupos são elementos que aparecem nas periferias dos dois grupos. *Aprendizado e responsabilidade* têm frequências mais elevadas na figura 4, mas aparecem com menores frequências na figura 3, provavelmente na periferia; já com os termos *drogas e sexo* acontece o oposto.

Os dois grupos (masculino e feminino) caracterizaram a juventude como um período de planejamento ou de preparação para o futuro, relacionando-a com o período da faculdade, que os participantes estão vivenciando no momento, o que mostra a ligação entre as representações de jovens (eu e as pessoas do meu grupo) e a juventude (categoria na qual me insiro, me identifico e me defino), como mostram as falas:

Quando eu penso em juventude o que me vêm à cabeça é assim que é essa parte da nossa vida, essa parte da faculdade, uma fase muito de contradição, de você não saber o que vai fazer da vida, você fica pensando o que você vai fazer no futuro, o que você vai ser quando terminar a faculdade. É essa fase única da vida meio perturbada, mas ao mesmo tempo é assim essa fase da vida que você costuma se divertir mais, faz tudo o que você quiser praticamente. Então quando me vem juventude eu penso que é uma época da vida (M7).

Pra mim, a juventude, eu não vou colocar como uma fase nem como um período porque eu acho que não é isso, eu acho que a gente meio que cria muito essas coisas, mas eu colocaria como sendo assim uma das etapas em que a gente busca muito uma realização profissional, claro que dentro de cada limitação. Eu estou falando assim porque eu olho muito a mim e aos meus amigos, então é uma realização profissional, fazer uma faculdade, sair com os amigos. Outros tem planos de casar, né, pensando dos 18 até os 30, então alguns tem vontade de casar, ter filhos. Então eu acho assim que é uma etapa marcada principalmente pela vontade de fazer planos (F1).

Nas falas das jovens, a juventude foi caracterizada, principalmente, por ser um momento de fazer planos e executá-los, momento de pensar e planejar o futuro profissional ou familiar. Além disso, enquanto algumas falas apontavam na direção de considerar a juventude como uma construção social, outras a colocavam como uma fase passageira da vida, fase preparatória para a vida adulta.

Eu entendo como juventude uma coisa mais temporal, assim. É uma coisa que eu relaciono mais com a questão do tempo, não fico muito focada na questão da idade, sabe? Se eu estou

na juventude ou não, não estou. Então seria uma coisa na qual cada um se define, eu acho, estar ou não nesse tempo (...) não só a pessoa [se define que está na juventude], porque a sociedade também define se você está ou não dentro desse grupo. (F2)

Olha, a juventude pra mim é a parte mais difícil da nossa vida. É uma fase, pra mim é uma fase porque passa. Mas eu acho que é uma fase de descobrimento. (...) Quando você é jovem, você descobre o seu eu no âmbito social, você começa a tentar descobrir: “meu Deus, o que é que eu vou fazer da vida? Porque a partir de agora eu não vivo mais com os meus pais”. Mesmo se vive, mas já tem aquela expectativa de não morar e há uma preocupação social mesmo: onde é que eu vou morar? O que é que eu vou fazer? Que padrão que eu devo seguir? Você está entrando dentro dos padrões sociais, então eu acho que é a parte onde deveria ter mais auxílio, acredito, para o jovem se identificar, pois é muito difícil para o jovem concluir sozinho que cidadão ele será, entendeu? Ainda mais uma pessoa que não teve um bom estudo, não teve um bom conhecimento geral social, então eu acho que fica difícil na hora dele fazer as escolhas. (F 5).

Enquanto para as meninas a juventude se caracteriza, principalmente, por ser uma fase de fazer planos para o futuro, para os jovens do sexo masculino, seria uma fase de diversão, de crescimento pessoal e aquisição de responsabilidades, caracterizada, portanto, por um paralelo entre ganho de autonomia e dependência financeira dos genitores.

A juventude também, hoje em dia, eu vejo bastante como um momento de liberdade de expressão, onde as pessoas usam o que querem de roupa, saem para os lugares, festas, para conhecer outras pessoas, é um momento mais de relações (M3)

Vai até um pouco mais velho mesmo. Mas se você considerar as mudanças sociologicamente, uma pessoa com 15 anos hoje em dia já pode ser considerada jovem. (...) a primeira coisa que vem à minha cabeça são esses grupos de igreja, juventude de tal igreja, mas assim, seriam aquelas pessoas que vão procurar o primeiro emprego, pessoas mais jovens, entre 18 e 30 anos mesmo, esse grupo de pessoas. Seria uma fase que você passa a ser mais economicamente

ativo, analisando nesse aspecto econômico, assim. Vão ser as pessoas que vão ter um papel definidor no futuro do País, juventude me lembra muito disso, aquela coisa de que os jovens vão mudar o país. Os jovens seriam esse conjunto de pessoas, até os 30 anos pode ser mesmo. Até porque depois dos 30 você mudar já é bem mais difícil, não é. Então juventude é isso: 15 a 30 anos, 18 a 30 anos é só um número, mas no geral o jovem tem essa diferença (M 2). [...] Eu acho que a juventude seria aquele momento da vida que você já tem uma vida adulta, já pode sair, fazer suas próprias coisas, já pode dirigir, beber, fazer coisas assim que você não podia quando você era adolescente, mas você realmente não tem aquela preocupação de “ah, eu tenho que dar uma vida boa para a minha família, eu tenho que cuidar dos meus filhos, tenho que procurar contas de escola, de creche”, sabe? Ao mesmo tempo que temos mais responsabilidades, não temos tanto quanto os adultos. Você tem uma liberdade maior e tem uma consequência de liberdades menores, você pode fazer mais coisas sem se preocupar tanto com as consequências do dinheiro que você está gastando, porque elas não são 100% suas, seus pais estão ali para te ajudar ainda (M 6).

A fim de uma aproximação maior com o conhecimento sobre a juventude e os jovens, questionamos os jovens quanto à vivência da juventude na atualidade. Observamos que, de maneira geral, os participantes fizeram uma comparação entre a própria vivência e a vivência de outros. Os participantes do sexo masculino salientaram, sobretudo as semelhanças e diferenças entre as próprias vivências e as vivências de outros jovens, enfatizando o momento que estão vivenciando, momento de tomar decisões, como “qual profissão seguir”, ganho de autonomia, mas ao mesmo tempo a dependência dos pais.

Ao diferenciarem-se de outros jovens, bem como ao demarcarem diferenças entre o seu grupo de amigos e outros grupos de jovens, os participantes estão demarcando a importância dos grupos de pares como elementos característicos da juventude e característicos da RS de jovens e juventude.

A diversão, baladas, internet, bebidas e a liberdade de expressão foram tratadas como momentos comuns a todos os jovens, como algo que confere a eles um ponto de igualdade aos outros jovens e a sensação de aproveitamento do momento, como podemos ver a seguir:

Para mim está sendo muito difícil morar sozinho, porque eu sempre fui muito ligado à minha mãe e é um pico de autonomia que as pessoas às vezes têm que tomar muitas decisões na vida. Mas eu acho muito forte um adolescente de 17 anos, por exemplo, tomando uma decisão que vai valer a vida dele toda, porque no mundo, na sociedade, não tem como desvencilhar isso, por que tipo, hoje, às vezes você toma uma decisão errada, mas aí você tem que seguir aquilo, porque você não tem tempo, e eu que não sou de uma família rica e tal. Então é isso ou aquilo, matar ou morrer, mais ou menos, é 8 ou 80. Então, como é que eu vivo a minha juventude hoje: vivo com prudência e com responsabilidade, porque se eu estou aqui, por exemplo, fazendo esta entrevista aqui é porque a minha mãe me deu a oportunidade de estar aqui, usando o dinheiro dela, então eu vou tentar me diferenciar e aproveitar o tempo que estou aqui. E eu tenho trejeitos da juventude atual, então eu saio, bebo, eu não uso drogas além de bebidas e eu tenho que estudar para me inserir no mercado de trabalho, sei lá, a minha vivência na juventude é essa, porque eu nunca fui muito de festas, sempre fui muito NERD, então eu não tenho o que falar, eu gosto muito de jogar, eu sempre fiquei em casa jogando, mas é isso (M2).

As participantes do sexo feminino também apresentaram em suas falas uma diferenciação entre a juventude vivenciada por elas e a vivenciada por “outros jovens”, ressaltando os aspectos positivos das suas vivências e assinalando os “aspectos negativos” ao que é comum à juventude em geral. O momento vivenciado na universidade, os planos para o futuro, a aquisição de liberdade antes negada pela família e as festas com os amigos foram elencados pelas participantes F1 e F2 como pontos positivos de vivenciar a juventude. Diferentemente, a participante F3 fala de assumir novas responsabilidades, pois já não mora mais na casa dos pais, logo, precisa ser mais responsável, porém, ressalta que outros jovens não fazem a mesma coisa; em contraponto, as participantes F4 e F6 enfatizam que

atualmente os jovens estão assumindo responsabilidades que deveriam ser assumidas na fase adulta cada vez mais cedo, o que tem colaborado para a não-vivência deste momento considerado importante.

Nas evocações a religiosidade apareceu como um dos prováveis elementos do núcleo central da RS de Juventude para os jovens do sexo masculino, mas nas entrevistas são as meninas que destacam com maior intensidade a influência da religião no modo como elas vivem a juventude. As participantes F5 e F7 ressaltam a influência da religião na vivência da juventude; F5 fala que as pessoas consideram que ela pulou a juventude pelo fato de ser evangélica e não gostar de sair para baladas, trabalhar desde cedo e ser casada; resalta também a ideia da juventude como um momento natural de questionamento e de proposição de mudanças. A F6, que está noiva, aponta que tal qual todos os jovens, mora com os pais, mas que vai casar por escolha própria e ainda vai continuar “tendo essa liberdade” (F6) de estudar e correr atrás dos seus sonhos profissionais.

Hoje os meus amigos, colegas, enfim, as pessoas da minha idade que me circundam têm atitudes diferentes, por exemplo: “ah, cansei de estudar a semana inteira, então quero ir para a balada, quero beber, quero extravasar porque eu quero me distrair”. Eu não consigo fazer isso, é um meio no qual eu não me sinto bem, então se eu estou cansada eu vou ver um filme, eu vou relaxar em casa, posso tomar uma cerveja, mas eu vou procurar me relaxar de verdade e eu acho que o relaxar deles é tentar fugir um pouco da realidade, é sair, dançar, beber, extravasar mesmo, então eu me considero um pouco diferente dos jovens de hoje em dia por isso, mas eu acho que tem uma influência familiar muito grande. Eu sou assim, eu sou cristã, eu tenho conceitos cristãos e isso influencia nos meus gostos, eu cresci a vida inteira ouvindo que não é bom você ir para a balada, hoje eu não vou porque eu não gosto, mas eu sei que o meu não gostar tem parte no que eu aprendi. Então, ser jovem hoje eu acho que é complicado, né? Então assim, não acredito que seja a juventude de hoje em dia, acho que seja a juventude em si, a gente tem um instinto de tentar mudar a coisa que não tá boa, ah, vamos à luta, gente,

vamos fazer alguma coisa, vamos radicalizar, entendeu? O jovem tem isso, tem essa energia e eu acho que quando passa a juventude isso um pouco se perde, você tem compromissos extras, tem filhos, então você não pode se dedicar tanto à sociedade como quando você é jovem. Eu acredito que seja isso (F5).

Ao ressaltarem em suas falas o compromisso com a responsabilidade e com os estudos em escala superior à diversão, os participantes apontam a ideia de que estão “no caminho certo”, ou seja, fazendo o que se espera que o “bom” jovem faça, como apontaram Martins, Trindade e Almeida (2003) e Paixão, Almeida e Lima (2012) ao falarem do adolescente normal, que seria aquele comprometido com a própria educação e com o futuro. A rebeldia, atrelada à transgressão, que também vigora nas falas dos participantes, ancoram a RS de jovem na ideia do “ser que precisa ser ‘domado’ para assumir as suas responsabilidades e, futuramente tornar-se um adulto” (Martins, Trindade & Almeida, 2003, p. 565), aproximando-os dos adolescentes, que eles tanto insistem em diferenciar-se.

As falas em torno da juventude estão sempre em comparação com a adolescência e/ou com a idade adulta. Com a adolescência a comparação é no sentido de demarcar diferenças em termos de maturidade e experiências; já as comparações com a idade adulta colocam o adulto como uma meta, o jovem estaria se preparando para “virar” adulto, construindo a sua personalidade e tentando descobrir o seu lugar no mundo adulto. Para os participantes, a vida adulta seria o caminho, embora não saibam como ela seja. Ao falar dos jovens, os participantes falam de si e do seu grupo, buscando em grande medida uma identificação com os elementos que positivem a si mesmo e ao grupo e preserve a sua identidade positiva, ressaltando a função identitária das RS.

As entrevistas vêm para ratificar o que foi observado nas evocações. Os jovens são representados como pessoas que ora estão em uma faixa superior à da adolescência ora são compreendidos como adolescentes pela ausência de responsabilidades e experiências que os

coloquem em pé de igualdade com os adultos. A noção do jovem como um ser em construção, ou em preparação para a vida adulta está clara nos resultados dos dois instrumentos, o que pode reafirmar a centralidade dos elementos Estudo, Faculdade e Futuro. A periferia permite contradições, por isso não é de se estranhar que associado à rebeldia, o jovem apareça como possível transgressor de normas e regras, mesmo que a transgressão não seja o que se espera socialmente dos mesmos. Estariam estes jovens representando o que Menandro, Trindade e Almeida (2010) categoriza como a juventude que não deu certo. A juventude, para os participantes da pesquisa, seria representada como um período de aquisições de conhecimento e responsabilidades, mas ao mesmo tempo marcada como um período de vivências de curtição e alegria.

Compreende-se que as representações sociais de jovem e de juventude se entrelaçam de modo que a representação de juventude como uma fase da vida, momento de preparação para a vida adulta, marcada pela aquisição de responsabilidades através do ingresso na faculdade e da saída da casa dos pais colabora para uma representação do jovem como alguém que, ao mesmo tempo, precisa assumir responsabilidades frente ao seu futuro, mas sem deixar de aproveitar o momento vivenciado, no qual ainda é aceitável socialmente a violação de algumas regras, reafirmando que características como rebeldia e irresponsabilidade são presentes no imaginário social sobre a juventude.

A centralidade dos elementos que sinalizam o compromisso com futuro através do estudo em oposição aos elementos que caracterizam a diversão e a irresponsabilidade como marcas da juventude pode ser entendida como o reflexo da valorização do capital e da mercantilização do tempo que, segundo Oliveira (2015), coloca o trabalho como central na vida dos jovens em oposição ao tempo livre para cuidar de si.

Podemos traçar alguns possíveis elementos centrais e periféricos que podem compor a representação social de jovem e de juventude. Podemos ainda observar que a juventude é

enfocada como uma fase da vida que visa atingir objetivos propostos pelos adultos. Os jovens não questionaram em nenhum momento a possibilidade de não ingressar em uma faculdade ou de fazer um curso técnico, por exemplo, como outra opção viável para a juventude, as falas giraram em torno do que eles conhecem como sendo o ideal de juventude.

A valorização do curso superior e a preocupação com o futuro no mercado de trabalho foram marcantes tanto nas entrevistas quanto nas associações livres de ambos os grupos. Apesar de estudos apontarem os efeitos da crise econômica e do desemprego para a juventude (Lemos, 2012; Fonayet, 2015), os jovens do nosso estudo não relataram a possibilidade da não inserção no mercado de trabalho, indicando certo otimismo em relação ao futuro, resultado semelhante ao encontrado por Freitas (2004) ao investigar como jovens estudantes de uma escola técnica se posicionavam diante do desemprego juvenil. Estudar apareceu como um pré-requisito para a inserção no mercado de trabalho:

Eu tenho que estudar para me inserir no mercado de trabalho (M2).

Segundo Oliveira, Fischer, Amaral, Teixeira e Sá (2005), as práticas sociais que tendem a priorizar o trabalho, muitas vezes, levam o jovem a abandonar os estudos precocemente, apesar da valorização e da obrigatoriedade da escolarização; aqui, talvez pelo fato dos jovens pertencerem, em sua maioria, a famílias nas quais os pais são os principais contribuintes financeiros, o estudo obteve um grau de importância maior do que o trabalho. O trabalho aparece como uma preocupação futura, enquanto os estudos são mais urgentes. As falas abaixo servem como exemplo:

Eu moro com os meus pais, apesar de daqui a pouco eu tô casando, mas vou terminar metade do curso casada [...] O meu marido, por exemplo, não vai me cobrar que eu trabalhe enquanto eu estudo, vai me dar a possibilidade de eu fazer tudo no tempo certo, digamos. Em relação à carreira profissional eu vejo isso na minha vida, a juventude como o tempo certo para eu poder dar o máximo para depois colher frutos profissionais (F7).

Então, eu estudo, muitos jovens trabalham, mas eu ainda estou procurando um trabalho, senão eu estaria trabalhando (M6).

Pesquisa desenvolvida por Alves-Mazzotti (1994 citado por Alves-Mazzotti, 2002) com jovens que estudavam e trabalhavam, apontou representação positiva do trabalho, pois os mesmos sentiam-se úteis, mais independentes economicamente dos pais e com expectativas positivas em relação ao futuro devido ao esforço que faziam para estudar e trabalhar.

Percebemos que os jovens, ao buscarem uma definição da juventude, a colocam ali entre a adolescência e a idade adulta, em uma tentativa de se distinguir da adolescência e se aproximar da adultez, mas sem perder características que eles consideram próprias da juventude, como o momento de buscar o seu lugar no mundo sem o peso das responsabilidades de um adulto, como ressaltou o participante M1.

A rebeldia, a imaturidade e a transgressão também estão presentes nestas representações, mostrando que os jovens não se aproximam somente dos adultos, mas também conservam características que tradicionalmente marcam a adolescência, como a rebeldia, segundo Paixão, Almeida e Lima (2012). O jovem é então alguém em processo de crescimento pessoal e social, que deve assumir um compromisso com o futuro, contudo, um ser cuja imaturidade permite que se envolva em atos ilícitos.

Mais do que apresentar conceitos sobre o que é ser jovem e o que é a juventude, os participantes falaram sobre os modos como vivenciam a juventude, mostrando que apesar das expectativas sociais e familiares e a preocupação com o futuro e com a realização profissional, eles destacam em suas falas a liberdade, o sexo, as drogas, a amizade, a religiosidade e, sobretudo, a diversão como marcas da juventude que eles e os seus amigos vivenciam, demarcando que eles se esforçam em criar uma juventude à sua maneira, com uma cultura própria (Menandro, Trindade & Almeida, 2003), com as próprias prioridades como não existem padrões. Em virtude disso, notamos a consolidação de um enfoque mais

sociológico sobre a juventude como tendo um valor próprio, como um momento do ciclo da vida no qual o jovem é agente do seu destino e capaz de realizar as suas próprias escolhas biográficas, corroborando com as ideias de Carrano (2011) sobre a juventude.

6.3. A Violência e a Violência na Juventude

Ao analisar as representações de jovens e de juventude, percebemos que a transgressão de normas e regras, a imaturidade e a propensão à violência foram algumas das marcas da juventude, o que pode corroborar com uma representação da violência como algo natural do jovem, fixando, assim, o jovem em territórios de exclusão e vulnerabilidade, segundo Takeiti (2011).

A figura 6 ilustra as evocações dos 124 jovens do sexo masculino sobre a “violência”. As evocações totalizaram 617, sendo 237 diferentes entre si. A ordem média de importância foi 3, a frequência média de evocações foi de 12, totalizando 28,3% do total de evocações nos quadrantes mais centrais; e frequência mínima foi 6.

À violência foram associados termos que evocavam atos considerados violentos, como a agressão, suas causas, como a desigualdade social, e consequências, como o medo, por exemplo. No quadrante superior esquerdo encontramos os prováveis elementos que compõe o núcleo central de violência: *agressão, armas, crime e morte*. A figura abaixo vem explicar os elementos encontrados:

Figura 5: Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo masculino acerca do tema indutor Violência (N= 124)

OMI*	< 3			≥ 3		
	Frequência	Tema evocado	OMI*	Frequência	Tema evocado	OMI*
≥ 12	25	Agressão	2,556	20	Assalto	3,615
	18	Armas	2,778	29	Drogas	3,034

	Crime	13	2,538	Pobreza	12	3,417
	Morte	38	2,711	Polícia	20	3,100
< 12	Desigualdade	11	2,818	Assassinato	9	3,111
	Medo	11	2,364	Dor	8	3,125
	Mulher	11	2,636	Impunidade	6	3,000
	Favela	11	3,727	Intolerância	6	3,000
	Cadeia	6	2,167			
	Estupro	7	2,857			
	Injustiça	8	2,875			
	Tráfico	8	2,750			

*OMI = Ordem média de importância

Identificamos que as quatro evocações centrais relacionam a violência à criminalidade urbana, dando visibilidade à cultura da violência no Brasil que, conforme Guareschi, Weber, Comunello e Nardini (2006), torna-se base na qual se constroem formas de sociabilidade, sendo constante a luta cotidiana na busca de diferentes modos de lidar e viver com a violência.

A *agressão* é uma das formas sob as quais a violência cotidiana se expressa, é a violência direta que causa dano físico (Abramovay, 2002). Apesar de muitas vezes agressão ser utilizada como sinônimo de violência, enquanto a agressão pode ser definida por *condutas* “intencionais que machuquem ou irrite alguém, física ou emocionalmente” (Sisto, Bartholomeu, Santos, Rueda & Suehiro, 2008), a violência não pode ser resumida ao ato individual (Guareschi, Weber, Comunello & Nardini, 2006), pois ela também está incumbida na organização social sob as formas de leis e regras, como mantenedora da ordem social, e atravessa as relações humanas de formas sutis ou explícitas, tendo um caráter relacional e histórico (Caram, 1978; Soares, 2004; Valessan, 2015).

A ideia da violência associada à criminalidade urbana é reforçada quando verificamos evocações como: *armas, crime, morte, assalto e assassinato*. Há alguns anos o mapa da violência vem deflagrando as causas externas, ligadas a agressões intencionais ou homicídios por arma de fogo como as principais causas de mortes de homens jovens no Brasil (Waiselfisz, 2014).

A associação *pobreza, tráfico, drogas, favela e violência* também aparece nos dados, marcando os desfechos violentos que podem ser resultantes da presença do tráfico de drogas nas periferias, o que coloca os moradores em situações de risco (Santos, Oliveira, Paiva & Yamamoto, 2012).

A figura 6 vem trazer os resultados da análise das evocações do sexo feminino. Após a apresentação da mesma iremos comparar os resultados dos dois grupos com as entrevistas. De um total de 184 respondentes, 910 termos foram evocados e 265 eram diferentes. A ordem de evocação foi calculada com frequências iguais ou maiores a 9, ou seja, 5% do total de participantes, resultando na ordem média de 2,7. A frequência intermediária foi de 25, correspondente a 238 evocações ou 26,1% do total de 910, o que, de acordo com o estudo de frequência, indicou uma diferença qualitativa entre a marca 25 e 26. Os prováveis elementos que compõe o núcleo central, como se pode observar são: agressão, armas, morte e mulher. As evocações não se diferenciam muito do que encontramos na figura 5, exceto pelo termo *mulher*.

Figura 6: Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino acerca do tema indutor Violência (N= 184)

OMI*	< 2,7			≥ 2,7		
Frequência	Tema evocado	Frequência	OMI*	Tema evocado	Frequência	OMI*
≥ 25	Agressão	47	2,553	Sofrimento	48	2,929
	Armas	28	2,679	Drogas	38	2,763
	Morte	33	2,576	Medo	25	2,720
	Mulher	25	2,360	Assalto	39	2,989
< 25	Crime	16	2,563	Abuso	9	3,556
	Desigualdade	9	2,333	Desrespeito	9	3,111
	Psicológica	9	2,667	Estupro	15	3,333
	Tráfico	18	2,611	Favela	11	2,909
				Física	10	3,200
				Jovens	11	3,091
				Pobreza	14	3,143
				Polícia	12	2,917
				Preconceito	15	3,700
				Tristeza	18	3,056

*OMI = Ordem média de importância

O termo *mulher* relacionado à violência retrata discursos que há algum tempo vem ganhando espaço no Brasil, os discursos feministas e as lutas pelo fim da violência contra a mulher. Porto (2006) afirma que, investigar as representações sociais de violência ajuda na compreensão dos valores, crenças e sentidos hegemônicos no contexto social, a partir do qual condutas violentas se desenvolvem como a forma mais imediata de resolução de conflitos. Podemos citar como exemplo os valores machistas que circulam na nossa sociedade e podem ser observados em ditados populares que justificam a violência praticada por homens contra mulheres, por exemplo: “homem que é homem não leva desaforo pra casa”. A violência contra a mulher, segundo Safiotti (2004), é legitimada e justificada por conta de valores como estes, que justificam o uso da força física por homens. Assim, a associação entre violência e mulher pode expressar a grande vitimização da mesma em nossa sociedade.

No segundo quadrante, de altas frequências e alta ordem de importância, chamamos a atenção para os termos *sofrimento* e *medo*, que podem expressar sentimento de impotência frente à violência urbana.

Comparando os resultados dos dois grupos, *agressão*, *armas e morte* aparecem no primeiro quadrante. *Agressão*, *assalto* e (violência contra a) *mulher* podem expressar tipos de violência que chamam a atenção pela elevada ocorrência. *Polícia* é um termo que merece destaque, pois ao mesmo tempo que polícia pode referir-se a um elemento de proteção, por outro lado, com os diversos casos de assassinatos de jovens por policiais, dentre os quais podemos citar a chacina que ocorreu em 2015 em São Paulo. As notícias denunciam que cinco policiais, em represália ao assassinato de um colega de profissão, deixaram 18 pessoas mortas, na maioria jovens, em Osasco e em Barueri⁴. Assim, é válido investigar mais as

⁴ <http://ponte.org/quando-18-pessoas-morrem-em-uma-cidade-e-ninguem-fala-nada-essa-cidade-tambem-esta-morta/>

representações em torno da figura do policial até para verificar se aparece também a questão de serem agentes de violência.

Desigualdade, pobreza e favela são elementos comuns aos dois grupos, e podem apontar a desigualdade social e a pobreza como causas da violência, corroborando com Adorno (2002), que aponta a desigualdade social como um agravante para o crescimento das taxas de violência nas mais distintas modalidades, em especial o crescimento da delinquência urbana, crimes contra o patrimônio e a emergência do tráfico de drogas que promoveu

A desorganização das formas tradicionais de socialidade entre as classes populares urbanas, estimulando o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar lei e ordem, tem grande parte de sua responsabilidade na construção do cenário de insegurança coletiva (Adorno, 2002, p. 88).

O debate sobre os sentidos compartilhados sobre a violência é central no nosso trabalho, pois a partir dele buscamos extrair as relações presentes entre a violência e a juventude, buscando, à luz dos conteúdos colhidos, responder alguns questionamentos: como estes jovens universitários significam a relação entre violência e juventude? São os jovens os principais envolvidos em episódios violentos? E o que os deixa tão vulneráveis? Dentre tantos outros que talvez nem possam ser respondidos.

A ideia predominantemente partilhada entre os dois grupos entrevistados é a de que a violência pode ser qualquer ato de agressão física, psicológica ou verbal, que incomode ou que acarrete algum mal ao outro. A associação violência-agressão também apareceu nas evocações. Esta foi a ideia partilhada por todas as jovens e por quase todos os participantes (cinco) do sexo masculino.

A violência pode se manifestar através dos assaltos com arma de fogo; da negligência ou abuso sexual nas famílias; do envolvimento com o tráfico de drogas; na escola, através

do bullying; no trabalho, através do assédio moral ou de alguma atividade que atrapalhe o desenvolvimento da atividade do outro. Nas palavras dos participantes:

Pra mim existem formas de violência. Tem a agressão física, tem a violência moral também.

Pra mim a violência é quando você pratica um ato que a outra pessoa se sente mal com esse ato, entendeu? Se sente mal, se sente desconfortável, ofendido. É algo que faz mal ao outro, seja físico ou moral, causa um desconforto e desagrada a outra pessoa (M3).

Ou agredir alguém, mas existem diversos tipos de violência: violência verbal, ou violência no cotidiano, como nas escolas que têm todo esse processo de bullying também. Têm vários tipos de violências que os jovens sofrem e também há vários grupos de jovens também, por exemplo, se for mulher sofre um tipo de violência, se for negro sofre outro tipo (M4).

Eu considero violência tudo aquilo que de uma certa forma vai invadir o outro sujeito. Tudo o que você faz que passa a ser uma invasão, que incomode o outro, para mim já é um exemplo de violência, mas assim, olhando de uma forma muito rápida quando eu penso na violência aí me vem arma de fogo na cabeça, vem morte, principalmente o tráfico de drogas, porque assim eu acho que o tráfico de drogas é o grande vilão nisso tudo, principalmente por alguns jovens estarem envolvidos (F1).

Um prejuízo emocional, um prejuízo na saúde física, mental, que não é saudável. Um prejuízo que não é saudável para pessoa. É isso, é uma coisa que vai trazer algum tipo de consequência ruim, um malefício para a pessoa ou uma outra pessoa que tá relacionada a um ato. Não é por exemplo um acidente, tem uma intenção aí, então é um ato intencional, nessa questão (F2).

Assim, pra mim é tanto a violência física, quanto essa insegurança de muitas pessoas andarem armadas, com o poder de arma, e você pode levar um tiro na rua. Isso também é violência. Mas também uma violência psicológica, uma violência verbal também, não só a parte física, o tratamento à vezes que uma criança recebe, como um castigo, pode ser uma violência, porque pode acabar machucando talvez” (part. 7).

Para além de ser considerada um ato intencional que prejudica e desrespeita o outro de diversas formas, a violência é ainda apontada pelos participantes como algo que está presente em todo lugar na atualidade, sendo comum no cotidiano.

Mas eu acho que a violência hoje tá muito... assim... tá muito... uma questão muito popular, né? Vamos pegar no meu caso, eu tenho 25 anos e na minha época de 15, 16 anos, eu brigava todos os dias na escola e no outro dia eu estava conversando numa boa, com quem eu briguei, eu ia lá pedir desculpa. Hoje em dia não tem isso mais, hoje em dia você briga com a pessoa e o cara marca a sua cara, fala que isso não vai passar barato ou às vezes por um simples... você passa e olha errado para o cara, o cara já acha que você tá querendo interferir em alguma coisa. Então hoje em dia a violência está em todo local e só tende a piorar, se não tiver uma reforma ou uma coisa para mudar bastante, eu acho que só tende a piorar (M1).

Os jovens ainda falam da violência como um instrumento de controle utilizado tanto pelo Estado quanto pelos próprios homens na tentativa de expressar os seus sentimentos e de controlar pessoas.

Então, na verdade, é até uma coisa natural do ser humano a utilização da violência. [...]o estado se utiliza desse meio para tentar coagir, porque também é um instrumento que consegue controlar as pessoas a violência das mais diversas formas, não só bater, mas têm várias formas de violência. Eu estou pensando na violência moral, física, psicológica, financeira que hoje a gente tem, na humilhação; então é mais ou menos isso, é um instrumento que o ser humano cria para poder controlar ou externar sentimentos [...] Pode ser a manifestação psicológica de determinados sentimentos incertos, como uma forma de manifestar certos sentimentos; uma palavra vaga pode ser usada para proferir a violência, então ela pode encarar várias formas, várias manifestações. [...]A violência é a forma de você se impor sobre outra pessoa para mostrar que você é mais competitivo do que ela [...] você geralmente usa da violência, então a nossa sociedade está cada vez mais seguindo esse caminho: eu imponho a minha vontade, mas isso de certa forma é violência, porque o que é certo ou errado é muito relativo (M 2).

A visão jurídica da violência como um ato de transgressão de normas e regras foi elencada como uma forma de violência:

Então, violência, essa era uma pergunta bem complicada. Assim, a violência é porque nós temos leis, um regimento e normas de como a gente deve viver em sociedade, mas às vezes nós podemos infringir elas. E também existem vários tipos de violência na verdade, é um tema bem amplo, tem essa violência na qual você acaba infringindo alguma lei, alguma norma social, de você roubar (M 4).

A violência como um instrumento de poder utilizado pelo Estado para a manutenção da ordem social é uma forma de violência sutil, que se manifesta, segundo Chauí (2003), através das leis e regras como uma forma de manter o controle do Estado sobre as pessoas. Para Stival e Bergamo (2009), a violência “rompe elos e redimensiona projetos com o uso da força, isto é, a aplicação de encaminhamentos ostensivos ou ocultos que visam assegurar, moderar ou coibir uma ação do sujeito ou grupo social” (p. 8292). A violência praticada por policiais é um exemplo de violência praticada em prol da manutenção do controle social. Se por um lado a polícia aparece como um instrumento de proteção, por outro ela pode ser encarada como reprodutora da violência.

Agressão da polícia eu já sofri que também é outro tipo de agressão também e vários tipos de agressão assim, que eu considero. Eu já fui em show e lugares que foram outros jovens que, incrivelmente, estavam alterados pelo uso de álcool ou drogas, eu não sei porque fizeram isso, não sei porque tentaram e repressão da polícia mesmo em manifestações contra a maioria penal, contra a PL da terceirização, que a polícia foi repressiva [...] quando a gente fala em violência na juventude, não tem como não falar da polícia militar hoje em dia, que a polícia militar hoje em dia acaba sendo mais um dos motivos que causa a violência, por excesso de pressão, principalmente sobre a sociedade pobre, negra e de favela, a polícia acaba sendo mais

um agente que causa medo e mais um agente da violência, então eu acho que a polícia é bem importante de citar assim. Assim, quando eu precisei eu fui amparado pela polícia, mas eu fui amparado porque eu estava com o uniforme de uma escola particular, eu estava em um bairro de classe média alta, então eu estava numa condição que favorecia a polícia, porque geralmente eu seria o tipo de pessoa que a polícia acolheria, mas se você é negro e está chegando em casa a noite na comunidade, foi o caso até de um menino aqui da universidade que a polícia agrediu ele verbalmente, fisicamente, tratando ele como negro, pobre, pivete e só depois que ele apresentou a carteirinha da Universidade que ele foi tratado como cidadão, então a polícia é um agente da violência hoje em dia contra uma parcela da sociedade. E eles têm essa visão de que o jovem tem que está na escola e que o jovem que não está na escola é ocioso, é vadio, mas também eles não vão na escola para saber porque eles não estão lá, é sempre a mesma história de prender, de encarcerar na escola, dentro de casa (M4).

No de classe média/ baixa você não vê roubo. É muito difícil uma pessoa ser assaltada, no de classe média/alta você vê, agora as formas de negligência são totalmente diferentes, você vê no de classe média/ baixa negligência total com a educação, com a saúde, na classe média/alta, o postinho lá é todo bonitinho, você tem uma referência e tal, a polícia chega [...]ontem foi muito engraçado a minha amiga me contando que a casa dela foi assaltada por dois meninos, que os policiais encontraram os dois meninos e deram um cacete neles, ela usou essa palavra. E eu falei: gente, não confunda, a polícia é pra proteger a gente, a todos, né? (F2)

As falas acima, juntamente com as evocações, exemplificam o que os jovens pensam a respeito da abordagem policial, que em algumas ocasiões é agente de proteção e em tantas outras de repressão, ameaçando, ofendendo ou usando a força contra os civis. Adorno (2002) afirmou que no Rio de Janeiro a violência policial é frequente nas favelas e em áreas de habitações populares com o propósito de prender traficantes ou conter o tráfico de drogas, o que gera em muitos casos a morte de bandidos, em confronto com a polícia, justificadas em

nome de resistência à ordem de prisão. Mas acaba vitimando também os moradores e transeuntes não envolvidos em atividades criminosas.

O estudo de Santos, Oliveira, Paiva e Yamamoto (2012) sobre o significado que famílias de jovens mortos por homicídio a respeito da trajetória de vida dos jovens, levantou a discussão sobre a ação da polícia nos bairros populares. Os participantes, tais como os jovens que entrevistamos, enfatizaram o caráter violento ou corrupto da atuação policial, gerando insegurança e medo na população, já que a própria participa de atividades ilícitas.

Algumas respostas atribuíram a violência a condições naturais do humano, violência também é tomada como natural do humano, apontando uma compreensão naturalizante da violência, atribuindo a ela características inatas e aspectos biológicos do sujeito (Santos, Oliveira, Paiva & Yamamoto, 2012).

É uma coisa muito subjetiva isso, subjetiva e objetiva (risos), mas o que é que eu acho do jovem? Bom, jovem negro e da periferia é o que mais comete crime, não tem como você dizer que o social não está no meio, mas não é só o social. (...)olha, ou ele tem alguma predisposição genética, alguma psicopatia ou uma sociopatia, talvez. (...) Deve ser alguma coisa da mente da pessoa mesmo, não dá para entender a mente de cada um, só um psicólogo mesmo para descobrir isso, mas eu só vejo isso, entendeu? (M 2).

Tem sempre um porque atrás, então eu não acho que fulano se meteu com drogas e virou uma pessoa violenta, não, ele já tinha alguma coisa, uma predisposição, uma característica, alguma coisa assim que foi levando ele por este caminho (M 6).

Eu acho que é mais uma questão de subjetividade mesmo, eu acho que vai assim de cada um [...] eu acho que vai principalmente da subjetividade do sujeito (F1)

Pra mim tudo isso é um pouco de violência porque todos eles não estão sabendo lidar com a situação e partem para um lado mais físico ou verbal, entende? (M 6).

A ideia da violência como algo que gera sofrimento, morte, dano psicológico e pode comprometer o desenvolvimento da pessoa, conforme a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), também foi ressaltada nas falas dos jovens. A morte, expressa tanto nas evocações dos dois grupos quanto nas entrevistas, apontam a violência como um ato de coação que leva a um fim trágico (morte), muitas vezes como consequência do envolvimento com o tráfico de drogas:

Ah, eu acho que a violência seria mais, vamos supor... se for falar em uma ação, seria isso mesmo de os jovens de hoje em dia que vendem drogas, vamos pegar, por exemplo drogas, que é o principal motivo pelo qual acontece assassinato hoje em dia, eu acho que seria isso mesmo, você pode vender 20 mil reais para o cara, mas no dia que você dever 20 reais isso vai lhe custar a vida. Mas a violência não é sempre isso, nem é sempre uma ação, né? Pode ser de vários tipos, às vezes não chega nem a matar o cara, mas chega a ameaçar, ameaça a família ou sei lá apenas dá uma surra ou seria por encomenda. Ah, não sei seria uma coisa muito aberta para dizer (M1).

Continuando a discussão sobre a violência, vamos centrar a nossa análise nas representações da violência na juventude. As figuras 7 e 8 apresentam os resultados da associação livre de palavras dos jovens do sexo masculino e feminino. Considerando os resultados decorrentes do processamento do EVOC para o termo indutor violência na juventude, das 615 palavras evocadas, 276 diferiram entre si. A Ordem Média de Importância foi 2,9, a frequência média foi 10 e a mínima 6. Seguindo os apontamentos de Vergès (1992, apud Sá, 2002), os elementos a serem considerados como muito prováveis do núcleo central devem ser observados pela saliência e pela prontidão com que foram evocados; então podemos considerar os seguintes elementos como mais proáveis de compor o núcleo central: *bullying, desigualdade, drogas, educação e falta de educação*.

Figura 7: Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo masculino acerca do tema indutor violência na juventude (N= 124)

OMI*	< 2,9			≥ 2,9		
Frequência	Tema evocado	Frequência	OMI*	Tema evocado	Frequência	OMI*
≥ 10	Bullying	11	2,455	Agressão	23	3,091
	Desigualdade	12	2,250	Morte	11	3,727
	Drogas	49	2,439	Pobreza	10	3,300
	Educação	18	2,778	Tráfico	15	3,133
	Falta de educação	19	2,579			
< 10	Família desestruturada	8	2,667	Armas	6	4,167
	Imaturidade	6	2,833	Falta de oportunidade	6	3,167
	Influência	8	2,500	Impunidade	8	3,375
				Maioridade penal	8	3,375
				Polícia	7	3,143

*OMI = Ordem média de importância

O *bullying*, nos últimos anos, vem ganhando espaço como uma tipificação da violência entre adolescentes, no ambiente escolar. Segundo Bandeira e Hutz (2012), o *bullying* é um comportamento violento que ocorre entre pares e constitui-se num relacionamento interpessoal marcado por um desequilíbrio de forças, sendo recorrente entre adolescentes e jovens, e podendo ser verbal, relacional e eletrônico. O *bullying* é um problema real e vivenciado por diversos adolescentes e jovens no ambiente escolar, podendo ser caracterizado como uma violência entre adolescentes/jovens, o que pode justificar a evocação.

A *educação* parece ser apontada pelos jovens entrevistados como o principal meio de prevenir a violência, e a *falta de educação* ou do investimento em educação pode ser entendido como uma das causas. A *falta de educação* pode ser uma das causas da violência na juventude, juntamente com as *drogas*, a *desigualdade social* e a *desestruturação familiar*. Mais uma vez o elemento *drogas* é o mais frequente, apontando o uso/abuso como um fator de risco para o envolvimento dos jovens com a violência, assim, a violência pode ser um meio para a obtenção de drogas ou uma consequência do uso.

As considerações de Dahlberg e Krug (2007) abordam o tráfico de drogas, o desemprego e o isolamento social generalizado como questões que favorecem a vivência de experiências violentas. A desigualdade social que assola a sociedade brasileira atinge diretamente os jovens residentes de bairros populares, que muitas vezes não têm acesso a educação de qualidade e encontram-se em situações de vulnerabilidade individual, favorecendo o envolvimento em situações de risco, como o uso ou tráfico de drogas, e em vulnerabilidade social, já que o Estado não é efetivo nessas comunidades e os jovens tentam buscar ascensão social por outros meios, como apontam Dayrell e Carrano (2003).

O estereótipo da juventude turbulenta e rebelde que permeia o imaginário social colabora para a associação entre os jovens e episódios de desvios e delitos (Valadão, 2013). Takeiti e Vicentin (2015) afirmam que nos estudos sobre violência no campo da saúde os homicídios são atrelados ao envolvimento dos jovens com a criminalidade urbana. Os homens jovens, negros e pobres são correspondem, nos estudos epidemiológicos, à população que apresenta maiores índices de morbidade e mortalidade pelo uso nocivo de drogas no Brasil (Granja, Gomes, Medrado & Nogueira, 2015).

A figura 8 comporta as evocações dos jovens do sexo feminino frente à expressão indutora *violência na juventude*. De um total de 912 evocações, 321 diferiam entre si. A ordem de importância média considerada foi 2,9; a frequência média 12 e a frequência mínima 7.

Drogas aparece como o elemento mais central na figura 8, tal como na figura 7, sendo que *agressão, desigualdade, educação, falta de oportunidade e tráfico* são os outros elementos que parecem formar o núcleo central da RS de violência na juventude para os jovens. Tais elementos reforçam a associação entre violência e pobreza, deflagrando a desigualdade social e a aproximação de jovens que não veem outras oportunidades de vida ao tráfico. Paixão, Almeida e Lima (2012), ao investigarem representações de jovens sobre

a adolescência, encontraram histórias em que os adolescentes apareciam praticando atos ilícitos, como roubos, uso de drogas e crimes, sendo que as drogas e a transgressão apareciam fortemente vinculadas à imagem do adolescente, da mesma forma como foi possível identificar no nosso estudo. A associação entre juventude, drogas e violência remete à ideia de jovem negro e pobre como jovem violento.

Figura 8: Análise prototípica referente às evocações de jovens do sexo feminino acerca do tema indutor Violência na Juventude (N= 184)

OMI*	< 2,9			≥ 2,9		
Frequência	Tema evocado	Frequência	OMI*	Tema evocado	Frequência	OMI*
≥ 12	Agressão	22	2,167	Família	21	2,905
	Drogas	73	2,562	Medo	14	3,571
	Desigualdade	16	2,091	Morte	25	3,040
	Educação	13		Pobreza	13	3,000
	Falta de oportunidade	13	2,308	Tristeza	13	3,923
			2,385			
	Tráfico	12	2,750			
< 12	Bullying	11	2,500	Comum	10	3,222
	Negros	9	2,667	Dor	9	3,333
	Trauma	10	2,300	Maioridade penal	10	2,900
	Influência	7	2,500	Impunidade	8	2,900
	Preconceito	7	2,501	Namoro	7	3,04
	Raiva	8	1,570			

*OMI = Ordem média de importância

A associação juventude, violências e drogas reforçam uma representação social de juventude ancorada em traços negativos e caracterizada pela transgressão às normas, conforme evidenciaram algumas pesquisas (Souza, 2005; Paixão, Almeida & Lima, 2012; Menandro, Trindade & Almeida, 2003). As evocações expressam a falta de oportunidade como consequência da desigualdade social, vivenciada principalmente por jovens negros do sexo masculino, relacionada à pobreza. A violência nas relações de namoro já foi apontada por alguns estudos como uma tipologia da violência sofrida e praticada entre jovens, e alguns estudos já apontaram a legitimação da violência nas relações íntimas e minimização dos seus

efeitos quando não se atrelam à agressão física (Nascimento & Cordeiro, 2011; Minayo, Assis & Njaine, 2011; Moura, 2012).

As entrevistas apontam a violência na juventude como um fator “natural” da juventude, corroborando com as representações discutidas acima, ancoradas nas proposições estereotipadas que consideram os adolescentes e jovens como passíveis de atos de violência, devido à fase de turbulência e imaturidade (Menandro, Trindade & Almeida, 2010). O envolvimento dos jovens com a violência é um processo histórico e cultural e, para os participantes, a falta de punição influencia o envolvimento dos jovens com a violência e com o tráfico, como podemos observar nas falas:

Então, eu acho que o envolvimento de jovens com a violência é um processo histórico e cultural da nossa sociedade brasileira, porque esses jovens que estão envolvido, a maioria deles, são jovens de classes baixas, então é todo um processo que acontece desde a colonização do nosso país que foi gerado e que hoje em dia causa essa desigualdade social e hoje em dia a gente também tem todo esse capitalismo, o consumismo que leva os jovens a quererem as coisas cada vez mais e nem todos têm essas oportunidades, então eu acho que a forma mais rápida de as pessoas fazerem, conseguirem o que elas querem é o mundo do crime, mas tem todas essas questões sociais (M4).

[...]já ele sabe que a punição não vai ser muito severa com eles, então eles acabam fazendo isso (M5)

Acho que sim, ainda mais hoje em dia no Brasil, porque a Lei facilita muito para os jovens, os jovens eu falo da questão de que ele não é preso com 16 anos, 17 anos. Eu acho que tem uma facilidade muito grande porque ele sabe que não vai ficar preso, então querendo ou não isso induz muito a pessoa a entrar nesse mundo do tráfico. Você pega hoje um garoto de 16 anos, coloca ele pra vender ou pra matar o cara e se ele for pego não fica trinta dias, não fica 2 meses. E às vezes acontece de ele nem cometer essa ação, outra pessoa faz isso e coloca a culpa no jovem porque sabe que não vai ter nada e eu acho que os jovens por conhecerem hoje em dia essa brecha na lei isso induz muito eles a entrarem no tráfico, entrar em coisas erradas por

saber que não vai dar em nada, então querendo ou não isso é uma coisa que ajuda bastante, que facilita a entrada do jovem no mundo do tráfico (M1).

Você vai numa boate... Eu não vou porque eu não gosto e porque eu também tenho medo, porque direto tem violência lá, é incrível! É um lugar onde só tem jovem e é impossível não ter pelo menos um caso de violência por noite, toda noite tem algum e eu morro de medo. E daí você fala “nossa”! Mas eles estão entre si. Eles se explodem muito fácil, do nada eles tiram uma arma, porque é muito fácil você conseguir uma arma, porque tem um mercado ali em Vila Velha, em Aribiri, e você vai lá e compra revolver na feira, se você chegar lá querendo comprar uma arma tem um carinha lá vendendo, entendeu? Eu sei que a polícia sabe, mas eles não tiram porque eles não querem, mas a polícia sabe. Então assim, é muito fácil você conseguir uma arma de fogo, muito fácil você conseguir uma arma, porque você é muito mal revistado para entrar nesses lugares, então você esconde o que você quiser aonde você quiser ou até mesmo com entorpecente, ou com algum tipo de drogas, eles se drogam muito, bebem horrores, perdem a consciência, eles estão totalmente alterados, então, bom, é tragédia, né! Você está alterado, você perdeu a consciência, você está com qualquer tipo de arma que possa ferir, então uma discussão, uma pequena discussão vai gerar uma briga. Qualquer besteira. Então hoje eles estão muito assim, violentos, porque é uma sequência de fatos, uma sequência de coisas que fazem, que usam, então no final acabam se transformando em outras pessoas, porque do nada faz, depois se acalma e até se arrepende do que fez. Depois, quando passa, no outro dia de manhã, que passou o efeito da droga, que você tomou um banho e relaxou, depois você para pra pensar e aí “ah, foi mal, foi por besteira”. Alguns são caras de pau e até falam: “ah, faria de novo”, tem uns assim, não tem? Mas tem aqueles que se arrependem. Então é algo do momento. Hoje eles estão muito explosivos, tudo é eu te mato e resolvi o problema. O outro passa a ser uma coisa insignificante (F5).

As falas acima expostas permitem uma visualização breve de como os participantes atribuem causas ao envolvimento dos jovens com a violência. As exposições, no geral,

confluem para três fatores principais para o envolvimento dos jovens com a violência: o primeiro refere-se às possibilidades “sedutoras” que o meio da violência oferece, sobretudo o envolvimento com o tráfico de drogas, pois seria um meio de dinheiro “fácil”; o segundo relaciona-se às características atribuídas à juventude, como imatura, com a personalidade em construção ou incosequente, com os hormônios à flor da pele, fatores de cunho individual que favoreceriam o envolvimento; e o terceiro refere-se aos fatores ambientais, ligados à violência observada ou vivenciada no contexto e uma possível reprodução da mesma, às influências dos amigos, uma vez que os jovens foram postos como influenciáveis, e à falta de educação moral e compromisso social da sociedade para com os jovens.

Destrinchando um pouco mais esses pontos, as participantes F1, F2 e F7, retrataram que alguns jovens estão mais vulneráveis do que outros, pois, muitas vezes, pelo meio no qual eles vivem, o meio da violência é sedutor, é uma forma de conseguir dinheiro fácil, seja para bancar um estilo de vida ou para “ostentar” (termo empregado pelos participantes M1, M2 e M4), seja para ajudar a custear as necessidades básicas dele(a) e da família, tendo em vista as dificuldades encontradas em conseguir um emprego digno ou de fazer algo diferente diante da realidade na qual ele vive.

Eu acho que o jovem de hoje ele vê na internet as pessoas que têm dinheiro, as pessoas que tem uma qualidade de vida boa, tendo um carro, tendo condições e querem isso também. E o que que acontece? Normalmente ocorre que as pessoas, começam a maioria no tráfico, começam a vender, começa como aviãozinho né, que é o mais baixo. Ou começa tipo pegando alguma coisa e vendendo e tal. Só que é aquilo, é um caminho que não tem volta, é uma escolha e é um dinheiro que vem fácil só que a qualquer momento a sua vida pode ir fácil. Eu acho que os jovens hoje em dia eles correm por esse caminho por isso mesmo, para querer... a palavra que eles falam é ostentar, que seria mostrar para todo mundo que ele tem condição, mostrar que é tipo o foda do momento e nem sempre o caminho que eles seguem é o caminho

certo, porque ninguém quer subir degrau, todo mundo já quer chegar lá em cima direto” (M 1).

Olha, não sei se eu vou dizer que isso é comum, mas isso atinge sim alguns jovens, não é? Isso é fato. Alguns jovens estão um pouco mais vulneráveis a isso e outros não. Por exemplo, os meus amigos jamais se envolveriam nisso, agora outros adolescentes que eu já tive a oportunidade de trabalhar que posteriormente serão jovens, eu vejo que há uma certa sedução nesse meio da violência, porque muitas vezes é um meio que se consegue dinheiro fácil, que você consegue um estilo de vida fácil, que vem tudo muito fácil, então eles acabam indo pelo caminho mais fácil, não é? Agora a pergunta que não quer calar: porque que uns não querem este caminho? Porque outros querem? [...] Eu acho que tudo vai voltar para esta questão de ser um meio de se ter dinheiro fácil, mas eu já vi alguns adolescentes falando que precisavam sustentar a família, né? Que tinha não sei quantos irmãos para cuidar, que não tinha emprego, eu já vi alguns adolescentes falarem que não conseguiram arranjar emprego, adolescente já de 18 ou 19 anos, eu falo adolescente porque já estou mais acostumada, mas foram tentar conseguir um emprego de embalador de caixa, que eu faço, que qualquer um faz, e ou não conseguiu porque era negro ou não conseguiu porque morava em tal bairro e isso já cria um estigma naquela pessoa, ah é o adolescente negro, é o jovem que mora em tal lugar, então assim, isso é um problema e eu acho engraçado porque todo mundo quer: ah, tem que parar de roubar, tem que diminuir essa criminalidade, mas quando a pessoa toma uma iniciativa para ir lá trabalhar de forma digna, entre muitas aspas, ela não encontra, então assim, tem muito preconceito na nossa sociedade, é o que mais tem e vai sempre ter. E eu acho muito engraçado que tem aqueles discursos, principalmente propagados pela mídia de que tem um adolescente lá da favela que se tornou um grande jogador de futebol ou que se tornou um grande advogado e aquilo vira uma coisa na qual eles constroem todo um discurso em cima daquilo baseado em “se você quer, você pode, corra atrás”. Mas isso não acontece com todo mundo, eu acho assim que se o adolescente tomar aquela pessoa como exemplo de vida é uma coisa, agora alguém querer vir e dizer fulano conseguiu então você também tem chance de conseguir, eu não acho a mesma coisa, acho que cada um é cada um e eu acho que é muito difícil pra eles e os outros

não enxergam isso, acham que são preguiçosos, mas às vezes não são, pode ser também, mas eu acho que você criar aquela coisa de que é preguiçoso é vagabundo, isso é complicado. Então é isso, muitas vezes o jovem comete um crime por falta de oportunidade, a falta de oportunidade atrelada a esse meio falso (F 1).

Ou o status de necessidade que diz respeito ao meio; necessidade de aparecer, porque nem todo bandido é pobre, claro que a maioria deles são, mas alguns cometem crime para chamar a atenção dos pais, que é o que acontece nas classes médias e ricas, porque eles fazem parte de algum grupo, mas na verdade eu não sei o que leva uma pessoa que tem tudo a fazer isso, entendeu? [...]O problema que eu vejo, vou pegar bem geral mesmo, é que assim, esses governos que o Brasil já teve tentaram nivelar as pessoas por consumo e esse que é o problema, por que a pessoa que está lá na favela ela acha que para ser alguém ela tem que ter, ou se ela não tiver ela vai tentar ter, que é a questão do funk ostentação que eu vou usar como exemplo. É o exemplo mais claro do capitalismo de um modo geral. As pessoas de um modo geral dizem que funk não é música, que é um lixo, que não é cultura, mas a própria sociedade que criou isso, entendeu? As mesmas pessoas que vão e apontam que aquilo é um lixo, foram elas que de certa forma, por serem negligentes, criaram aquilo, porque o que importa hoje é você ser/ter, então mais uma coisa é isso. Da mesma forma nas famílias ricas, o que leva um jovem a querer fazer parte de determinado grupo, quero socializar, quero parecer legal. De forma racional, são as únicas coisas que eu consigo imaginar assim (M 2).

Os participantes F2 e M2 pontuam mais prontamente a entrada dos jovens moradores de locais periféricos no tráfico como algo intrínseco à realidade social deles e que, muitas vezes não é encarado como algo errado, mas como algo comum ou até mesmo inevitável.

Mas é isso, o jovem negro desde... eu não acredito que o meio é totalmente dominante, mas o meio influencia uns 80%, então o jovem naquela situação de vulnerabilidade social é induzido, é latente na cabeça dele que para ele ser bom, algo extremamente psicológico, de que para ele ser bom, para ele vencer ele tem que ir para o crime, então ele não tem outra escolha, ele... é

igual... isso me lembra Racionais que eu gosto de ouvir, se você vê só miséria igual aquilo ali, não tem como você seguir um caminho diferente, por mais que você lute, tente, você vê que no final não vale a pena, porque é o sistema que vai fazer tudo, mas eu sou contra a redução. [...] Olha, o jovem, se nós temos pré-disposição genética, criação, tal pai tal filho, filho de peixe, peixinho é, beleza. Mas nós somos um reflexo daquilo que vivemos, observamos, então se o jovem está exposto a um meio violento, é uma condição, já tem uma pré-disposição, então se alguém for violento ele com certeza vai agir com o mesmo nível de violência que qualquer um ali age, como parte do que você tem como referência. Se você for em um lugar que não é violento, você vai ver que jovens agem de uma forma não violenta, então eu pelo menos penso assim, porque não tem motivo para agir assim, não faz parte daquele convívio, da cultura do lugar (M 2).

Ou pode ser também que o jovem não sabe que ele está sofrendo uma violência, negligência, por exemplo, então você apresentar uma coisa pra ele e ele sempre ter vivido aquilo e não achar que aquilo é um tipo de violência. Me lembra muito a questão do tráfico, por exemplo, tem jovens que entram no tráfico, mas eles não entram porque “ah, eu vou ser traficante”, por necessariamente pelo dinheiro em si, mas porque é a realidade que ele convive, então ele não vê aquilo necessariamente como uma coisa que o prejudica, ou pode até vê, não sei, depende do jovem, mas é o que ele está vivendo ali, ele não encontra uma oportunidade de escapar daquilo, se ele escapar ele pode ser morto. Então é uma questão da coesão e da punição também (F 2).

A menção às causas da violência relacionadas à desigualdade social e à falta de oportunidade, parece, dentre outros motivos, associar as drogas e a entrada no tráfico como um meio de aquisição de recursos financeiros ou como algo tão arraigado no meio social que o jovem não consegue escapar, pois em muitos casos a entrada no tráfico é uma das opções para a mobilidade social quando outros caminhos estão bloqueados (Pinheiro, 1997; Santos, Oliveira, Paiva & Yamamoto, 2012). Seria, pois, a desigualdade social um mecanismo

propulsor da violência, como observou Ferraz (2007). Assim, pode-se pensar que a desigualdade social pautada na noção da pobreza como mecanismo propulsor da violência compõe o núcleo central de representação sobre as causas da violência.

Segundo Takeiti (2011), a tentativa de compreender o modo como a desigualdade social e as experiências de violência cotidiana atravessam a vida dos jovens permite tirar o olhar do “jovem violento”, do “marginal”, para pensar nos efeitos dela na construção dos jovens, assim pode-se pensar na violência como algo que marca o juvenil, não como uma marca inata dos jovens. Paralelamente à noção da violência como fruto das desigualdades sociais e, portanto, construída social e historicamente, aparecem explicações mais individuais, subjetivas, que foram elencadas como favorecedoras do envolvimento dos jovens com a violência. A participante F1, por exemplo, afirma que não sabe o que pode determinar a entrada de um jovem no mundo do crime, mas que deve ser uma questão de “subjetividade”: “Pois é, eu não vou justificar: ah, por causa da origem familiar nem nada disso, por que pra mim isso já caiu por terra há muito tempo. Eu acho que é mais uma questão de subjetividade mesmo, eu acho que vai assim de cada um. Mas eu vou ser bem sincera com você, eu não sei que fatores que vão determinar se esse jovem vai pro crime” (F1).

A participante F2 retrata a dificuldade dos jovens de lidarem com conflitos e, por isso, utilizam a violência, visto que os valores morais que estão sendo passados refletem a impulsividade, a utilização da violência como um modo das pessoas lidarem com conflitos; por fim, ela ainda aponta que os hormônios à flor da pele e a vontade juvenil de viver tudo intensamente, sem tanto autocontrole, favorecem a utilização da violência.

É, o mundo sempre foi violento, infelizmente, as pessoas não sabem lidar muito bem com conflitos ou, não sei se é nem essa questão de saber, eu acho que tá mais ligada a essa questão da moralidade, da educação, de que tipos de valores estão sendo passados e a violência infelizmente é o modo que as pessoas encontram para lidar com alguma coisa conflitante e hoje parece que as pessoas não param muito para pensar nas suas ações, ou melhor, nas

consequências das suas ações, então como tá tudo muito impulsivo, ninguém tá parando pra respirar, então eles partem logo para a agressão, mas essa não agressão não é necessariamente física, pode ser psicológica, você agredir uma pessoa através das palavras, por não ter uns 10 segundos para você respirar, então você acaba falando coisas que afetam, que machucam a outra, sabe, num momento de fúria, o sangue está fervendo. E por eles classificarem nessa idade, onde os hormônios estão lá em cima, onde é mais, biologicamente falando, é mais vívido, é mais intensa a forma como a gente age, como a gente pensa, ou aquela vontade da gente falar tudo o que pensa, pode estar relacionado a essa falta de autocontrole, entendeu? Ligado à questão mais biológica, da gente está mais impulsivo, à questão da impulsividade também dos hormônios e tal (F2).

A participante F5 também ressalta a impulsividade, afirmando que os jovens hoje, explodem muito fácil. Já a F7, atribui o envolvimento com a violência a problemas psicológicos ou à falta de princípios, reiterando a concepção que atribui a violência a condutas internas do sujeito (Santos, Oliveira, Paiva & Yamamoto, 2012):

Eu penso em uma pessoa que seja completamente desestruturada psicologicamente, acredito, sabe? Que não tenha nenhum princípio também, que não se agarra em nenhum princípio (F7).

A influência dos contextos nos quais o jovem se insere ao longo da vida também foi algo comum nas falas. A reprodução da violência sofrida ou observada na infância foi elencada por oito participantes (M2, M3, M5, M6, F2, F3, F4 e F1). Os mesmos falam que, aliado à ausência da família ou à presença de um lar no qual a criança está exposta a situações explícitas de violência, está a comunidade, que também pode ser violenta, o que acarreta em uma normalização da violência como meio de expressão.

O meio onde ele convive, porque de repente ele convive num meio em que isso é rotina pra ele, então ele não vê como algo que é questionado, que é punitivo, errado, ou que é, o meio de convívio de uma forma geral. Acho que é isso, seriam essas questões (M2).

Eu acho que é porque o mundo hoje em dia, principalmente... eu acho já que a maioria das violências vêm por causa das drogas, eu acho que influencia, muito, entendeu? Hoje as crianças, jovens de 15 anos têm muito mais fáceis e isso gera violência, porque a pessoa que usa droga e ela fica violenta, ela já fica mais agressiva, entendeu? Por isso que eu acho que gera muito mais violência (F 4).

Por que esse jovem já foi uma criança, entendeu, então de repente o meio que ele veio ou se ele já sofreu algum tipo de violência na infância e ele reproduz isso na juventude e é muito difícil falar se é mais agressor ou mais vítima. Porque hoje em dia, vamos até pegar por uma realidade atual nossa que é a internet, as pessoas agredem as outras pessoas através de textos na internet, sabe, e não veem isso como uma coisa violenta e isso tá cada vez mais crescente, a gente vê esses bullying's através da internet e violência física, por incrível que pareça, onde eu vivo não tem tanta, é mais agressão verbal que as pessoas utilizam hoje. Você colocar a pessoa lá em baixo, você já se sente bem com isso, é uma forma de lidar, até porque a agressão física as pessoas têm medo de serem punidas por isso, medo de ir parar na cadeia ou de receber um processo (F2).

Grande parte dos jovens, das crianças, dos adultos e dos adolescentes brasileiros vivenciam uma sociabilidade excludente e uma série de vulnerabilidades materiais e simbólicas, que podem favorecer a vitimização ou a prática de violência (Assis & Constantino, 2003). Se observarmos as estatísticas, o jovem, sobretudo negros e do sexo masculino, são as principais vítimas de mortes violentas (Waiselfisz, 2015; Rodriguez & Kovács, 2005), porém, na mídia o jovem é comumente apontado como algoz da violência. Assim, questionamos os jovens quanto ao envolvimento de jovens com a violência comparado-os aos adultos e às crianças. Quantidade significativa dos jovens afirmou que os mesmos tendem a se envolver mais (6 participantes do sexo feminino e 4 do sexo masculino), tanto no papel de vítimas quanto no papel de agressores. As explicações para isso foram bem diversas.

Quando observamos as respostas dos participantes sobre a comparação entre adultos e jovens, algumas levam ao entendimento de que os jovens praticariam e sofreriam mais, pois são mais inconsequentes, se envolvem mais com drogas e por isso, tal qual as crianças, na comparação anterior, não têm noção do que estão fazendo. Eles seriam mais vítimas e mais agressores. Em contrapartida, os adultos pensariam mais e evitariam mais o envolvimento com a violência ou praticariam de forma velada.

Então, eu acredito que praticaria mais, por ele está em processo de formação, e o jovem é inconsequente, então às vezes eles não tem dimensão daquilo que estão praticando e às vezes, mesmo tendo dimensão, eles não tem a maturidade para lidar com determinadas situações, então eles acabam sendo mais influenciados. (...) Mas eu acredito que jovens e adolescentes sofram mais tipos de violência, ainda mais em periferias (M4).

Outra justificativa para o maior envolvimento dos jovens com a violência quando comparados aos adultos liga-se a questões relativas à punição. O participante M1, por exemplo, afirma que o jovem pratica mais por saber que a lei não vai ser tão rigorosa com ele, ou pelo fato de o adulto conhecer as consequências dos seus atos mais do que os jovens, como falou M5.

O adulto já tem a cabeça mais lá pra frente e ele sabe as consequências que podem acontecer com ele. E o jovem ainda está no processo de formação, está naquela parte ainda de, a maioria, só está na parte da zueira e acaba não pensando nas consequências, então eles se envolveriam mais (M5)

Acho que sim, ainda mais hoje em dia no Brasil, porque a Lei facilita muito para os jovens, os jovens eu falo da questão de que ele não é preso com 16 anos, 17 anos. Eu acho que tem uma facilidade muito grande porque ele sabe que não vai ficar preso, então querendo ou não isso induz muito a pessoa a entrar nesse mundo do tráfico. Você pega hoje um garoto de 16 anos, coloca ele pra vender ou pra matar o cara e se ele for pego não fica trinta dias, não fica 2 meses. E às vezes acontece de ele nem cometer essa ação, outra pessoa faz isso e coloca a culpa no

jovem porque sabe que não vai ter nada e eu acho que os jovens por conhecerem hoje em dia essa brecha na lei isso induz muito eles a entrarem no tráfico, entrar em coisas erradas por saber que não vai dar em nada, então querendo ou não isso é uma coisa que ajuda bastante, que facilita a entrada do jovem no mundo do tráfico (M1).

A participante F1, por exemplo, argumentou que os jovens se envolvem mais, tanto no papel de vítimas quanto no papel de agressores, por ser a juventude uma fase de descobertas e pela violência trazer coisas fáceis; mas para ela os jovens podem praticar mais do que as crianças, mas as crianças sofrem mais.

Olha, eu acho que sim, talvez crianças não, mas adultos sim. Mas eu vejo a juventude como eu falei que me vem muito fazer planos à cabeça e eu acho que muitas vezes, acho que eu vou voltar na mesma resposta, porque eu acho que como é uma fase de descobertas, de fazer planos, e eu acho que esse mundo da violência muitas vezes ele traz coisas mais fáceis e se você não tem certa estabilidade do que é certo e do que é errado, das regras, das normas, você acaba sendo abduzido, entendeu? E eu acho que alguns jovens eles estão mais vulneráveis a desobedecer essas regras. Os jovens podem praticar mais do que as crianças, mas as crianças sofrem mais (F1).

F2 afirmou que, em sua opinião, os adultos praticam mais violência, porém tentam disfarçar, dar outro nome, justificar, ao passo que os jovens praticam de forma mais descarada, mais visível. Porém, quando comparados às crianças, os jovens seriam mais autores, pois as crianças apenas reproduzem comportamentos, e quando praticam violência, o ato não é intencional, em detrimento do jovem que “sabe o que está fazendo”. As crianças sofreriam mais violência.

Como a violência é um ato intencionado, as crianças, se elas praticam um tipo de violência, não vou falar que são todas porque é generalizar, mas é uma forma mais, não é intencional, é ou uma coisa que elas veem e repete esse ato, mas na maioria das vezes não tem uma intenção,

é a forma que eles aprenderam para lidar com uma coisa que eles viram, então se em determinada ação eles te veem fazer um tipo de movimento, então eles vão repetir aquele movimento sempre que houver uma ação desencadeadora. Os jovens, pelas questões morais que já estão... morais na questão social... que já foram entendidas, que já sabem o que é certo e o que é errado, então quando eles praticam a violência há uma questão de você saber o que você está fazendo. Os adultos, não acho que os jovens praticam mais que os adultos, eu acho que os adultos eles tentam disfarçar se isso é ou não violento, entendeu? Então, tipo, você gritar com uma criança de uma forma mais forte, “ah, mas isso não é violência, eu estou educando o meu filho”. Então há essa questão do que eles julgam ou não como violência, tipo tentando contornar algumas atitudes ou justifica-las, então eu não acho que os jovens praticam mais violência do que os adultos, só praticam de uma forma mais, não é mais descarada, são mais visíveis assim. As crianças não, mas os adultos e os jovens estão ali par a par (F2).

A opinião de F2, acerca da comparação entre jovens e crianças, de forma ampliada, é análoga às opiniões dos outros participantes da pesquisa, pois os mesmos colocam a criança como reprodutoras de comportamentos observados, e quando praticam violência, fazem por brincadeira, sem intenção ou sem ter noção do que estão fazendo, em detrimento dos jovens que são colocados em um patamar de agirem conscientemente. Alguns deles colocaram que as crianças são mais vítimas por não conseguirem se defender; mas os jovens poderiam estar mais sujeitos por frequentarem espaços que as crianças não frequentam, o que os tornam mais vulneráveis.

É bem relativa essa questão de sofrer, porque eu acho que isso vai por analogia, vai de caso em caso, mas eu acredito que não mais do que as crianças... porque os jovens vão para outros espaços que as crianças não ocupam, então eu acho que isso os tornam mais vulneráveis, mais vulneráveis que os adultos e mais vulneráveis do que as crianças também, porque as crianças não têm o hábito de sair, de ocupar outros espaços, tem a escola, mas aí tem aquele controle das professoras, do colégio em si, tem um controle maior (M4).

Comparação entre os próprios jovens quanto ao envolvimento com a violência

Quando solicitamos aos participantes que comparassem o envolvimento de jovens do sexo feminino e jovens do sexo masculino com a violência, de modo geral, as falas das participantes do sexo feminino apontaram que os lugares de agressores e vítimas não estão cristalizados, uma vez que todas ressaltaram que tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas e agressores, porém, os tipos de violência praticados e sofridos seriam diferentes. Os jovens do sexo masculino aparecem como mais envolvidos em episódios de violência física, tráfico de drogas e em crimes mais violentos. Tal envolvimento possibilitaria o maior assujeitamento a episódios de violência física, que, muitas vezes, é uma violência mais brutal e pode leva-lo à morte.

Os participantes do sexo masculino abordam a questão da violência de gênero. As jovens do sexo feminino são vítimas de violência de gênero, em casa, no trabalho, na rua, pelo simples fato de serem mulheres; estão mais sujeitas a serem vítimas de violência física e sexual, sendo os homens os principais agressores. Eles falaram que as meninas são mais agredidas, abusadas e mais vítimas do que homens devido à cultura machista. Os jovens do sexo masculino estariam mais envolvidos com a criminalidade, é ele quem rouba, mas a mulher pode acompanhá-lo.

O participante M2 falou um pouco sobre os jovens em situações de vulnerabilidade. Segundo ele, o jovem do sexo masculino pode praticar um assalto em algumas situações, como uma forma de se expressar e reafirmar seus posicionamentos. Para ele, a mulher fica mais retraída, internaliza a violência sofrida, então sofre mais. Mas em casos de vício de drogas, ambos podem praticar um assalto, mas a mulher é mais difícil, o homem cometeria mais furtos e delitos do que sofreria, ademais, o homem muitas vezes para externalizar o que sofre, acaba lançando mão da violência.

Tanto os jovens do sexo feminino quanto os do sexo masculino são apontados como agressores de mulheres ao reproduzirem práticas machistas. A jovem do sexo feminino é vista como aquela que pratica mais violência verbal e psicológica contra outras mulheres. Os jovens praticam mais crimes, assaltos, assassinatos e reproduzem o machismo contra os homens e as mulheres. Além de praticar mais violência, os jovens do sexo masculino estariam mais sujeitos a serem vítimas de todos os tipos de violência. Para eles, a mulher também é apontada como a principal vítima em casos de violência física praticados por homens; e vítimas e autoras de violência verbal entre mulheres.

Quando questionados sobre as imagens que primeiramente vinham à cabeça quando pensavam em um jovem que praticou violência, os jovens falaram, majoritariamente, em episódios de violência relacionados a assaltos; nas motivações para o ato; na imagem de um *jovem moreno*; e no sentimento de pena. O participante M1 fala de jovens relacionados com o tráfico de drogas, os quais ele chama de “aviãozinho”, jovens que se envolvem com o tráfico, inicialmente no transporte de drogas para conseguir dinheiro. O participante M2, tal qual a participante F2, aponta uma imagem de um menino moreno e magro, participante de um assalto (aí o estereótipo); enquanto M2 fala de jovens que assaltaram seus amigos com armas de brinquedos, F2 refere-se aos jovens que tentaram assaltá-la.

A imagem de um assalto foi citada por quase todos os participantes como o tipo de violência mais praticado pelos jovens. Para além do assalto, o envolvimento com o tráfico de drogas, o bullying e a violência sexual foram citados como tipos de violência praticados e sofridos por jovens.

Ao serem inquiridos sobre as causas explicativas ou os motivos para a prática da violência, os jovens se referem a fatores externos aos jovens, tais como falha na educação, e a causas internas, como a condutas de reprodução da violência que fora vivenciada ou observada. Juntamente às causas da violência, as consequências da prática de violência

também foram apontadas nas falas dos jovens, seriam elas: como prisão, morte, desperdício da vida; e o sentimento de pena, citado por alguns participantes (M2, M3, M7, F1 e F4). O sentimento de pena merece destaque, pois na visão dos entrevistados, a prática da violência poderia ser evitada caso o Estado e a família não falhassem no papel de ensinar os jovens. A raiva, foi retratada pelo participante M5, o qual afirmou sentir raiva quando pensa em algum assalto praticado por jovens devido ao fato de algo ser tirado de alguém sem autorização e da tentativa de ajudar alguma vítima que conheça.

Os jovens foram apontados como agressores e vítimas, na mesma proporção, pela maioria dos participantes. Para o participante M1, os jovens são mais agressores por saberem que não serão punidos de forma severa. M2, F1, M4, M6 e F2 abordaram que os jovens podem ser tanto vítimas quanto agressores, mas são mais vítimas pelo modo como a nossa sociedade está organizada. Em contraponto, os participantes M3, M5, M7, F3, F4 apontaram que os jovens são vítimas, porém são mais agressores.

As jovens do sexo feminino parecem ocupar outro lugar nas relações de violência; elas, quando autoras de violência física ou crimes, aparecem atreladas ao parceiro. Mas, de forma geral, elas foram apontadas como as principais vítimas de violência física, verbal, moral e psicológica praticadas por homens, e mais autoras de violência verbal, moral e psicológica contra outras mulheres.

Estas diferenciações quanto aos locais nos quais os sexos se envolvem em episódios violentos, os tipos de violência sofridos e praticados e às vítimas e agressores, foi algo que chamou a atenção por mostrar o quanto o gênero ainda é um fator determinante no campo da violência. As participantes F1, F4, F5 e F7, em suas falas exemplificam que as mulheres ainda são mais vítimas de violência física, moral e verbal praticada por homens na rua, pois são consideradas mais frágeis e assim mais vítimas de assaltos; em ambientes de trabalho predominantemente masculinos, são vítimas de violência moral; e, sobretudo, nos

relacionamentos, elas são vítimas dos parceiros íntimos no ambiente familiar e nas relações de namoro. Os homens, por estarem mais na rua e por serem considerados mais fortes e “machões”, envolvem-se mais em brigas e rixas na rua por ciúmes, dívidas e tráfico de drogas. Percebemos aqui a presença de concepções tradicionais de gênero ligadas à cultura machista legitimadora do uso da violência masculina (Figuroa-Perea, 2013).

A participante F2 fala que é difícil apontar vítimas e agressores, pois um é fruto do outro, o que se assemelha ao que é dito pelo participante M5, o qual cita que os mesmos que sofrem podem acabar praticando ou reproduzindo o que sofreu.

Dentre as consequências da violência para a juventude mais citadas, estão o medo, a sensação de insegurança e a individualidade que marcam a vida na sociedade moderna atual. Todos os participantes do sexo masculino citaram o medo em suas falas, o medo de andar em certos lugares, ou sair sozinho. Além do medo, a desconfiança e a individualidade também foram citadas como consequências da violência constante e crescente atualmente, não só para a juventude, para toda a sociedade.

Nas falas das jovens, o medo também está presente, tal qual a sensação de insegurança, individualismo e a reprodução da violência. As sequelas, ou marcas, da violência para as vítimas foram expostas pelos participantes F2 e M1.

6.4. Estratégias Preventivas e/ou de enfrentamento

Dentro desta grande categoria, encontramos os seguintes eixos-temáticos: 1. Redução da maioria penal, que aborda os posicionamentos dos participantes, alguns são contrários e outros favoráveis; 2. Educação, no qual os participantes apontam a importância da educação de valores na família, a necessidade de um maior investimento no sistema de ensino, e necessidade de um investimento familiar, político e social em atividades esportivas e

culturais, visando a prevenção do envolvimento dos jovens com a violência; 3. Religião como um meio protetivo.

Se a violência e a violência associada à juventude são consideradas problemas sociais, torna-se quase inevitável não pensar em estratégias que possam minimizá-la ou reduzir os seus danos aos que dela foram vítimas. As estratégias preventivas não foram enfocadas nas evocações livres, somente nas entrevistas individuais; assim, a partir da análise de conteúdo foi possível identificar algumas estratégias que se enquadraram nas seguintes classes: (1) redução da maioridade penal; (2) ações diárias que podem prevenir/combater a violência; (3) responsabilidade por prevenir a violência sofrida e praticada por jovens; e (4) ações propulsoras de relações sadias e preventivas na comunidade.

Antes de apresentar os resultados trazidos pelos participantes, é conveniente ressaltar que atualmente, no Brasil a redução da maioridade penal vem sendo colocada como a solução para a violência praticada por jovens. Portanto consideramos relevante questionar os jovens sobre soluções para a prevenção e o enfrentamento do problema da violência.

As discussões acerca da maioridade penal no Brasil remontam o período do Brasil República, e desde lá diversas propostas de ementa constitucional vieram à tona. Em 2014 a discussão retornou aos debates públicos trazendo à tona diversas questões relacionadas ao modo como os jovens, sobretudo os moradores das periferias brasileiras, são percebidos pela população em geral.

A redução da maioridade penal (RMP) pode ser considerada um objeto de representação social, uma vez que é debatido socialmente e mobiliza diversos segmentos sociais a se posicionarem. Vale lembrar que as propostas de RMP tem como premissa básica a diminuição da violência praticada por jovens, apesar das estatísticas demonstrarem que somente uma pequena parte dos crimes são praticados por jovens.

Os dois principais argumentos utilizados para justificar os posicionamentos favoráveis à redução da maioria penal estão ligados à capacidade do jovem menor de 18 anos de compreender e se responsabilizar pelo ato infracional praticado; e a possibilidade de que uma punição mais severa inibiria a prática de violência por jovens. Dentre os 7 participantes do sexo masculino, 2 afirmaram-se favoráveis à proposta (M1 e M3), 3 deles posicionaram-se contrários à proposta (M2, M5 e M6) e 1 não se posicionou (M7)

Três jovens participantes do sexo masculino (M1, M3 e M5) asseguraram que o fato dos jovens abaixo de 18 anos estarem livres de uma punição mais severa pode favorecer a prática de atos criminosos e/ou até mesmo favorecer que eles sejam usados para tal, o que tornaria a redução da maioria uma proposta que pode contribuir um pouco para a minimização da violência por gerar medo:

Se tirar, oh, agora a partir de 14 anos a pessoa pode ir presa, eu acho que vai diminuir bastante a violência, porque esses jovens que são usados de mula hoje em dia eles sabem que vão preso, sabem que vão ficar 10 anos, 15 anos, então, querendo ou não, vai ter um risco maior, vai ter um medo maior, eu acho que pode melhorar bastante. (...) olha, eu creio que existe... dependendo do erro da pessoa, do que aconteceu, eu acho que existe como a pessoa pagar pelos seus erros e poder conviver com a sociedade tranquilamente, isso aí é claro dependendo do crime da pessoa (M1).

Mas eu acho ainda válido a questão da redução da maioria penal, porque pessoas usam menores para praticar certos tipos de violências por eles, por eles serem julgados e absolvidos logo depois. Eu acho que isso solucionaria o problema de imediato, mas não seria uma solução eficaz. Eu acho que inibiria essas pessoas entre 16 e 18 anos a praticarem violência, eu acho que inibiria. Tipo, hoje eu vejo pessoas usando esses adolescentes para praticarem certos tipos de violência” (M3).

Apesar do argumento semelhante, M5 difere de M1 e M3 em relação ao posicionamento quanto à proposta da redução, pois ele disse não concordar, porém acreditava que a redução poderia botar medo nos jovens:

Mas não adianta muita coisa porque você diminui a idade penal, mas o cara rouba e no mesmo dia ele sai da cadeia, então ele vai continuar roubando porque ele sabe que vai ficar um dia na cadeia, no máximo, e depois vai embora. Então eu acho que não iria mudar tanta coisa assim não, podia botar um pouco mais de medo, mas se a lei fosse mais rigorosa eu acho que aí sim mudava mais coisa (M5).

Apesar dos participantes M1 e M2 terem opiniões divergentes em relação à proposta da redução da maioria penal, uma vez que M1 coloca-se favorável à redução e M2 desfavorável, ambos concordam com a importância de se trabalhar a ressocialização dos jovens e que esta ressocialização não se dá dentro das cadeias, sendo necessário um trabalho envolvendo profissionais de diversas áreas que analisem o perfil psicológico e sociológico do jovem, a fim de entender o seu ato e o estado psicológico do sujeito para ver se ele não sofre de nenhum transtorno. Bem como “analisar e vê se aquele adolescente tem condição de ir para uma cadeia ou de ir para uma fundação casa” (M2), pois como os participantes dizem, o meio social é um fator de enorme relevância para a prática de um crime, assim, tirar o jovem do meio e colocá-lo em um meio no qual outras habilidades possam ser desenvolvidas pode fazer com que ele retorne à sociedade sem necessariamente voltar a praticar violência.

Eles citam os jovens negros e residentes de periferias – estereótipo do criminoso - como os principais autores de violência e, segundo M1, eles se inserem nesse meio muitas vezes por via do tráfico de drogas como “mulas” ou “aviãozinho”; falam ainda sobre a importância de o jovem enxergar seus erros e que ele pode seguir outros caminhos ao sair

da prisão. Apesar disso, o “mundo do crime” é colocado como algo certo ou destinado a esses jovens, eles não parecem ter muita escolha.

O jovem M3, tal qual o M5, discorre que a medida pode ser uma forma de corrigir o problema da violência na juventude, porém, é falha, pois só mudará “o rigor da lei, a sua forma de funcionar” (M5), levando mais e mais pessoas para as prisões. Acha que a medida só mudará a forma de punição dos adolescentes e jovens. Apesar de partilhar da ideia de que aos 16 anos o jovem já tem consciência dos seus atos e pode ser responsabilizado, M7 afirmou que ainda não tem uma opinião completamente formada acerca da eficácia da RMP, pois não acredita que a redução seja o modo certo de acabar com a violência. Nas palavras dele:

Eu fico meio que dividido, meio que a favor e meio contra assim, porque um adolescente que tem, vamos supor, 16 anos e cometeu um crime, ele não é burro, ele tem consciência, ele está no Ensino Médio, ele não é burro, tem consciência do que ele fez, só que eu não sei se seria certo o modo de acabar com isso, claro que não é” (M7).

M6 não acredita que a redução da maioridade de 18 para 16 anos mudará muita coisa, pois o problema estaria no modo como as crianças estão sendo educadas:

Então eu acho que reduzir a maioridade penal não vai fazer diferença porque não são anos que estão faltando, são valores que estão faltando para essas crianças, entendeu? Eu acho que o certo, por exemplo, seria que a partir de determinada idade se a pessoa cometeu um crime, por exemplo, a partir dos 14 anos, se o menino começou a se envolver com muita coisa assim, ao invés de você pegar e jogar ele num presídio, porque você não começa em um trabalho de educação de valores, o negócio não é você tirar ele da família e sim integrar a família, você chegar e conversar com os pais: “olha só, pais, isso aconteceu, vocês vão fazer alguma coisa em relação a isso? (M6).

Os jovens M4 e M2 consideram que a redução da maioria penal seria uma forma de tirar jovens negros e pobres do convívio social e que é de suma importância não olhar somente para o jovem e o ato praticado, mas para toda a sociedade e para a falta de investimento nestes jovens.

O governo nunca se preocupou em reestruturar, por exemplo, a ressocialização, porque cadeia não cura ninguém, isso é um fato, cadeia é um retrocesso, cadeia não é feita para curar ninguém, entendeu? Mas você tem que fazer o que? Hoje existe isso de curso técnico, blá blá blá, mas você tem que dar um norte, tem que dar alguma esperança para o preso, eu pelo menos penso assim, pelo menos para a maioria deles, psicopatas, sociopata, estuprador, homicida ou crime hediondo pra mim não teriam, porque a não ser que seja doido ou psicopata mesmo, mas aí é preciso de um laudo técnico (M 2).

Dentre as falas dos participantes do sexo masculino há uma prevalência da ideia de que a responsabilização criminal dos jovens e/ou o aumento da punição pode ser um caminho para a minimização da violência na juventude. Entretanto, não notamos que os jovens têm certeza de seus posicionamentos, uma vez que as falas deixam transbordar certa desconfiança em relação à eficácia.

Quando observamos as participantes do sexo feminino, 3 são favoráveis à redução da maioria penal (F4, F5 e F6) e 4 não concordam com a proposta (F1, F2 e F7). F4 e F6 corroboram da ideia de que a redução pode minimizar a violência praticada por jovens, pois induziria os jovens a pensarem um pouco mais em seus atos e por considerarem que aos 16 anos os jovens já têm maturidade suficiente para tomar suas decisões e arcar com as consequências.

Eu sou a favor dos 16, porque hoje em dia as pessoas de 16 anos, bom, pra mim, as meninas de 12 anos e os homens também, muitos trabalham já, então assim, não faz diferença muito e

é 16 ou 18 anos porque ele já sabe o que está fazendo, entendeu? E se não começar a parar logo no começo, mas para frente não vai mudar” (F 4).

Eu sou a favor. Eu não acho que diminuiria a violência (risos). Não diminuiria a violência, mas talvez assim eles pensem antes de fazer alguma coisa, não que essa medida vai fazer com que reduza drasticamente, “ah, porque a maioria penal reduziu e agora eu posso ser preso com 16 anos”. Não, mas sim porque eu acho que isso vai dar uma pressionada no jovem para ele parar e pensar: “é esse lado mesmo que eu quero ir? É esse caminho mesmo que eu quero seguir? Eu corro o risco de ser preso, eu corro o risco de sujar meu nome e de me sujar perante a sociedade”, então eu acho que vai dar uma segurada no ímpeto das pessoas” (F 6).

A participante F5 afirma que, por mais que deixar os jovens isolados do resto da sociedade não minimize a violência, a possibilidade da prisão pode apavorá-los e fazê-los pensar duas vezes antes de praticar qualquer ato infracional. Para ela, há no Brasil uma necessidade gritante de reformulação do sistema penitenciário, a fim de que os jovens sejam reeducados. As atitudes das participantes frente à proposta da redução da maioria penal são controversas, uma vez que boa parte delas acredita que a proposta não influenciará nos índices de violência na juventude, e outra parte acredita que incitará medo nos jovens e pode contribuir para uma mudança nas taxas de violências. As participantes F1 e F7 afirmam que não são favoráveis à proposta da redução por descreditarem na capacidade preventiva da medida frente ao problema da violência na juventude. F7 afirma que o estado não deve “prender” os jovens, mas dar amparo e qualidade de vida aos mesmos. F1 argumenta que a redução não é a solução, pois vai aumentar a superlotação dos presídios, aumentando assim a demanda por dinheiro e junto a isso o desvio de verbas. Ademais, ela afirma que os jovens não são os principais autores de violência.

A participante F2 também se diz contra a redução da maioria penal, pois os discursos propostos estão direcionados a retirar os jovens pobres e negros do convívio social.

Ela ressalta também que o sistema penal não é local de socialização e que o ideal não é prender os jovens, mas sim investir em educação. A redução aparece, para a participante, como uma ou mais uma forma de punição para os jovens. O investimento em educação de qualidade aparece aqui novamente como uma forma de minimizar a violência na juventude.

A participante F3 afirma que a redução da maioridade não irá fazer nenhuma diferença em relação à redução da violência, pois a precariedade do sistema penal impossibilitaria qualquer tipo de ressocialização, os jovens não sairiam melhores de lá. Ela ainda fala sobre a necessidade de uma reforma social e uma reforma nas prisões. Em grande parte das respostas, as jovens colocaram-se desfavoráveis à redução da maioridade penal e apontaram a educação como possível solução para o problema da violência, como algo que pode ser investido para melhorar as condições de vida dos jovens.

Ao sugerirem que aos 14 anos ou aos 16 a pessoa já possui consciência e amadurecimento para compreender os seus atos, nota-se uma impregnação, ou uma ancoragem, dos variados discursos das PECs que pedem a redução da maioridade penal. As mesmas argumentam que os adolescentes de 13 (PEC nº 90/2003), 15 (PEC nº 74/2011 e PEC nº 21/2013) e 16 anos (PEC nº 83/2011) já possuem discernimento para compreender as consequências dos próprios atos, podendo, pois, ser julgados no âmbito penal (Vavassori & Toneli, 2015). O argumento pautado na capacidade de o sujeito compreender a ilicitude do ato, conforme Vavassori e Toneli (2015), está respaldado no fundamento jurídico da imputabilidade.

No âmbito jurídico, a discussão sobre o ato infracional centra-se no indivíduo, que pode ser considerado capaz ou louco (aquele que não tem discernimento), e no ato em si, passível ou não de pena. O social é ignorado e dá lugar à criminalização do jovem capaz ou à patologização do mesmo, porém, como assinalam Vavassori e Toneli (2015), ao observar somente as características racionais do indivíduo nas circunstâncias do crime, perde-se de

vista que as pessoas não agem somente pensando no custo/benefício da situação, de modo racional, mas também agem de acordo com as emoções.

Em relação à punição como estratégia preventiva, estudos já colocaram que não é o aumento da punição um minimizador da violência, talvez o pavor possa inibir um pouco, mas não resolveria o problema. Dentre estes estudos, citamos Pires (2004), que destaca que o erro mais comum e mais repetitivo do direito penal é aumentar as penas para tentar resolver o problema da violência. No que concerne aos discursos dos jovens investigados, questionamos se os jovens estão atentos às estatísticas que colocam os jovens como as principais vítimas, ou se estão somente reproduzindo um discurso pronto, que está ancorado nos discursos legislativos e no que é difundido pela mídia.

Ressalva-se que o fato dos adolescentes com até 18 anos não poderem ser julgados a partir do código penal, por serem considerados penalmente inimputáveis, não significa que eles não são passíveis de punição. O ECA, normatizou que pessoas entre 12 a 18 anos, autoras de ato infracional, são passíveis de medida de proteção ou sócio-educativa⁵.

Dentre as alternativas expostas pelos jovens para prevenir o envolvimento de jovens com a violência, seja na posição de vítima ou na posição de agressor, a educação foi a mais citada por meninos e meninas (estratégia citada por 3 meninos e 5 meninas). M1, por exemplo, fala da educação tanto como fator preventivo para a violência quanto como um fator que possibilitará ao jovem se reinserir na sociedade e não reincidir na criminalidade, mas acredita que o modo como o sistema penal está organizado não favorece, é preciso investir em mudança e garantir acompanhamento terapêutico durante e após o cumprimento da pena.

M3, M6 e M7 também citam a educação como estratégia preventiva. M3 e M6 dizem da necessidade em investir na educação de valores, um investimento que deve ser feito tanto

⁵ http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2256

pelo governo quanto pelas famílias em acompanhar mais de perto o desenvolvimento social dos jovens, garantindo a transmissão de valores que influenciarão na construção da sua personalidade. M3 ainda aponta que o desenvolvimento de projetos de conscientização, e projetos sociais bancados pelo governo são importantes estratégias preventivas, mas que é o modo como se dá o processo de socialização que vai interferir diretamente no modo como as pessoas agirão frente as outras e é ela que pode, em boa medida, dizer se a pessoa será ou não levada à prática da violência.

Em relação às estratégias que podem ser utilizadas pelas pessoas para se prevenir da violência, o participante cita duas formas: a primeira seria evitar andar em locais considerados “mal falados” e a segunda seria garantir que seus direitos e deveres sejam cumpridos, e cita o exemplo da lei seca, que ao invés de instruir a população e fazer campanhas de conscientização só enfatiza a punição.

O problema é que hoje no Brasil, na maioria das vezes que eles fazem blitz nos pontos estratégicos normalmente é para pegar a pessoa, porque quando você faz uma blitz, faz um plano, você tem que ter uma consciência estratégica, não é só chegar e perguntar se o cara tá bebendo ou não, às vezes a pessoa nem tem disso, mas você pode passar uma informação para ele, você pode fazer campanhas contra o uso de bebidas e não tipo o que está acontecendo hoje. Hoje você vê policiais à paisana na porta de bares para olhar quem está bebendo para pegar depois o cara, então isso é sem conscientização nenhuma. Eu acho que eles não fazem blitz para dar informação, não faz blitz para poder explicar e informar a sociedade, só faz com o intuito de pegar a pessoa mesmo, pegar a carteira, apreender e acabou (M1).

M2, assim como M1, entende a importância de analisar psicologicamente o jovem autor de violência, e que a cadeia é falha quando se trata de reinserir o jovem na sociedade, pois os jovens ainda saem de lá sem muita perspectiva de futuro. M2 diz que ao intervir junto à população juvenil que já praticou crime, tem-se que os preparar para a reinserção na

sociedade, capacitando-os, pois assim eles verão que podem seguir por outros caminhos que não o da violência; a sociedade tem que se abrir a esses jovens e enxergá-los como parte de todo o sistema, não como algo isolado. M4 também desacredita no funcionamento do sistema penal e cita a importância do lazer e de um tempo livre produtivo para a juventude.

Eu acho que seria aquele mesmo discurso de sempre que gira em torno da educação, de garantir uma qualidade de vida das pessoas, buscar uma sociedade mais igualitária, onde as pessoas tenham as mesmas oportunidades, onde a gente tenha acesso aos nossos direitos de educação, de saúde, de lazer, porque o lazer é fundamental, porque as pessoas não encontram hoje em dia boas formas de lazer gratuitas; e melhores condições de trabalho, para que as pessoas tenham melhores condições de trabalho, melhores empregos, melhores condições para a sua vida. Eu acho que a partir daí a gente pode começar a ter uma sociedade menos violenta, mas sempre vai existir violência, porque é algo inato do ser humano, mesmo que sejam pequenos conflitos da vida em sociedade, às vezes agressão e vários tipos de violência ainda precisam ser discutidos, como a violência contra o negro... eu acho que ainda falta muito para a gente chegar lá (M 4).

Quanto à responsabilidade em desenvolver as ações necessárias para prevenir o envolvimento dos jovens com a violência, 6 participantes (5 do sexo masculino e 1 do sexo feminino) atribuíram ao Estado a maior parcela de responsabilidade em investir em ações que previnam o envolvimento de jovens com a violência. M1, por exemplo, atribuiu ao governo a responsabilidade de investir em campanhas preventivas e de conscientização. Campanhas nas escolas, bairros, e nas próprias famílias. Mas que ainda será necessário muito tempo para que os índices de violência diminuam.

Ah, seria do governo. O governo passaria campanhas, passaria para os órgãos da prefeitura, a prefeitura passaria para as secretarias e assim conscientizaria o povo. Mas isso é uma coisa que eu acho que vai demorar bastante tempo, mas eu creio que daqui a uns cinco ou dez anos

o Brasil pode ser uma grande referência de local com baixo índice de violência, mas isso é uma coisa que vai demorar, não tem como fazer isso em 1 ou 2 anos não (M1).

Sobre a família e a sociedade, M2, M3, M4 e M7 falam da mútua responsabilidade que deve existir entre ambas na formação do jovem; o estado deve lutar para garantir que as necessidades básicas e uma educação de qualidade chegue até a população em geral, minimizando assim as desigualdades sociais, e a família deve responsabilizar-se pela educação de valores. M2, M3 e M7 colocam que o papel das pessoas enquanto cidadãos é maior do que o do estado e que é da população que vem a mudança e não do Governo; M7 afirma que a família deve ser um exemplo para os jovens.

Já M4, que também ressalta a importância da família, acredita que o papel do estado é ainda maior, pois seria ele o responsável por garantir melhor qualidade de vida à população e diminuir as desigualdades, pois nem todas as pessoas possuem família e nem todos podem encontrar na família um ambiente protetor, portanto a própria visão da família deve ser problematizada. De modo divergente do que coloca M1, M5 também atribui ao Estado a responsabilidade maior de prevenir a violência, pois ele que deveria elaborar melhor as leis e as formas de punição. O Jovem mostra-se duvidoso em relação à possibilidade de prevenção da violência na juventude:

Uma prevenção eu acho difícil, mas pode ocorrer uma diminuição. Igual eu falei, se você tivesse leis rígidas e que funcionassem, eles teriam mais, não é medo, mas iriam se conscientizar, iria conscientizar a população de que se você fizer isso, você será punido. Hoje em dia você faz uma coisa e quase não é punido, você paga com dinheiro e já tá livre, então tem que colocar mais rigidez, aplicar mais a lei, aí eu acho que iria funcionar mais e melhor (M 5).

Ao responsabilizar a família na prevenção da violência, M6 articula que não se deve retirar o adolescente do seio familiar, mas integrá-lo a ele. A partir da educação, deve-se mostrar aos jovens, principalmente aos de classes baixas, que existem outras realidades possíveis que não perpassam pela criminalidade e que podem alcançar um futuro melhor por meio do estudo e do trabalho. O participante diz que sabe o quanto a realidade de alguns jovens é difícil, que nem todos conseguirão melhorar de vida a partir do trabalho, mas que é uma forma, e que temos que garantir a toda a população qualidade de vida independente da qualidade financeira.

Tem que fazer tipo assim: ele estuda de manhã, faz um curso a tarde e a noite ele tem que participar de programações com a família, para integrar isso na família também; e no curso que ele estiver tendo, ter educação sobre família, educação de... de renovação de pensamento, de mostrar que ali não é a única realidade que ele tem, que ele tem outras oportunidades, que tem outras expectativas. É claro que não é falando que quem trabalha muito vai se dar bem, porque é difícil, é muito difícil na realidade essa questão de meritocracia, que uma pessoa que nasce numa favela e uma pessoa que nasce em um bercinho de ouro tem a mesma oportunidade, não tem, gente, não tem! Não tem mesmo, mas isso não quer dizer que a pessoa vai se acostumar com o pior padrão de vida que ela está vendo, ela pode lutar e tentar fazer alguma coisa para melhorar, ou pelo menos aquela experiência que ela sofreu em algo bom para passar para as outras pessoas, ou ter uma qualidade de vida independente de qualidade financeira (M6).

A redução da maioridade penal é vista como algo ruim para as participantes do sexo feminino, pois além de contribuir para a superlotação dos presídios que, por sinal, já são precários e pouco efetivos em relação à ressocialização dos jovens. Ademais, a responsabilidade atribuída pelas jovens ao estado é a de investir na educação e em estratégias

que possibilitem aos jovens terem uma melhor qualidade de vida e escolherem um outro caminho que não o da violência.

F5 afirma que a culpa da violência é do governo. F6, tal qual F4, afirma que é favorável à redução da maioridade penal, apesar de acreditar que a violência não se reduziria. F6, assim como F5, coloca que se a possibilidade de prisão for real por conta da lei, os jovens podem pensar mais antes de praticarem. Porém, nos questionamos se o comportamento será controlado pelo medo da punição. Será que as normas são suficientes para controlar o comportamento? Valores, crenças e atitudes também controlam o comportamento tanto quanto as normas.

2 jovens apontaram a violência como fruto das desigualdades sociais (M2 e F1). A participante F1, por exemplo, afirma que os jovens, independente da classe social, são frutos de um sistema, dentro do qual existe o tráfico de drogas, que gera dinheiro não só para os jovens traficantes, mas também para pessoas de grande influência social. Assim, ela argumenta que é importante não olhar somente para os casos de violência de forma individualizada, mas como parte de um sistema, algo mais amplo.

Em relação às estratégias preventivas, a mesma participante cita que, apesar da naturalização das categorias sociais, o que pode ser feito é:

Propagar discursos que pensem mais no coletivo e tentar, nós psicólogos e profissionais do direito que entendem um pouco melhor isso, tentar através do poder que a gente tem por conta da nossa profissão, tentar mudar um pouquinho essa coisa com, por exemplo, política educativa, sistema carcerário, tentar mudar um pouquinho isso, fazer um trabalho com o jovem e com o adolescente para ver se ele consegue tomar um caminho diferente, mas é principalmente não olhar só o adolescente, mas o que está produzindo esse adolescente e tentar mudar o que está produzindo, porque se a gente olha só o adolescente, você culpabiliza o adolescente e que questão não é essa, porque eu acho que ele já vem sendo culpabilizado o

suficiente durante toda a vida, então eu acho que nós, enquanto profissionais precisamos pensar em estratégias, em novas formas de pensar nesse âmbito maior, nesse sistema.” (F1).

Ao citar a necessidade de pensar a violência para além do ato praticado pelos jovens, F1 corrobora com o pensamento de Caram (1978) sobre a complexidade e a importância de não pensar somente no ato de violência em si, mas no estado de violência que nos remete a toda a conjuntura social, já que o estado de violência é complexo, dinâmico e relacional, o que torna necessário olhar a realidade de maneira global para então descer o olhar ao ato em si.

Outra ação proposta pela participante é “o trabalho conjunto, de família, de psicólogo, de professor, de assistente social. Eu acho que até do gari que varre a rua, da mulher que trabalha no caixa do supermercado, do grande empresário. Eu acho que é um trabalho conjunto, não adianta um ou dois fazerem algo se tem alguém ainda lá financiando o tráfico, né” (F1).

F3 retoma a discussão da reforma social, falada por F1, e da não eficácia da redução da maioria penal que, segundo ela, “não vai adiantar nada, vai só levar mais crianças para a prisão e eu acho que elas nem querem estar nesse mundo, e acabam presas, sei lá... eu acho que é muito pior” (F3). Ela fala sobre a educação, sobre incentivar os jovens a participarem de programas como o jovem aprendiz, que irá prepara-los para o mercado de trabalho; ainda argumenta: “eu acho que podia fazer assim um reformatório bem entre aspas, para educar, sabe? Colocar um pouco de juízo na cabeça desse pessoal... sem falar que na prisão é só violência, né? O tanto de violência que é praticada lá dentro e violência gera violência, e os policiais estão aí batendo mesmo” (F3).

F2 e F1 retratam a importância de se investir na educação em oposição à redução da maioria penal:

Se você investe na educação você não precisa prender ninguém, então é você querer solucionar um problema pelo produto final, entendeu? você não está solucionando na verdade, você está punindo... ah, não sei, vou te explicar melhor as palavras... além de você solucionar o problema da violência investindo numa educação de qualidade, você tá querendo pegar o produto final dessa má educação e punir esses jovens, entendeu? Esses adultos ou essas crianças e eu acho isso... gente, ilógico. (...) do governo, o governo investindo... é que o governo não quer investir na educação porque ele prefere uma sociedade ignorante, né? Porque a sociedade ignorante vai votar neles, não é? Nos políticos desonestos (F2).

F4 também fala sobre a educação, mas aponta não só a falha governamental na disponibilização da educação de qualidade, mas da negligência dos pais em ocupar-se da educação dos filhos, em levar as crianças à escola. Ao governo ela atribui a responsabilidade de evitar a violência através da criação de instituições esportivas que poderiam “ocupar” a cabeça dos jovens, e do desenvolvimento de campanhas contra a violência, nas palavras dela:

O esporte seria bom porque você ocupa a mente e quando você passa tempo trabalhando a mente você não tem muito tempo para pensar em outras coisas, também fica mais tranquilo... então eu acho que a culpa é do governo não investir em nada disso, em coisas pra fazer esporte de graça, por exemplo, e você não vê campanha de nada, eu não vejo aqui ninguém fazendo campanha contra a violência (F7).

F5 também fala sobre a necessidade de investir em educação de qualidade, a mesma reconhece o avanço dado pelo governo com as cotas para universidades e concursos públicos, mas coloca-se contra, pois percebe as dificuldades de quem nunca teve uma educação de qualidade em manter-se nas universidades. Ela atrela a desatenção do governo em relação à educação com o descaso em acabar com a violência; a violência é posta como impossível de ser modificada sem uma boa educação, pois “a pessoa precisa entender que não precisa da violência para conseguir o que quer, que você não precisa roubar para comprar

para ostentar, sabe? Isso não é o que importa, os jovens vão continuar fazendo isso e essa coisa de ser explosivo, de do nada um namorado matar a namorada” (F5). Aqui a responsabilidade de prevenir a violência é atribuída ao governo, por não ajudar de forma suficiente a fornecer subsídios aos que necessitam.

F7 retoma a discussão sobre a redução da maioria penal como uma estratégia preventiva adotada pelo governo, mas que não seria o meio para a diminuição da violência, pois não impedirá os jovens de praticarem crimes. Para a participante, o que pode mudar essa situação é o investimento em educação, qualidade de vida e moradia. A participante F6 fala que não sabe se a responsabilidade de prevenir é do governo, que o governo é que tem que investir em programas, mas as pessoas também precisam se responsabilizar pelos próprios comportamentos, que estão cada vez mais agressivos e intolerantes.

A responsabilidade de prevenir a violência, para a referida participante, não deve ser jogada sobre os ombros da juventude, ou do governo, ou ainda da família, antes deve ser entendida como responsabilidade de todos:

O governo ele tem que providenciar informar as pessoas, dar condição de a violência não acontecer, eu acho que assim vai ser possível diminuir. É bom os pais estarem presentes também, conversar. E o jovem também ter a noção de que não precisa disso, igual o de classe alta que vai agredir uma pessoa assim a custo de nada. Pra que? Eu acho que é falta dos pais no caso. Ou uma pessoa de classe baixa que a questão não é só falta dos pais, mas às vezes o pai está no mundo das drogas, a mãe também, então a culpa não é deles, assim... então eu acho que a culpa é mais do governo [...] Então eu acho que tem que ver cada situação, porque tem muito jovem que nasce nesse mundo: “ah, meu pai é drogado, minha mãe também, minha família está toda nesse mundo”, mas usa isso como desculpa porque quer viver nisso, não vou estudar, não vou trabalhar. Tem muita gente que pensa assim, mas também tem gente que diz: “ah, tem tanta gente que escolhe ser melhor, porque você escolhe ser pior?” Mas nem sempre... não é culpa... eu acho que não é desculpa falar que tem que prender, que tem que matar aquela

pessoa porque ela escolheu esse mundo, até porque ela cresceu ali, não é? Se uma pessoa resolveu mudar de vida, que bom, né? Podia ser todo mundo assim, mas não é fácil” (F3).

Para além da redução da maioria penal, tentativa do governo para minimizar a violência, os participantes citam ações cotidianas de prevenção à violência na juventude. As mesmas, de modo geral, são desenvolvidas por instituições religiosas e Organizações não-Governamentais. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, também foram apontados, pelo jovem M1, como bons veículos de prevenção de comportamentos prejudiciais à saúde, como o hábito de beber e dirigir, o hábito de fumar e a violência.

Antigamente você podia fumar em qualquer local, dentro de bar, dentro de qualquer local fechado, aí foi proibido, começaram a colocar cartazes, começaram a proibir, então hoje em dia você nem vê mais o cartaz de que é proibido fumar, mas você sabe que não pode. Eu acho que com a violência pode ser assim também, você pode começar a colocar campanhas na televisão, nos jornais, por exemplo a violência contra a mulher, depois que surgiu a Lei Maria da Penha e ela começou a ser mais divulgada, com certeza o índice de violência contra as mulheres diminuiu, não que eu tenha os dados, mas com certeza porque a pessoa começa a ter consciência daquilo, começa a saber que se ela fizer aquilo vai dar problema para ela. Eu acho que se você começar a fazer mais campanhas, começar a educar a pessoa, começar a mudar a cultura, eu acho que daqui a um tempo você não vai precisar colocar nos jornais, não vai precisar falar mais da violência contra o sexo oposto ou contra homossexuais, contra qualquer tipo de pessoa, porque isso pode dar um grande problema para a pessoa que pratica. Mas eu acho que isso tem que ser em bastante tempo com bastante publicidade (M1).

M3 diz que não é um tipo de ação específica que pode reduzir a violência, mas um conjunto de boas ações, e consegue enxergar boas ações na sua família, nos amigos e na igreja, como gentileza, honestidade, por exemplo, que podem ser propagadas para o convívio

social em geral. O participante M1 também cita a importância da presença da família e dos amigos:

A prevenção tem que começar com os pais, desde a educação, na escola, até a pessoa ter noção do que ela realmente é. Acho que até os 18 anos tem que ter uma campanha muito grande com a família, nas escolas, nos bairros, porque querendo ou não os jovens são as pessoas que vão tomar conta dos idosos de hoje em dia, então se hoje não tiver uma presença da família próxima do jovem, só tende a piorar, então se não tiver essa presença, não vou dizer que ela será uma pessoa perdida, mas ela só tenderá a piorar (M1).

M4 relata conhecer grupos que lutam pelas minorias e “de certa forma combatem alguns tipos de violência, mas a violência de uma forma geral não, são grupos que tentam minimizar violências específicas” (M4).

M6 diz que não conhece nenhuma ação no município que não seja fruto de alguma igreja, mas acredita que programas relacionados à arte, como o artesanato, podem ressaltar características positivas dos jovens.

Ajudam a pessoa a crescer porque [...] muita gente acha que é marginalizada, que não tem o valor que ela realmente tem que é o valor de ser humano, que é um valor muito enorme, muitas pessoas acham que elas não têm esse valor. Eu acho que a arte é negócio legal para você começar porque a partir do momento que você sai daquela caixa e você fala: “olha só, vamos tentar pintar alguma coisa”? e a pessoa vê que ficou bonito, que ela conseguiu fazer, é uma autovalorização do próprio trabalho, uma autovalorização da pessoa, para ela ver que ela pode fazer mais, que ela pode se valorizar, e aí ela começa a ver que “ah, talvez eu seja uma pessoa, talvez eu tenha algum valor”, e ela começa a buscar mais coisas, por isso que eu acho que programas que envolvem arte são muito bons, porque a pessoa começa a fazer coisas diferentes e a valorizar o próprio trabalho e a valorizar a sua própria capacidade: “olha só a minha capacidade, o que eu posso fazer, eu não sou aquilo que todo mundo fala, eu não sou um marginalzinho, consigo fazer mais do que isso (M6).

M7 fala de atividades religiosas, uma atividade da qual participa na universidade, uma atividade de cunho religioso:

Sim, tem, tem até aqui na faculdade uma coisa que eu participo e que pouca gente conhece da igreja, eu sou da igreja católica, e é espalhado por vários lugares do Campus, são grupos de oração universitária, então assim, é uma coisa mais voltada para o jovem mesmo, para tentar recuperar muitos jovens que estão na universidade e estão perdidos e tal, pra tentar ter uma relação mais próxima, de amizade, que envolva a religião, então tem, tem coisas, esse daí é o exemplo assim que eu vejo mais claro (M 7).

F1 cita estratégias relacionadas a sua profissão, como discussões em prol do abolicionismo penal e sobre os efeitos das medidas socioeducativas na vida dos adolescentes a elas submetidos. F2 fala da importância em incentivar a prática esportiva e outras atividades que incentivem os jovens a buscarem caminhos produtivos. Ela cita as atividades desenvolvidas por Ongs, como o Afro reggae, que incentiva a música, a capoeira e outros projetos culturais; projetos desenvolvidos por Igrejas, dentre outros, que incentivem os jovens a fazer planos para o futuro, que mostre a eles o poder que eles têm de alcançar aquilo que desejam a partir do seu próprio esforço.

Em relação aos projetos de vida citados, eles são baseados muito no que é pregado para a classe média/alta, mas é de suma relevância descobrir primeiro o que é mais importante na vida desses jovens e quais os seus planos para o futuro e os meios possíveis de atingi-los. Não é somente a consequência futura que vai controlar o comportamento, mas também as consequências mais imediatas.

A participante F3 aponta algo bastante relevante: o fato de muitas vezes a pessoa não se enxergar como vítima ou como autor de violência, sendo necessário que pessoas mais próximas tentem conversar para ajudá-las a sair desta situação. Tentar mostrar que existem

diversas outras formas de sair da situação de violência que não seja reproduzindo a violência como forma de se proteger. F4 diz que não costuma ver episódios de violência nos locais em que convive, ela sabe que existe violência, mas não de forma explícita e que consegue enxergar atitudes mais sadias e menos violentas.

F7 fala dos trabalhos comunitários e cita o exemplo de um centro em Goiabeiras que desenvolve atividades com os jovens no horário oposto ao horário escolar, atividades para “ocupar a cabeça, mostrar caminhos” (F7). E mais uma vez a questão da ocupação do tempo aparece como estratégia preventiva, que já foi discutida por Rodriguez e Kovács (2005) como uma alternativa para prevenir o envolvimento e a vitimização de jovens por violência. Os autores retrataram que ocupar o tempo dos jovens com atividades de lazer, cultura e esporte poderiam desenvolver novas habilidades coletivamente construídas, influenciar no desenvolvimento físico e emocional dos mesmos, e influenciar no afastamento deles do consumo de drogas e da criminalidade.

Aqui, encontramos uma divergência entre o que as jovens apontam como possíveis estratégias para prevenir a violência e as ações que elas veem no dia-a-dia; a divergência se dá no sentido de não percebermos nas falas das jovens menções relativas ao empoderamento das ações já conhecidas por elas. Neste ponto, a igreja aparece como a principal propulsora de ações que ajudam a minimizar a violência e a contribuir com uma cultura da paz ao desenvolver atividades junto a pessoas carentes e apontar caminhos não violentos, como disse F7:

Eu participo de algumas atividades bem voltadas... a gente fala que é um evangelismo de massa, mas a gente viaja todo ano para uma cidade e a gente passa 3 dias na cidade desenvolvendo atividades com a comunidade e não é uma coisa falando diretamente de violência, mas pega uma atividade com crianças, por exemplo, e desenvolvemos teatro e dentro desse teatro, em algumas histórias retratadas a gente aponta: “se você fizer isso, você vai ter tal consequência, se fizer aquilo...”, então é esse tipo de coisas para tratar com as

crianças e mostrar que você fazendo determinados tipos de coisa você vai ter frutos bons, se fizer coisa ruim, vai ter consequência ruim (F7).

A participante F5 também aponta atividades relacionadas à religião, atividades que buscam ajudar famílias através da doação de alimentos, o que, segundo ela, “já inibe a violência aí, pois você já tem o que comer, não precisa se preocupar em roubar para comer”. Além do alimento, condição básica para a sobrevivência, as atividades vão além, indo de doações à disponibilização de cursos profissionalizantes. A participante diz que a igreja sozinha está proporcionando às pessoas o que é de mais básico para a sobrevivência e que deveria ser de responsabilidade do estado e da população em geral. Ela ainda afirma que: “a igreja hoje tem um papel social muito bom, mas acabamos fazendo tudo sozinhos, e o recurso é mínimo, se todos fizessem seria bem melhor” (F5).

As demais participantes falam que não conhecem nenhuma atividade diária que focalize em prevenir a violência. F1, por exemplo, fala que acha difícil citar qualquer ação, nas suas palavras: “olha, citar uma, engraçado porque agora eu me deparei com uma questão, porque muitas vezes a gente problematiza muitas coisas e solução mesmo a gente apresenta muito pouco”. F4 e F6 também dizem que não conhecem, mas F6 ainda cita algumas, como o dia nacional do combate à violência contra a mulher, por exemplo, mas que, segundo ela, é muito pontual e por isso não pode ser considerada como uma atividade efetiva de prevenção da violência.

F3 demonstra em sua fala uma dúvida em relação ao que seria eficaz como estratégia preventiva, reafirmando a divergência entre o que é proposto teoricamente e o que pode ser feito de forma eficaz na prática: “eu acho que conscientização é uma coisa muito relativa, assim, não adianta você chegar e conversar, falar e tal, mas eu acho que... ai, não sei... não sei agora nenhuma ação, não lembro de conhecer nenhuma” (F 3).

Apesar das estratégias preventivas terem sido relatadas por vários participantes, parece que na prática, no dia-a-dia, as estratégias estão mais no papel do que nas atitudes. Mas alguns deles citam atividades, mesmo que pequenas, chamadas por eles de “boas ações”, que ajudam de alguma forma a reduzir a desigualdade social e quem sabe a violência. Além disso, apesar de retratarem que a responsabilidade de prevenir a violência deva partir do Estado e da família, são as instituições religiosas e Ong’s que desenvolvem ações cotidianas no intuito de apontar aos jovens caminhos que não levem ao envolvimento com o tráfico de drogas, por exemplo.

Estudiosos como Cunha, Ropelato e Alves (2006) e Santos, Oliveira, Paiva e Yamamoto (2012) também destacaram em seus estudos a ampliação das atividades educacionais; o investimento em atividades lúdicas e de lazer; as ações de profissionalização da juventude; e o atendimento às famílias em situação de risco, em nível preventivo (orientação), remediativo (treinamento) ou terapêutico (terapia), como capazes de desviar os jovens do ingresso em gangs e atividades infratoras.

Dito isso, nota-se que para os participantes, a educação seria a principal e até a mais eficaz estratégia preventiva e/ou de enfrentamento. E quando falam em educação referem-se à educação familiar, escolar, e social. Assim, compete à família, aos próprios indivíduos enquanto sociedade, ao governo, às ONG’s e às instituições religiosas desenvolverem atividades formativas que ajudem os jovens a não se envolverem em situações de violência. Tais atividades vão desde o ensino profissionalizante até as atividades culturais e esportivas.

Na prevenção da violência não basta investir em ações pontuais (tais como as descritas pelos jovens, como: “evitar sair sozinho”, “evitar beber em boates”), é imprescindível focar em ações que contribuam, como bem afirmou Groppo (2015), para que os jovens façam a gestão do presente, através da aquisição de recursos, informações e habilidades que os ajudem a contornar os riscos associados à juventude – como o

desemprego, a evasão escolar, a drogadição e a violência - e também planejem o seu futuro, esboçando projetos de vida que os permita alcançar autonomia. Sem desconsiderar as ações que levam o jovem a se inserir no mercado de trabalho, estamos propondo que também é fundamental dar condições para que os jovens sejam capazes de elaborar identidades coerentes que dão certa estabilidade e ao mesmo tempo flexíveis para permitir alterações em uma era de grande mutação tecnológica e social.

Ao incentivar o jovem a gerir o presente, afastando-se de ações de risco, estamos pensando na juventude como um processo, não somente como uma fase preparatória para outra fase. Investir em atividades esportivas, de lazer, culturais e educacionais que envolvam o jovem e a sua família podem ajudar na gestão do presente e no planejamento mais consciente do futuro, pois os jovens vão ter a consciência de que as atividades desenvolvidas no presente se relacionam com o passado e com o futuro.

6.5. Experiências vivenciadas

Por ser um conhecimento prático, que orienta condutas e que é alterado pelas práticas sociais, as RS são moldadas a depender do nosso contato com o objeto. Assim, é válido tomar como ponto de comparação dos resultados a proximidade dos jovens com o fenômeno da violência na juventude. As falas expressam que a violência está realmente próxima do cotidiano dos jovens. O assalto foi o tipo de violência mais sofrido pelos jovens, do total de 14, 7 já sofreram experiência de assalto.

Os participantes do sexo masculino relataram casos de violência sofridos ou presenciados. M3, M4 e M5 falaram sobre terem sido assaltados. M3 diz que no seu caso não foi nada muito grave, foi um furto, mas o deixou muito mal por ter sido em seu local de moradia e o autor do ato foi alguém conhecido. M4 já fora assaltado 3 vezes e um dos autores do ato estava prestes a ir à julgamento na época de realização das entrevistas. Ele relata que,

além dos assaltos, já foi vítima de agressão física praticada por outros jovens e de repressão por parte da polícia.

Eu já sofri 3 assaltos, um eu tinha uns 10 anos e o cara me ameaçou com a arma e mandou passar o celular e tudo mais; na outra vez, no meu aniversário de 15 anos um cara fez a mesma coisa, ele estava em uma moto e pediu para eu passar o celular; e o outro foi em 2013 e inclusive o julgamento vai ser na semana que vem, aí eu vou ter que participar, o cara me seguiu, pediu que eu acompanhasse ele, pediu para eu passar o celular e tudo mais, mas só que na hora passou a polícia e eu consegui falar com a polícia, eu acabei reagindo, ele foi preso no dia e agora vai ter o julgamento. Fora essas eu já sofri outros tipos de violência também, já sofri agressão em show, já tentaram me agredir, já sofri violência verbal no ônibus, já sofri agressão em manifestação. Agressão da polícia eu já sofri que também é outro tipo de agressão também e vários tipos de agressão assim, que eu considero. Eu já fui em show e lugares que foram outros jovens que, incrivelmente, estavam alterados pelo uso de álcool ou drogas, eu não sei porque fizeram isso, não sei porque tentaram e repressão da polícia mesmo em manifestações contra a maioridade penal, contra a PL da terceirização, que a polícia foi repressiva (M4).

O jovem M4 discursa que já buscou a ajuda da polícia no momento em que seria assaltado e foi ajudado pela mesma, diferindo da participante F1, que relata o medo de solicitar ajuda policial em casos envolvendo assaltos praticados por jovens, por acreditar que ao invés de garantir proteção, a polícia pode ser um agente agressor. Entretanto, em outro momento, M4 foi vítima da repressão policial, com o objetivo de ‘conter’ os jovens que protestavam contra a redução da maioridade penal.

A violência institucional praticada por agentes públicos que deveriam se esforçar para proteger os cidadãos, como é o caso dos policiais (Costa, 2011), aumenta ainda mais a sensação de insegurança e impotência diante da violência. A continuação da fala de M4 indica a importância de se discutir a atuação da polícia diante de jovens:

quando a gente fala em violência na juventude, não tem como não falar da polícia militar hoje em dia, que a polícia militar hoje em dia acaba sendo mais um dos motivos que causa a violência, por excesso de pressão, principalmente sobre a sociedade pobre, negra e de favela, a polícia acaba sendo mais um agente que causa medo e mais um agente da violência, então eu acho que a polícia é bem importante de citar assim. Assim, quando eu precisei eu fui amparado pela polícia, mas eu fui amparado porque eu estava com o uniforme de uma escola particular, eu estava em um bairro de classe média alta, então eu estava numa condição que favorecia a polícia, porque geralmente eu seria o tipo De pessoa que a polícia acolheria, mas se você é negro e está chegando em casa a noite na comunidade, foi o caso até de um menino aqui da universidade que a polícia agrediu ele verbalmente, fisicamente, tratando ele como negro, pobre, pivete e só depois que ele apresentou a carteirinha da Universidade que ele foi tratado como cidadão, então a polícia é um agente da violência hoje em dia contra uma parcela da sociedade. E eles têm essa visão de que o jovem tem que está na escola e que o jovem que não está na escola é ocioso, é vadio, mas também eles não vão na escola para saber porque eles não estão lá, é sempre a mesma história de prender, de encarcerar na escola, dentro de casa” (part. 4).

Em uma pesquisa paralela que estamos desenvolvendo com adolescentes e jovens de bairros populares de Vitória, observamos nas falas que a convivência diária com o tráfico e com a desatenção dos policiais em relação aos adolescentes parecem ter dessensibilizado os participantes acerca das violências que os circundam. Os policiais foram equiparados a bandidos, que ao invés de proteger os moradores dos bairros nos quais os adolescentes se inserem, são apontados como fonte de insegurança ao forjarem o porte de drogas e apreenderem erroneamente inocentes (Coutinho, Cruz & Alves, 2015).

O participante M5 diz que tanto já foi assaltado quanto sabe que os dois irmãos e alguns amigos também foram, o que aumenta ainda mais a sensação de insegurança constante. Já presenciou casos de violência física em festas, tal como M4. M7 nunca

vivenciou diretamente alguma situação que ele considere como sendo violência, mas já presenciou no ônibus uma cena de agressão entre um jovem e um idoso e, segundo ele, ninguém fez nada para ajudar a vítima, o que o deixou demasiadamente afetado.

M1 diz que já presenciou um assassinato em uma praça no bairro onde mora e, assim como relata M7, ficou impressionado por ninguém fazer nada para ajudar a vítima. Em sua fala podemos perceber a impotência que o participante sentiu, mas também a sua indignação pela não-reação dos que observavam o momento:

Bom, já convivi uma vez com um assassinato. E foi uma coisa totalmente... assim, eu não tive reação. Eu fiquei totalmente parado, não conseguia andar, não conseguia me mexer, não conseguia fazer nada. Depois de uns 5 minutos assim, que eu fui ver a real consequência do que aconteceu. Eu estava no meu bairro, na pracinha. Estávamos eu, meu irmão e a minha cunhada e nós fomos lanchar... é que aos fins de semana tem as barraquinhas de comida. Eu estava na barraca e na barraca do lado tinha um cara de bicicleta, aí ele pediu um lanche... dava até para ouvir a conversa... aí ele pediu um lanche e a gente pediu também, só que na barraca do lado, aí tipo, dois minutos depois apareceu um menino, acho que ele devia ter uns 16 ou 15 anos, aí ele parou bem em frente dele, ficou olhando, observando, aí olhou bem na cara dele, aí tirou uma arma da cintura e deu um tiro bem na cabeça dele. Aí o cara caiu da bicicleta e o menino ficou olhando, esperando pra ver se o cara morreu mesmo, aí ele colocou a arma na cintura e foi em bora andando, e foi assim totalmente tranquilo, mas para uma pessoa como eu que nunca vivenciei isso, nossa, foi um choque tremendo. E o que mais me surpreendeu foi a frieza da pessoa. Ele chegou e teve certeza de que foi aquele cara e depois teve a certeza que o cara morreu e foi em bora andando tranquilo, a pé, sem carro, sem nada (M1).

Os participantes M2 e M6 relatam casos de violência que eles já presenciaram e casos sofridos por eles ainda na infância. As falas refletem o quanto a violência sofrida na infância ainda afeta os jovens:

Além do bullying eu já sofri violência emocional, meus pais separaram e sempre tinham aquelas brigazinhas, mas assim, na época eu não fiquei muito preocupado, claro que achei ruim eles terem separado. Eu já vivenciei muita violência simbólica, eu conheço alguns amigos travestis, alguns amigos transexuais, e eles tentavam usar o nome social e não conseguiam e ficavam muito ofendidos com isso; na minha própria turma já teve um evento e deixaram de chamar dois amigos meus porque eles são declaradamente gays, então sempre eles sofrem essa violência. Já vi assalto; já sofri violência psicológica com esse professor, eu me sinto mal na aula do cara, pela forma como ele trata as pessoas, ele se acha muito, eu odeio quem se acha muito, ele sabe muito, mas é horrível e tem muito disso aqui, é uma disputa de ego fora do normal, as pessoas ao invés de ajudar o outro, traz tudo para o lado pessoal” (M2).

Quando eu era criança eu sofria muito abuso das meninas que cuidavam de mim e algumas delas eram muito abusivas de todas as maneiras, eu até já fui em psicólogo, já procurei ajuda e tal. (...) e tipo assim, isso foi muito importante para mim porque antes de eu... eu também vou a Igreja Batista e eu acho que foi uma aliada a Igreja com a psicóloga, eles me ajudaram muito e até a minha psicóloga era cristã e ela trabalhou muito comigo a questão do perdão, porque, tipo assim, eu fui abusado fisicamente, me batiam muito, me xingavam muito, uma delas já até abusou sexualmente de mim quando eu era criança, aí tipo assim, por muito tempo eu tinha muito ódio, eu sentia muita raiva, mas com o processo terapêutico eu fui superando isso, consegui perdoar, consegui seguir a minha vida, aí eu te falo: meus pais foram ruins? Não, mas isso acabou acontecendo comigo e graças a Deus que eu acabei achando um jeito de consertar, de tratar isso e transformar isso em uma coisa boa, de ver as coisas de uma maneira diferente, mas eu acho que tudo acontece por questão de construção de família, tudo, eu não sei se isso é uma teoria da Psicologia e tal, mas eu acho que estrutura familiar é uma coisa que fala muito, porque o jeito que eu e os meus pais tínhamos uma configuração familiar, quando eu fui para a terapia os meus pais foram juntos, eles se envolveram geral no processo. Até a Psicóloga eu nunca havia contado o que aconteceu a eles, eu falava que elas eram ruins, mas nunca expressava o quão ruins elas eram, hoje eu sou tranquilo, até porque eu já parei de ir na Psicóloga há 1 ou 2 anos atrás, mas foi u processo que eu, o meu pai e a minha mãe entramos,

um processo de ver as coisas de maneira diferente. O meu pai, por exemplo, era muito autoritário e eu nunca gostei disso, então a forma de defesa que eu tinha era ser sarcástico com ele e ele odiava isso. A minha mãe também ela é muito, o tom de voz dela é muito grosso. Ela é uma pessoa muito amável, mas no dia-a-dia tem algumas coisas que ela fala que soam com muita grosseria, mas é só o jeito dela de falar; e quando a gente foi percebendo isso, a gente foi melhorando e entendendo um ao outro, mas enquanto isso a gente brigava muito, brigas das pessoas saírem chorando, saírem de casa e passar uns dias foras. (M6)

As jovens relataram a vivência de variadas formas de violência, desde o assédio moral no ambiente de trabalho simplesmente por ser uma mulher ou a violência doméstica, como relatou a participante F4; a mesma tenta, sem perceber, minimizar a violência sofrida por se tratar de violência verbal. A violência verbal, por não causar danos diretos à saúde física, é por vezes desconsiderada como uma forma de violência e minimizada por aqueles que praticam e pelos que sofrem.

Não, assim, como eu te falei, no trabalho eu já senti várias vezes violência verbal do meu ex-patrão e do meu ex-marido também, mas tipo, violência também, muito verbal e de assalto. Mas graças a Deus só verbal mesmo e eu não guardo nenhum trauma quanto a nada disso (F4).

A violência sofrida na relação de namoro foi vivenciada pela participante F3, que inicialmente disse que não se percebia como vítima ou como agressora no relacionamento. A fala da participante expressa um problema encarado por muitos jovens, pois estudiosos como Minayo, Assis e Njaine (2011), por exemplo, afirmam que a violência está presente nas relações de namoro, mas somente quando há a agressão física é que ela passa a ser enxergada. O ciúme, as ameaças, os xingamentos, as chantagens, vivenciadas por F3, foram por muitas vezes desconsideradas por ela como violência. Vale frisar que ela foi a única participante a se colocar como reprodutora de violência.

No caso no namoro eu já, tanto psicológica quanto física. Na época nem passava pela minha cabeça que era uma violência, assim. Porque a gente acha que violência é só quando pega a pessoa e bate nela e ela desmaia. Não! Você fala, você faz chantagem, você sacode, você segura forte, então você tá gerando uma violência. E só depois que eu fui percebendo, né, e deixava de lado e acabava que eu também praticava violência psicológica sem perceber também. Aí depois eu parei para pensar assim e me perguntei porque eu não parei antes, mas acontece que eu não tava percebendo que era isso o que estava acontecendo, ainda mais quando você está com uma pessoa e você acaba gostando dela: “ah, tá, tá tudo certo. Não, é o jeito dele, é normal, e acaba né [...] mas só essa assim (F3).

O assalto ou a tentativa de assalto, foram as expressões de violência mais citadas pelas participantes; três delas (F5, F2 e F1) apontam em suas falas casos de assalto. A fala da participante F5 ilustra o momento vivenciado:

Eu já fui assaltada duas vezes dentro do ônibus. Não tem segurança nenhuma. Meu sonho é que eles colocassem um policial dentro do ônibus para rodar o dia todo, mas eles não fazem isso. Nas duas vezes foram por homens, na primeira vez foi um homem armado, ele sentou no ônibus e depois ele levantou do nada e pediu que passássemos os nossos pertences e ele estava armado; na segunda vez ele simplesmente entrou comunicando o assalto e a gente passa né, por que o que é que a gente vai fazer? Então foram essas as duas experiências de violência que eu vivi (F5).

A participante F2 nos conta que no ato do assalto ela também foi violentada sexualmente:

Eu já fui assaltada. Então, foi bem ruim, porque eles tentaram levar o meu celular, mas não foi por conta disso, porque eles tentaram pegar o meu celular, mas eles não conseguiram puxar, então eu gritei [...] Mas o que foi ruim pra mim não foi nem a questão do celular, foi que ele viu que não ia conseguir levar o celular e ele passou a mão em mim (fala apontando para os seios e as nádegas). Ele me violentou, então aquilo ali foi ruim para mim, aquilo ali. Direto eu

sonho que eu estou numa rua escura e tem um menino lá e outro lá longe e um olha para mim e grita para o outro para me assaltar e eu acordo desesperada. Então assim, eu acho que a questão maior foi a violência em relação ao meu corpo, porque eles me tocaram sem que eu autorizasse e para mim não tem invasão maior para uma mulher do que alguém tocar no corpo dela sem ela autorizar [...] Eu estava sozinha, mas eu estava num bairro nobre aqui de vitória. Voltando da orla de Camburi e eu estava com o celular na cintura. Estava com o celular e a chave. Depois disso eu não ando mais com nada na rua chamando atenção de noite. Se eu vou na academia eu vou sem celular, porque eu não quero mais que nada chame a atenção. Se eles olham para mim eu estou sem nada, se me assaltar vão levar o que? Uma chave. Uma chave e uma toalhinha de academia. Eu não quero mais dar chance para eu ser um possível alvo. Não porque eles vão levar o meu celular ou qualquer outra coisa, mas porque eu não quero mais ser violentada. Eu não quero mais mesmo. Eu garanto que se ele tivesse levado o meu celular e não tivesse me violentado teria sido menos pior. Ser violentada pra mim... quando falam que uma mulher foi estuprada, desabou, caiu tudo por terra pra mim, por que aquilo ali vai ser uma coisa que ela vai carregar para o resto da vida. Se ele me deu uma passadinha de mão e eu já fiquei desesperada, imagina se aquilo tivesse sido um estupro (F1).

O relato acima chama a atenção pelos danos causados à vítima, que continua a reviver mnemonicamente o acontecimento. Nenhum tipo de violência deve ser negligenciado ou deve ter o seu efeito desconsiderado; assim, no momento das entrevistas um cuidado e uma escuta atenciosa foi direcionada aos participantes e alguns trechos da entrevista, ditos após o gravador ter sido desligado, foram desconsiderados a fim de preservar a individualidade e o sigilo garantido aos participantes.

Os tipos de violência sofrido por nossas participantes não devem ser considerados como casos individuais, pois todos os dias diversas mulheres ao redor do mundo são violentadas pelo simples fato de serem mulheres. Segundo Gomes (2003), a discussão sobre a mulher em situação de violência aparece traduzida na expressão violência contra a mulher.

Inicialmente, somente a violência doméstica era relatada como violência contra a mulher (Grossi, 1994), porém hoje já se percebe não só a ampliação das tipificações de violência, mas também a visibilidade que ela vem ganhando.

Em se tratando do assédio sexual, vivenciado pela participante no ato do assalto, cabe a nós discutir um pouco sobre a quase invisibilidade desse tipo de violência. Antes o uso da expressão assédio sexual se restringia ao ambiente de trabalho e por ser um local de predominância do sexo masculino, o que acontecia às mulheres nesses ambientes eram banalizado. Em 2015, mais especificamente em outubro, após uma série de comentários de cunho sexual nas redes sociais direcionados a uma menina de 12 anos, participante de um reality show de culinária, uma organização, a Think Olga, deu início a um movimento de incentivo às mulheres a relatarem e compartilharem em suas redes sociais os primeiros assédios sofridos. Em quatro dias 82 mil mensagens foram compartilhadas no Twitter, como apontou a organização⁶.

A iniciativa deu uma enorme visibilidade ao fenômeno por considerar o assédio sexual como uma violência, violência que acaba por se normatizar por conta do machismo. O assédio sexual aparece na forma de comentários invasivos às mulheres, “passadas de mão”, dentre outros feitos que desconsideram a mulher enquanto dona do seu próprio corpo, ou como diria Chauí (1980), que a colocam na condição de objeto. Por vezes, as mulheres se calam, por medo de retaliação ou de serem apontadas como responsáveis pelo assédio sofrido, por isso a necessidade de falar sobre a temática e de acolher os relatos de violência sofridos pelas mulheres, para que elas não voltem a se calar e para que não pensemos que o problema está resolvido.

As participantes F7 e F3 dizem que apanhavam dos pais quando eram crianças, mas que não sabem se podem considerar isso como uma violência, por ser a forma que os pais

⁶ <http://thinkolga.com/>

encontravam de puni-las e ensiná-las sobre o certo e errado. Enquanto F3 coloca-se desfavorável a tal atitude na criação dos filhos, F7 defende a prática como sendo educativa:

Na questão da educação também em casa, pai e mãe com os tapinhas pra corrigir, mas apesar de eu ser contra eu não considero isso como um ato de violência não. Era a forma que eles acharam de corrigir, apesar de eu não achar certo também, porque bater não resolve (F3).

Então, eu sei de casos, assim, mas de vivenciar... não sei se é considerado violência, mas eu falo que eu cresci com os castigos sendo com surra mesmo, já levei surra de mangueira e quando eu era criança eu queria quebrar tudo, eu ficava com muita raiva e escrevia que eu não gostava dos meus pais, coisas do tipo, mas quando eu era criança, mas depois que eu cresci eu vi que não há nada de errado, porque o que eu me tornei hoje foi por conta deles, pelas correções que eles me deram. Então eu não sei se quando eu tiver filhos, igual tem essas leis que falam de bater, eu não sei se acredito, porque passar a mão na cabeça da criança sempre não resolve, criança não tem discernimento, criança só vai parar quando receber uma punição que faça realmente ela não fazer mais aquilo (F7).

F6 diz não se lembrar de já ter sofrido qualquer tipo de violência. F2, além do assalto, cita que já sofreu bullying e violência verbal na internet: “Sim, bullying, já vi agressão física, violência física em rock. Pessoas agredindo verbalmente, internet. Nossa, internet então! Você chama a pessoa de idiota, disso, daquilo, colocar ela lá em baixo, falar que ela não presta pra nada, gente isso daí pra mim é surreal e infelizmente existe” (F2).

Nas falas percebemos que mesmo quem não sofreu violência, já presenciou cenas de violência ou conhece casos de pessoas que já vivenciaram, o que ratifica a importância em estudar um fenômeno que circunda todos os espaços da sociedade.

6.6. Violência envolvendo jovens nos locais de moradia

Os sentimentos de segurança ou de vulnerabilidade no local de moradia são sensíveis a variáveis sociocognitivas e ambientais, uma vez que muitas das avaliações que fazemos sobre o mundo a nossa volta têm implícitas comparações, como encontramos no estudo de Lima et al (2007): temos a tendência a considerar o próprio futuro como mais positivo do que o das outras pessoas; pessoas com uma forte identidade local tendem a minimizar os riscos ambientais na zona a que pertencem; pessoas mais identificadas com a sua cidade percebem menores riscos de sofrerem um terremoto do que os menos identificados; pessoas com altos índices de identificação com o lugar tinham níveis mais baixos de percepção de risco em relação à atividade de uma incineradora próxima, por exemplo.

A partir daqui vamos discutir o que foi trazido pelos participantes do sexo masculino. M1, conta sobre o decréscimo da violência (da percepção de violência) no bairro no qual reside, em virtude do policiamento constante, que segundo ele, garantiu um afastamento “das pessoas que não prestam” do bairro, então hoje já é possível circular tranquilamente pelo local, pois a violência já não é tão constante quanto já fora outrora.

O participante M2 compara a cidade natal à atual. Ele aponta a primeira cidade como mais tranquila, o bairro como calmo e a vizinhança mais presente. Apesar de o bairro atual ser percebido por ele como seguro e tranquilo, o jovem diz que frequentemente casos de assalto acontecem no bairro, pois “as pessoas voltam a pé falando ao telefone e às vezes de madrugada”, ele já presenciou assalto na cidade atual, mas nunca sofreu, pois é “ligeirinho” não fica “dando bobeira”, até porque não conhece as pessoas. Então percebe-se que na cidade natal, com um conhecimento e uma proximidade maior das outras pessoas, ele sentia-se mais seguro e tranquilo, podendo até “dormir de porta aberta e na calçada, pois nada nunca acontece”, mas na cidade atual, por não conhecer as pessoas, apesar de falar que se sente seguro, na prática está sempre correndo e se afastando, mantendo-se mais “em casa ou na

casa de algum amigo da faculdade estudando”, o que pode estar isolando-o do convívio com outras pessoas pela falta de confiança.

O participante M3, fala sobre nunca ter presenciado e de não ouvir falar muito de casos de violência envolvendo jovens no seu bairro. Já ouviu relatos de assalto e de agressões verbais entre jovens, mas não de violência física (expressada por ele como briga de rua).

O participante M4, habitante de um bairro que “tem gente muito rica, gente muito pobre e gente mais ou menos”, afirma que já sofreu violência no bairro:

Já fui assaltado e já sofri violência dos próprios moradores assim, é... coisas do dia a dia, por exemplo, no transporte coletivo, eu já fui agredido verbalmente no transporte coletivo, discussões assim, já fui distratado por vendedoras em lojas, mas se eu estivesse com o meu responsável, provavelmente o vendedor teria me tratado de outra forma, não é, mas como eu era novo, então tive outro tipo de tratamento. Mas no meu bairro eu já senti esse tipo de coisa sim” (M4).

Falando um pouco sobre os casos de violência praticados por jovens contra outros jovens, o participante diz que a violência acontece com frequência no seu local de moradia e cita alguns exemplos:

Eu já vi brigas de jovens, aquelas brigas de rua, meninas brigando, se tapeando. Nas saídas de escolas isso é muito frequente lá em algumas escolas públicas, porque tem muita agressão entre grupos de várias escolas e eu até já presenciei isso e já vi jovens sendo assaltados, já vi namorados batendo em namoradas e essas coisas assim, já presenciei bastante. E acontece com frequência, não é aquela coisa toda, mas constantemente você vê violência no dia-a-dia onde eu moro” (M4).

O participante M5 também relata já ter presenciado ações de violência envolvendo jovens, apesar de não ser algo tão frequente no bairro em que reside:

Já, já vi já, jovem vendendo drogas; brigas também entre jovens. Não é algo frequente não, mas ocorre aqui. Por ser um bairro mais residencial eu acho que já diminui bastante, é muita família que mora aqui, não é, então eu acho que é um pouco mais calmo do que os outros bairros. Tem menos assaltos, eu acho, em comparação a Jardim da Penha e Praia do Canto, eu acho assim, não tenho noção se é mesmo” (M5).

A fala de M6 vem ilustrar o quanto o contato e a afetividade em relação ao ambiente influencia e serve como um filtro perceptivo através do qual nos tornamos cegos ao enxergar o que se passa a nossa volta. Em mais detalhes, ele diz que a violência não é algo que acontece abertamente em seu bairro, que ele não vê e não o atinge, apesar de ser um bairro muito violento e marcado pelo tráfico de drogas:

Não, não é, não é mesmo, tipo assim, existe violência, existe gente morrendo e tal, mas é tipo assim porque a minha região é muito violenta e existe muito trafico de drogas. Tem uma questão relacionada ao tráfico, é bem subúrbio mesmo, é bem longe daqui, é região urbana, mais escondida, então esse problema de drogas e tal, a violência ela é existente, mas não é uma coisa aberta. Eu acho que tem muito isso de no bairro, a gente que mora, achar que não acontece nada, a gente é muito isso mesmo, porque a gente sabe que só rola coisa ruim com quem se mete com coisa errada, então se você se mete, se envolve com o tráfico, você pode morrer, sim eu acho que isso acontece, mas eu tenho muitos amigos que frequentam o bairro e eu também nunca fui roubado, a maioria das pessoas que eu conheço também nunca foram roubadas, então tipo, existe a violência, mas de um certo modo eu acho que ela não nos atinge tanto” (M6).

O participante M7 foi o único que relatou que na cidade natal, do interior, percebe a violência mais presente na realidade do que na capital:

Eu moro em um bairro um pouco isolado assim, principalmente à noite, porque é um bairro que não tem nenhum comércio, é mais residência, é considerado um bairro de classe alta, então

geralmente não tem muita coisa, que eu saiba, nunca ouvi notícias desse tipo de coisa por lá. Já na cidade que eu morava a violência era frequente demais, eu morava em um local onde a violência é bem frequente, até porque faz divisa com Minas e Rio, aí muitas vezes traficante do Rio de Janeiro vai pra lá, vai e assume lá o controle, então tem bastante violência lá, se você vê no site da rádio de lá, todo dia vai ter uma notícia nova de alguma coisa, todo dia” (M7).

Em relação aos casos de violência na juventude, ele diz que não lembra se já ouviu falar de algum caso de violência envolvendo jovens, mas que na cidade em que morava sim:

Lá na minha cidade já, mas aqui, que eu me lembre não. Lá já teve até o caso de dois meninos que brigaram e quase que um esfaqueou o outro, mas não chegou a acontecer nada muito grave com o menino não, mas já aconteceu isso de um ter esfaqueado o outro. É algo bem frequente, até aqui, porque eu acho que esse pessoal que comanda essas coisas do tráfico são todos jovens, não são adultos, no máximo com 30 anos, mais do que isso não. O pessoal que comanda e que faz as coisas na cidade, que rouba, que faz toda a violência não tem mais do que 30 anos não, conheço até muito mais jovem que isso, tem de 16 anos por aí” (M7)

As participantes, tal qual os participantes, se perceberam como mais seguras em seus locais de moradia, o que pode, em parte, ser corroborado com o estudo de Lima et al. (2007) sobre otimismo comparativo e identificação com o local de residência, uma vez que o processo de identificação das participantes aparece como indicador fundamental de percepção de segurança no seu local de moradia. Com exceção de F4, todas as participantes residiam em uma cidade considerada de grande porte, porém são oriundas de cidades de pequeno porte. Em suas falas a comparação entre os dois locais é bastante visível.

F1 e F2, ao compararem os dois locais de moradia expõe um forte vínculo com as cidades natal (cidades do interior do Estado do Espírito Santo), em virtude de terem passado a maior

parte da vida e das famílias ainda residirem nas mesmas. A imagem da cidade natal é positiva: os vizinhos conversam mais uns com os outros, há um sentimento maior de pertencimento a uma comunidade, e por estes motivos o que acontece no interior das casas extrapola tal ambiente; sentem-se mais seguras e não costumam observar tantos casos de violência. Em contrapartida, nas cidades em que residem atualmente (Vitória e Vila Velha, respectivamente), ambas dizem não ter conhecimento do que acontece no bairro por falta de contato com os vizinhos e que elas só escutam falar de casos de violência quando há o envolvimento da polícia, já que as pessoas não conversam entre si. Elas falam que o que é comum de se ver e de se ouvir falar está ligado a assaltos ou brigas de rua. F1, que já foi assaltada por jovens, diz que são em bairros como o seu, de classe média/alta, onde mais ocorrem casos de violência praticados por jovens, muitas vezes praticados por outros jovens. F2, entretanto, relata que não costuma saber de casos de violência, mas que já ouviu falar em assaltos no bairro.

F5, por sua vez, veio de uma cidade de grande porte para a capital. Em seu relato depreendemos que no bairro no qual cresceu e viveu a maior parte da vida, citado por ela como o bairro considerado mais violento da cidade onde reside - ela sentia-se segura e tinha a liberdade de circular nele a qualquer hora do dia sem nunca ter sido desrespeitada ou violentada por ninguém. Ela fala sobre o investimento midiático em “fazer parecer com que aquilo ali seja o fim do mundo, quando na verdade não é” (F5). Pois viveu ali durante muitos anos e nunca vivenciou ou presenciou nenhum caso de violência, tudo o que sabe é por meio da mídia. O bairro atual, na cidade de Vitória, é colocado como um local violento, como um local que “se você chegar lá a partir das 20h da noite, vai ver que é um ponto de prostituição e é uma cracolândia e você tem espaços com várias pessoas dormindo na rua, dormindo no chão, então ele é considerado violento por isso” (F5). Ela diz que nunca sofreu nenhum caso

de violência, o que pode dever-se ao fato de o seu marido ser morador do bairro desde que nasceu e conhecer a todos por lá.

O bairro, como ressaltamos anteriormente, é descrito pela participante como sendo circundado por morros, dentre os quais o mais alto pode ser considerado o mais violento; além disso, ela relata que a briga entre gangues do tráfico de drogas é uma realidade comum, pois constantemente eles se enfrentam em uma tentativa de demarcar território, uma briga pelo poder. Gangues que são formadas, em sua maioria, por jovens, jovens que acabam morrendo.

A participante F3, vinda de uma cidade do interior do Estado e residente atualmente em um bairro de classe média/alta, nos descreve a violência corriqueira praticada e sofrida por jovens no bairro no qual reside:

É difícil, eu não sei, depende... assim, quando no caso é assaltado, tipo aqui em Jardim da Penha, eu tenho muito medo e agora que eu estou morando mais pra lá tá muito perigoso, principalmente, estão assaltando mesmo e aí, essa questão do assalto assim, eu penso nessa questão da marginalização mesmo, porque não é gente daqui que está roubando, é gente que vem de outros cantos, e tem essa questão de que é um bairro residencial e vai pra lá e aproveita e rouba, então eu penso nisso, na marginalização mesmo. São pessoas de outros cantos e são mais jovens desfavorecidos. É muito comum violência envolvendo jovens no bairro, eles assaltam muito de bicicleta, enfim, é muito perigoso. Já passou de moto já, armado. Geralmente eles estão armados, é bem complicado (F3).

A referida participante aponta que nunca sofreu nenhum tipo de violência no bairro, mas que muitos amigos sim:

Não sofri violência no meu bairro, mas eu conheço muita gente que já deu uma bobeira assim e... estavam assaltando até dentro de uma Kombi, a Kombi estava parava e eles jogavam a pessoa pra dentro, mas aí prenderam o pessoal. Eu acho que não é jovem assim menor de

idade, eu acho que é um pouco mais velho. Mas geralmente eles passam de bicicleta e se você não ficar esperta eles roubam mesmo (F3).

A participante F4, residente de Vila Velha, não sofreu violência no bairro em que mora e acredita que o local é tão passível de violência quanto qualquer outro local, mas não é algo que acontece rotineiramente. Relata já ter presenciado brigas, citando como exemplos: brigas entre jovens em uma festa e agressão física sofrida por uma amiga e perpetrada pelo namorado da mesma, e assaltos.

A participante F6 diz já ter sabido de casos de assaltos praticados por jovens, “mas algum caso mais grave de assalto ou alguma violência mais grave sendo praticada por jovens” nunca ouviu falar. F7, ainda tem uma ligação maior com a cidade natal do que com a atual, pois ela estuda na atual, mas vai para a cidade natal aos finais de semana. Ela diz que na última não costuma ouvir relatos de violência, mas também não tem conhecimento sobre os casos que ocorrem no bairro em que reside atualmente, sabe que existe muita violência na cidade em geral, mas não sabe especificamente sobre o seu bairro. A mesma relata que quando trabalhava havia uma colega de trabalho que sofria violência do namorado, o que a deixava muito incomodada por não saber como a menina se sujeitava a tal relacionamento, mas que este foi o caso mais próximo de violência que ela já tomou conhecimento.

Apesar de citarem a presença da violência nos bairros que residem, sendo que alguns já foram vítimas nos próprios bairros, os jovens não expressam vontade de mudar e a identificação com o local faz com que eles se sintam menos sujeitos a serem vítimas de violência no bairro do que jovens que moram em outros bairros. Os locais são considerados, no geral, como tranquilos de viver, o agente de violência é alguém externo ao local.

Se considerarmos as funções que as representações podem exercer nas relações e nas práticas sociais – função de saber, função identitária, função de orientação, função justificadora (Abric, 1998), podemos citar as assertivas dos participantes em caracterizar o

local de moradia como “tranquilo” como uma tentativa de proteger a identidade e a imagem positiva do grupo, apesar do reconhecimento dos diversos elementos negativos que o circunda. De maneira sutil os participantes expressaram através de falas, risadas e brincadeiras uma supervalorização do seu bairro, uma tentativa de expressar características que justifiquem os adjetivos positivos usados para caracterizar o bairro em detrimento de outros, apontando a função identitária da representação do bairro como tranquilo. As falas dos participantes M1 e F5 são bem expressivas nesse sentido, F5 fala:

O bairro em que a minha mãe mora é considerado um dos bairros mais violentos da cidade, mas é o local mais tranquilo onde eu já morei, é incrível. Tem uma influência, a mídia faz parecer com que aquilo ali seja o fim do mundo, mas na verdade não é. Eu tinha a liberdade de andar lá qualquer hora do dia, da noite, da madrugada, e nunca, nunca nem falaram “oi, tchau ou boa noite” de uma maneira estranha comigo. É, então assim, dizer que eu vi, vivi e constatei a violência é mentira, não constatei e nunca estive assim perto de um caso, mas eu vejo em muitas notícias isso acontecendo (F5).

Os relatos expostos acima afirmam a necessidade de falar sobre a violência, para que ela não passe despercebida e nem seja encarada como normal. Os debates sobre o tema estão presentes nas conversas informais, do dia-a-dia, os jovens não citaram debates sobre a violência na juventude no espaço acadêmico. Os participantes M1, M3 e M7 afirmam que nunca falaram sobre o tema na Universidade, sendo que a violência só é falada nas conversas diárias e quando aparece algum caso que gera repercussão midiática.

M2 afirma que costuma debater a temática na universidade por conta do curso que estuda - Direito. E que quando algo do gênero é noticiado, conversa com a mãe, mas não é algo que faz com frequência. Conversa bastante com o pai, que gosta de ler notícias nos jornais. O jovem M4 relata que debate o tema na universidade, nas conversas com os amigos

e afirma que conversa bastante com amigos e família. M5 também conversa com família e amigos, na igreja debate e participa de movimentos que tentam promover relações sadias, ele afirma que nunca viu nenhum espaço de discussão da temática na universidade.

As pontuações das jovens não diferem do que foi colocado pelos meninos. F1 e F5 são as únicas que relatam debater a temática no ambiente acadêmico. A primeira diz conversar com a família e com os amigos, na universidade e fora dela. F5 diz que articula discursos sobre o tema na igreja, através dos programas sociais e na universidade, onde é possível um debate sobre o que poderia ser feito no âmbito político para inibir a violência.

F2 conversa com os amigos sobre casos que vê na televisão, casos de repercussão nacional, ou na sala de aula, indiretamente, ao falar sobre aceitação do diferente, mais especificamente sobre a violência não. Discute na família, pois existem casos de jovens que se envolveram com violência, um primo foi assassinado.

F3 fala sobre o costume de conversar sobre o tema com pessoas da mesma idade, como amigos e namorado. Não conversa muito com os pais. Na universidade ela ainda não presenciou nenhum debate sobre o tema. Para F6 a violência não é um tema que se faz presente nas suas redes de amigos e F7 diz que às vezes fala com a família, mas que não é algo tão discutido, pois ela só vê no jornal, não vê no dia-a-dia., então nos questionamos que o fato de a violência ser noticiada no dia a dia e está exposta nas redes sociais não é o suficiente para que se debata sobre ela.

Vale frisar que F1, F3 e M1 dizem que não conversam com pessoas que têm opiniões contrárias a respeito da redução da maioria penal, por medo de que a intolerância acabe por afastar aqueles mais próximos ou gere retaliação. As fontes de informação sobre a violência estão vinculadas aos meios de comunicação: televisão e jornal, e às redes sociais. Para os participantes de ambos os grupos, a televisão e as redes sociais são as principais fontes de informação e, através do que é apresentado por elas, os participantes se posicionam

e se informam diante do tema. Tais meios expressam diariamente cenas de violência protagonizadas por jovens, muitas vezes na íntegra.

7. Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo principal compreender as representações sociais de violência e suas relações com a juventude para jovens. Acreditamos que as compreensões acerca da violência na juventude devem ser investigadas a fim de se refletir melhor sobre o papel que o jovem ocupa neste fenômeno. Pois, como já foi citado na introdução, paradoxalmente ao que se pensa no senso comum, muito por influência midiática, os jovens acabam por ser mais vítimas do que perpetradores de violência (Waiselfisz, 2014). Adicionalmente, buscávamos compreender as estratégias preventivas conhecidas e as propostas pelos próprios jovens, tendo em vista os debates sobre a maioria penal, estratégia largamente debatida nos últimos anos e que vem mobilizando o nosso país a debater o tema e dividindo opiniões.

Segundo a Teoria do Núcleo Central, as RS só podem ser adequadamente identificadas quando se consegue apreender o seu conteúdo e a sua estrutura e só podem ser comparadas representações do mesmo objeto, mantidas por dois grupos. Elas só podem ser consideradas diferentes se os núcleos centrais tiverem composições visivelmente diferentes. Assim, por mais que o formato do estudo não nos possibilite conclusões oriundas da comparação entre os grupos de jovens, por ser necessário um estudo confirmatório da estrutura das representações sociais, que não foi feito pela limitação temporal da pesquisa, consideramos relevante comparar os resultados a fim de uma compreensão inicial e de assinalar temas que possam ser investigados em pesquisas futuras.

Os resultados possibilitaram observar semelhanças dos dois grupos em relação aos seguintes aspectos: estado civil (solteiro); categoria socioeconômica (classe média/baixa); cor racial (branca); pertencimento a uma família nuclear, sendo o pai e a mãe os principais contribuintes para o sustento da casa; não desenvolver atividade remunerada; representação

do jovem ancorada na percepção tradicional da juventude como uma fase de preparação para a vida adulta; associação entre juventude e drogas como um fator de risco para o envolvimento com a violência; imagem do jovem objetivada na imagem do jovem universitário (o estudante); incertezas quanto à eficácia da redução da maioridade penal enquanto instrumento preventivo à violência na juventude; educação como o principal investimento para prevenir a violência na juventude.

É possível notar com a pesquisa a lógica produtivista do contexto capitalista no qual vivemos se reflete na vida dos jovens no estudo e no preparo para o mercado de trabalho. A conjuntura capitalista desempenha papel fundamental na ancoragem das representações sociais de jovens e juventude, e na definição dos modos de vivência desse tempo. Deste modo, observa-se uma representação social do jovem como alguém que já não é mais adolescente, tendo em vista a responsabilidade em ingressar na universidade e investir no futuro profissional; mas também não é adulto, pois gozam de maior liberdade para se divertirem e ainda não precisam assumir tantas responsabilidades por permanecerem sob a tutela dos pais. A juventude, assim, foi caracterizada como o período que o jovem tem para se preparar para o futuro, um período de transição e ruptura.

Foi expressiva a comparação entre adolescência, juventude e idade adulta. O jovem, então, não deve se preocupar tanto com o presente, pois assim estaria se igualando aos adolescentes, que são impulsivos, rebeldes e turbulentos; eles precisam se dedicar ao futuro através do estudo, para se assemelhar mais aos adultos. Assim, parece que a juventude é pensada e vivenciada com base no passado – no que não se pode repetir- e no futuro – o jovem deve espelhar-se no adulto e, portanto, estudar para conseguir ser um adulto bem-sucedido. Ao que parece, não se espera que a juventude se dedique a vivenciar o presente, sob o risco deles se envolverem em situações disfuncionais, como o uso de drogas e a violência. A diversão, a balada, os amigos, o sexo e uso de drogas evidenciam a preocupação

do jovem em vivenciar o presente, o que não significa que eles estão descompromissados com o futuro, segundo o que foi apontado pelos nossos participantes.

Há uma expectativa social e familiar com relação aos jovens, sobretudo os das classes médias e altas, que estranha o jovem que não estuda e se envolve em episódios violentos, pois os mesmos, que deveriam ter como padrão o “bom” comportamento adulto, ou seja, do adulto que trabalha, consome e tem uma família, seguem para o lado contrário. Porém ao jovem ainda é permitida a transgressão, eles dispõem de certa liberdade para fazer quase tudo que desejam, desde que não esquecem suas obrigações.

O jovem autor de violência é aquele que foge do padrão ideal de juventude, objetivada na imagem do jovem estudante de classe média. Ao relacionarem o jovem autor de violência à imagem do “menino moreno”, objetivada na figura do menino negro, morador da favela, observa-se uma tentativa de proteção da identidade grupal, colocando o “problema” como aquilo que está fora do grupo.

O estereótipo do criminoso que é difundido na mídia é justamente o do jovem da periferia, esse outro que foge aos padrões sociais, que não têm acesso à educação, que está passível a se envolver com o tráfico. Um outro que na tentativa de se incluir na sociedade, na sociedade de consumo, através, por exemplo da ostentação e dos “rolezinhos”, são barrados e identificados instantaneamente como baderneiros, bandidos.

A mídia foi apontada pelos participantes do estudo como a principal fonte de informação sobre a violência na juventude, porém ao informar determinada notícia, muitas outras são deixadas de lado, por isso é válido questionar a imagem da juventude pobre e violenta, como sendo a do agressor. Há uma importância dada ao jovem quando ele é autor de violência e quase nenhuma atenção quanto aos homicídios e às violências diárias vivenciadas por eles.

O modo como eles encaram a violência também é influenciado pelo macrocontexto e pelo que é compartilhado nas relações diárias com a família, escola e amigos. O fato de a violência estar presente no cotidiano e não ser debatida na Universidade, nas conversas com os amigos ou com a família merece destaque. A Universidade é o local de primazia da juventude, como bem expressaram os participantes, e a violência não é só observada por eles nos noticiários ou em cenas cotidianas, mas também é vivenciada, porém nenhum espaço de discussão sobre este fenômeno tão relevante foi apontado.

As drogas foram ressaltadas em todas as tabelas das evocações e apareceram nas falas dos jovens em diversos momentos, ratificando a preocupação social com o envolvimento dos jovens com drogas, tendo em vista que o uso abusivo de substâncias psicoativas está relacionado de forma expressiva ao cometimento de atos infracionais. O envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas, na tentativa de alcançar inserção social, foi ressaltado como um caminho sem volta que atrai os jovens pela promessa de dinheiro fácil.

Consideramos importante frisar a relevância dos aspectos sociais e de gênero no modo como os jovens percebem, vivenciam e se posicionam diante da juventude e da violência, pois o estudo reforçou a ideia de que o modo como meninos e meninas são socializados molda a forma como eles se posicionam diante do mundo. As diferenças de gênero são observadas quando eles afirmam que os jovens do sexo masculino são os principais agressores e as principais vítimas de violência em virtude da socialização de gênero; ou quando eles afirmam que os homens se envolvem mais em episódios de violência física, tráfico de drogas e em crimes mais violentos, pois estão mais expostos; enquanto as mulheres são mais vítimas de violência praticada por homens, em casa, no trabalho, na rua, pelo simples fato de serem mulheres; e estão mais sujeitas a serem vítimas de violência física e sexual, sendo os homens os principais agressores. Enquanto os meninos jovens estariam mais envolvidos com a criminalidade, a menina é aquela que pratica mais violência verbal e

psicológica contra outras mulheres. Ressalta-se que apesar das diferenças existentes há um consenso nos dois grupos quanto aos principais agressores e vítimas.

Percebemos nas falas a diminuição da gravidade da violência verbal, sobretudo quando sofrida ou praticada pelas jovens. Uma maior atenção parece ser dada aos casos “mais graves”, como assaltos e violência física, violências mais comumente atrelada aos jovens do sexo masculino. Os jovens, nas falas dos participantes, praticam mais crimes, assaltos, assassinatos e reproduziriam o machismo contra os homens e as mulheres.

Os dados só reforçam as estatísticas de que os meninos jovens são mais vítimas de violência urbana do que as meninas jovens e do que os adultos, porém o fato da violência nas relações de namoro e da violência verbal e/ou psicológica não serem encaradas como causadoras de danos sérios pode favorecer a subnotificação das mesmas. Assim, temos que questionar o quanto as estatísticas sobre a violência na juventude conhecem, de fato, a magnitude da violência que atinge as jovens do sexo feminino, pois os estudos muitas vezes só tomam nota dos casos notificados.

Quando os participantes apontam que não saem na rua em determinado horário, não usa determinada roupa ou evita algum comportamento que possa ser considerado de risco para a vitimização por violência, eles estão se "responsabilizado" pela violência sofrida. Nos discursos observamos que os próprios jovens acabam adotando alocações que culpam os próprios jovens pela violência sofrida. No caso das jovens a culpabilização ainda é maior do que a que recai sobre os meninos. O tipo de vestimenta, por exemplo, é comumente utilizado para justificar a violência sexual e moral, como destacou o IPEA em 2015, afirmando que 65% dos brasileiros acreditava que mulheres usando roupas curtas ou decotadas mereciam ser atacadas. A propagação deste discurso além de contribuir para o silenciamento das vítimas, ainda contribui para a legitimação da prática.

A partir dos dados podemos observar uma rede de representações em torno da violência na juventude, na qual a juventude entendida como rebelde vai puxando outras significações. Assim, há um conhecimento socialmente partilhado sobre o que é ser jovem (estudante, alguém em preparação para a idade adulta) e como eles devem ser (quais comportamentos esperar deles), mas também sobre os perigos de uma juventude não direcionada para o caminho certo, no caso, a educação e o trabalho; e sobre como os jovens não devem ser - impulsivos, envolvidos com drogas, turbulentos, violentos-. E é justamente no conhecimento socialmente partilhado sobre o que o jovem não deve ser que se ancora a representação de violência na juventude, que seria um comportamento desviante praticado por jovens, muitas vezes privados de condições sociais básicas e excluídos socialmente. Se a juventude foi construída tendo o jovem de classe média como alvo e o adulto como padrão, não é de se estranhar que esse “jovem violento” seja justamente aquele que foge ao padrão.

A violência foi descrita como algo que prejudica a juventude e gera sofrimento. Os participantes, ao relatarem os episódios de violência vivenciados, expressam em suas falas o distanciamento das relações afetivas, o medo, a sensação de insegurança constante, a impotência e o estado constante de alerta. Apesar da nossa amostra não se enquadrar nos diversos perfis de jovens vítimas de violência, espantou-nos o fato de todos já terem sido vítimas de violência. Dentre as participantes do sexo feminino, a violência de gênero- nas relações de namoro, assédio moral e sexual se destacam. No caso dos meninos, a violência sob a forma de assalto, a violência que acontece nas ruas, com armas de fogo; a violência sofrida na infância, sob a forma do bullying, e a sofrida por policiais e professores chama a nossa atenção. Assim, nossos resultados demonstraram que pensar em vivências que favoreçam o desenvolvimento saudável de jovens, significa primeiramente pensar na estrutura econômica, ideológica e social em que vivemos, nas relações que estabelecemos

no dia a dia, pois a violência está, cada vez mais, isolando os sujeitos e afastando-os do convívio social.

Compreender as vivências de episódios violentos e as práticas cotidianas para prevenção da violência foi importante, pois há uma estreita relação entre representações e práticas, ou seja, as ações adotadas por eles são as que mais fazem sentido ao grupo de acordo com o que compõe as RS acerca do objeto. Os jovens falam de práticas no âmbito individual, como evitar lugares/pessoas/roupas, mas além deles ficarem privados de circular livremente na cidade, essas práticas não serão eficazes, a desigualdade e a categorização social ainda continuarão existindo. Ao tentar se afastar do problema – jovem negro, morador de periferia – corre-se o risco de aumentar ainda mais a desigualdade social.

Ainda sobre as estratégias preventivas, observou-se que os jovens, apesar de se posicionarem, não concordam que a redução da maioria penal vai diminuir a violência. Alguns julgam que a possibilidade da punição pode amedrontar os jovens, mas não estão certos sobre a influência do aumento da punição sobre a diminuição da criminalidade. Elementos importantes na prevenção que extrapolam o medo da punição, como a educação, o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares, o lazer produtivo, o apoio familiar, a melhoria no acesso e nas condições de trabalho, foram apontadas como estratégias possíveis de prevenir o envolvimento de jovens com a violência.

Adicionalmente ao que foi sugerido pelos jovens, e pensando na violência como um fenômeno relacional, que pode se instaurar em qualquer segmento da população, propomos estratégias que tentem abarcar as juventudes em suas especificidades, tais como: fóruns de discussão sobre a violência e sobre a promoção da igualdade nas redes sociais, sendo os jovens os protagonistas; favorecer relações sadias a partir do fortalecimento dos vínculos familiares ao promover espaços de discussões nas universidades; escutar o que os jovens pensam e esperam do futuro, para assim traçar junto a eles um planejamento de carreira ou

um planejamento de vida, mostrando-lhes o que ele pode fazer a partir do que se identifica; inserir a discussão sobre direitos no cotidiano dos jovens (mas não só); incentivar atividades de lazer que desenvolvam a criatividade e a autonomia dos jovens.

Em algumas falas (M1, M2, F1, F3) o psicólogo aparece como profissional a quem é incumbida a tarefa de “diagnosticar” e indicar o melhor “tratamento” para os jovens que se envolveram em atividades criminais, desse modo, temos que nos atentar para não reproduzir discursos que afirmem a associação entre juventude e violência, uma vez que ao invés de serem os principais algozes, os jovens são as principais vítimas da violência urbana, como falamos anteriormente. Há de se afirmar que dentre as diversas formas de se afirmar e se posicionar frente às adversidades do cotidiano, a violência é apenas uma das formas que as pessoas de variadas faixas etárias usam para se expressar. Assim, é válido que nos momentos em que fomos convocados a propor soluções ao chamado problema da violência na juventude, há de se ter o cuidado para olhar as trajetórias individuais para enxergar o jovem como ativo em sua socialização, valorizando-o não como alguém que vive uma fase com características pré-determinadas, mas como sujeitos que se portam diante do mundo de diversas formas e são capazes de solucionar os problemas diante de si.

É importante o desenvolvimento de ações articuladas com diversos profissionais e com a população para que estratégias como a redução da maioria penal, que está mais preocupada em encarcerar o jovem, dê lugar a ações protetivas que possibilitem um desenvolvimento sadio. Temos que reforçar a ideia de que momentos de lazer e autonomia não são sempre momentos propícios à prática de atividades ilícitas, os jovens, como seres sociais precisam conviver com os pares e precisar ser estimulados a pensar de forma criativa e autônoma. Precisamos romper com a estigmatização historicamente conferida às juventudes e aos representantes dessa fase da vida, e afirmar novamente o caráter positivo relacionado a eles e às suas práticas.

Acreditamos que o estudo possa contribuir para a construção de políticas para a juventude que visem proteger os jovens de situações de violência. Ressaltamos a importância de uma discussão mais aprofundada sobre violência na juventude e gênero, pois, como observou-se no estudo, as particularidades de gênero levam meninos e meninas a vivenciar a juventude e a se envolver com a violência sob diferentes formas. Esperamos que com esta reflexão possamos problematizar o modo como as políticas de prevenção à violência na juventude são construídas para homens e mulheres, pois a juventude não deve ser tratada como uma categoria uniforme, é preciso que as intervenções dialoguem com as formas de ser jovem para homens e mulheres.

O estudo apresenta algumas limitações que merecem ser consideradas. É importante que se frise que as conclusões que aqui chegamos não podem ser estendidas a outros contextos ou assumidas de forma generalizada, pois nos propomos a ouvir somente estudantes universitários. Se o estudo tivesse contemplado jovens da zona rural, por exemplo, certamente a influência do contexto iria acarretar em resultados bem diferentes. Os dados que obtivemos só dão indícios dos elementos que podem compor as representações sociais investigadas, é necessário que seja realizado o estudo de confirmação da centralidade. Sugerimos que sejam investigadas mais a fundo as relações entre os modos que a violência afeta os aspectos identitários dos jovens vitimados e agressores. É válido também discutir com os jovens, de forma mais aprofundada, como o gênero se relaciona com a prática e com a vitimização de jovens pela violência. É importante cruzar dados de pesquisas com jovens que vivem em diferentes contextos e realidades, fazem parte de diferentes grupos e classes sociais, pois elas poderão ajudar a entender melhor as juventudes brasileiras, as múltiplas facetas da violência e identificar estratégias preventivas que possam ser usadas em diversos contextos.

Referências

- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação – ANPED*, 5(7), 25-36. Recuperado de: http://anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_05_HELENA_WENDEL_ABRAMO.pdf
- Abramo, H. W. (2008). Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In Abramo, H. W. & Branco, P. P. M. (2008). *Retratos da juventude brasileira* (pp. 37-72). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Abramovay, M. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas / Miriam Abramovay et alii. – Brasília :UNESCO, BID, 2002. 192 p.
- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In: A.S.P. Moreira & D. C. Oliveira (orgs). (1998) *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp.27-38). 2ª ed. Goiânia: ABDR.
- Abric, J. C.(2000). *Núcleo Central das Representações Sociais*. 2º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, 4(8): 84-135
- Aguiar, W. M. J., Bock, A. M. B. & Ozella, S. (2001). A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo, Cortez: 163-178.
- Almeida, A. M. O. (2005) A pesquisa em representações sociais: Proposições teórico-metodológicas. In Santos, M. F. & Almeida, L. M. *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp.119-160). Alagoas: UFAL/ UFPE.

- Almeida A. M. O., Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A. (2002). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas de Psicologia*, 8(3), 257-267. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v8n3/v8n3a05.pdf>
- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., Diniz, G. S., & Trindade, Z. A. (Orgs.) (2006). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais*. Brasília: UnB.
- Almeida, J. F. A., Carvalho, K. D. C., Cruz, S. T. M., Carvalho, M. F. A. A. & Figueiredo, R. G. T. (2013). Alcohol use among of public school students. *Journal of Nursing UFPE*, 7(2). Recuperado de: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/3653>
- Alves, R. B.; Rosa, E. M. (2013). Prevenção da violência na adolescência: propostas existentes no Brasil e as possibilidades de atuação na saúde pública. *Adolesc Saude*. 2013;10(3):45-60. Recuperado de http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=380
- Alves-Mazzotti, A. J., (1994). Do trabalho à rua: uma análise das representações sociais produzidas por meninos trabalhadores e meninos de rua. In: VÁRIOS AUTORES. *Tecendo saberes*. Rio de Janeiro: Diadorim, Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ.
- Alves-Mazzotti, A. J., (2002). Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. *Revista Brasileira de Educação*, 19: 87-171. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a07>
- Arendt, Hannah (2009) *Sobre a Violência*. Civilização Brasileira, 182 p.
- Arruda, Ângela (2005). Despertando do pesadelo: a interpretação. In: Moreira, A. S. P., Camargo, B. V., Jesuíno, J. C. & Nóbrega, S. M. (Org.). (2005) *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. Editora Universitária, UFPB, Paraíba.

- Assis, S. G. & Constantino, P. (2003). Violência contra crianças e adolescentes: o grande investimento da comunidade acadêmica na década de 90 In: Minayo, M. C. S. & Souza, E. R. (org). Violência sob o olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro (RJ): FIOCRUZ, 163-98.
- Assis, C. L. (2013) “Entre tapas e beijos”: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes. *Psicologia e Saber Social*, 2(2), 229-242. Recuperado de: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/8796>
- Bandeira, C. M. & Hutz, C. S. (2012). Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. 16(1): 35-44.
- Bardin, L. (2007). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Bock, A. M. B., Furtado, O., Teixeira, M. L. T. (2008). *Psicologias. Uma introdução ao estudo da psicologia*, 14 ed. São Paulo: Saraiva.
- Borring, N. (2003). Redução da maioria penal no novo Código Civil. *Jornal da Segurança* (online), edição 77. Recuperado de: <http://www.segurancala.com.br/noticias/arquivo/015.htm>
- Brasil (2013). Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens e dá outras providências. Brasil, Distrito Federal: Casa Civil. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm
- Caram, D. (1978). *Violência na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Carrano, P. (2011). Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: F. Papa & M. Freitas (eds.) *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: 235-249.
- Cassab, C. (2011). Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, 17 (2): 145-159.

- Chauí, Marilena (1980). A não violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. In: *Almanaque 11. Educação ou desconversa?* Galvão, W. N., JR, Bento P. (coord.) São Paulo, pp. 16-24.
- Chauí, M. (1999). *Introdução à Filosofia*. Porto Alegre: Ed. Bertand Brasil.
- Chauí, Marilena (2003). Ética. Política e Violência. In: Camacho, T. (Org.). *Ensaio sobre Violência*. Vitória: 39-59.
- Chaves, A. M., & Silva, P.L (2013). Representações Sociais. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.). *Psicologia Social: temas e teorias* (pp. 413-464). Brasília: Technopolitik.
- Costa, D. M. F. (2011). Representações sociais da violência elaboradas por crianças e adolescentes vitimados e não vitimados. Tese de doutorado. Recuperado de: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgps/pdf/teses/2012/Danyelle%20Monte%20Fernades%20da%20Costa%202012.pdf>
- Coutinho, S. M. S., Cruz, S. T. M. & Alves, L. S. (2015). Representações sociais de violência para adolescentes do sexo feminino em bairros periféricos de Vitória/ES. IX Jornada de Representações Sociais e VII Conferencia Brasileira sobre representações sociais. Teresina, PI.
- Creswell, J. W. & Clark, V. L. P. (2013). *Pesquisa de métodos mistos*. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 288p.
- Cunha, P. I., Ropelato, R. & Alves, M. P. (2006). A Redução da Maioridade Penal: Questões Teóricas e Empíricas. *Psicologia ciência e profissão*, 2006, 26 (4), 646-659
- Cuneo, M. R. (2001) Inimputabilidade não é Impunidade. Derrube esse Mito. Diga não à Redução da Idade Penal. *Revista Igualdade*, 9(31): 22-37.
- Dahlberg, L. L. & Krug, E. G. (2007) Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1163-1178.

- Dayrell, J. & Carrano, P. C. R. (2003). Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. *Revista Jóvenes del Centro de Investigaciones y Estudios sobre Juventud*. México: CIEJUVIMJ. Recuperado de: http://www.uff.br/obsjovem/mambo/images/stories/Documentos/JOVENS_BRASIL_MEXICO.pdf
- Dlamini, S. N. (2008) *Beyond vulnerability: examining the educational experiences of vulnerable children in Tanzania*. Windsor: University of Windsor.
- Dlamini, S. N. (2015). Os jovens desafiam a comunidade: entre a esperança e a estigmatização. *Educ. Pesquisa*, São Paulo, 41, n. especial, 1229-1255.
- Espíndula, D. H. P., Alves, L. S., Carvalho, L. A., Almeida, M. B., Cruz, S. T. M. (2015). Representações Sociais de Crack e Adolescência na Imprensa Pernambucana. *Temas em Psicologia – 2015*, Vol. 23, nº 2, 281-292
- Figueroa-Perea, J-G. (2013). Algunas reflexiones sobre el estudio de los hombres desde el feminismo y desde los derechos humanos. *Estudios Feministas*, 21(1), 371-393.
- Fonayet, F. V. (2015). El impacto de la crisis entre los jóvenes en España (2015). *Revista estud. soc.* (54): 134-149.
- Goes-Piazzarollo, D. C. G. (2015). Fatores de risco e de proteção presentes na vida de adolescentes cumprindo liberdade assistida: permanência e evasão escolar (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Gomes, Romeu (2003) A mulher em Situações de violência sob a ótica da saúde. In: Minayo, M. C. S. & Souza, E. R (org.). *Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 199 – 222.
- Gómez, A., Gala, F. J., Lupiani, M., Bernalte, A., Miret, M. T., Lupiani, S. & Barreto, M. C. (2007). El “bullying” y otras formas de violencia adolescente. *Cuad Med Forense*,

13(48-49), 165-177. Retirado de:
http://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S113576062007000200005&script=sci_arttext

González, C. V. (2005). *Derecho penal juvenil europeo*. Madrid: Dykinson.

Gontijo, D. T., Alves, H. C., Paiva, M. H. P., Guerra, R. M. R. & Kappe, V. B. (2010) *Violência e Saúde: uma análise da produção científica publicada em periódicos nacionais entre 2003 e 2007*. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20(3), 1017-1054. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v20n3/v20n3a17.pdf>

Granja, E., Gomes, R., Medrado, B. & Nogueira, C. (2015). O (não) lugar do homem jovem nas políticas de saúde sobre drogas no Brasil: aproximações genealógicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(11):3447-3455.

Grossi, M. P. (1994). O masculino e o feminino na educação. Em E. P. Grossi & Bordin (Eds.) *Paixão de Aprender*, 252-258, Petrópolis, Vozes.

Guareschi, N., Weber, A., Comunello, L., & Nardini, M. (2006). Discussões sobre violência: Trabalhando a produção de sentidos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(1), 122-130.

Guimarães, S. P. & Campos P. H. F. (2007). Norma social violenta: um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicol. Reflex. Crit.* 20(2). Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000200003

Verges, P. (2002) *Conjunto de programas que permitem a análise das evocações: Manual* (traduzido).

Grosso, L. A. (2000). *Juventude, ensaios de sociologia e histórias das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difil.

- Grosso, L. A. (2006) A condição juvenil e as revoltas dos subúrbios na França. *Política & Sociedade*, 8, 89-121. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1805/1564>
- Grosso, L. A. (2015). Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13 (2), pp. 567-579.
- Kliksberg, B. (2006). O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. *RAP*, 40(5), 909-42. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a08v40n5>
- Krause, M., Torche, P., Velásquez, E., & Jaramillo, A. (2014) Social representations of violence among young Chileans involved in violence. *Psicoperspectivas: individuo y sociedade*. 13, 55-66. Recuperado de: <http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/384>
- Lehrer, J. A., Lehrer, E. L. & Oyarzún, P. B. (2009). Violencia sexual en hombres y mujeres jóvenes en Chile: Resultados de una encuesta (año 2005) a estudiantes universitarios. *Rev Méd Chile* 2009; 137: 599-608.
- Liberato, L. V. M. (2006). Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista. Tese (doutorado em sociologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Lima, M. L., Marques, S., Batel, S., Carvalho, S., Haldon, J. & Pornin, S. (2007). Estou mais seguro na minha cidade do que os outros: identidade com o lugar e otimismo comparativo na percepção de riscos urbanos. *Psicologia*, 21(2), 45-58. Recuperado de: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087420492007000200004&lng=pt&tlng=pt.

- Lopez, S. B. & Moreira, M. C. N. (2013a). Quando uma proposição não se converte em política? O caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens – PNAISAJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 1179-1186. Recuperado de <http://www.scielo.org/pdf/csc/v18n4/31.pdf>
- Lopez, S. B. & Moreira, M. C. N. (2013b). Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 1179-1186. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/20.pdf>
- Malta, D. C., Prado, R. R., Dias, A. J. R., Mello, F. C. M., Silva, M. A. I., Costa, M. R. & Caiaffa, W. T. (2014). Bullying e fatores associados em adolescentes brasileiros: análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 131-145. Recuperado de: http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v17s1/pt_1415-790X-rbepid-17-s1-00131.pdf
- Malta, D. C., Porto, D. L., Crespo, C. D., Silva, M. M. A., Andrade, S. S. C., Mello, F. C. M., Monteiro, R. & Silva, M. A. I. (2014). Bullying em escolares brasileiros: análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). *Revista Brasileira de Epidemiologia SUPPL PeNSE*, 92-105. Doi: 10.1590/1809-4503201400050008.
- Maranhão, J. H., Colaço, V. F. R., Santos, W. S., Lopes, G. S. & Coêlho, J. P. L. (2014). Violência, risco e proteção em estudantes de escola pública. *Fractal, Rev. Psicol.*, 26(2), 429-444. Recuperado de: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/download/853/999>
- Martins, P. O. (2002). As expectativas do ter e o fracasso do ser: representações sociais de adolescência e suicídio entre adolescentes. Dissertação de Mestrado. Recuperado de: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_417_.pdf

- Martins, M. J. D. (2005). O problema da violência escolar: uma classificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), 93-115.
- Martins, P. O, Trindade, Z. S. & Almeida, A. M. O. (2003) O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica*.
- Martins, J. C. de O., Lefevre, F., Lefevre, A. M. C., &Oliveira, G. R. T. (2012). O tempo livre com qualidade a partir de discursos coletivos. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 12(1-2), 41-72.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(1), 55-95.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (Eds.). (2009). *Violência, Bullying e Delinquência*, 1.ª ed. Lisboa: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos.
- Menandro, M. C. S., Trindade, Z. A. & Almeida, A. M. O. (2003) Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 55, n. 1, 42-55. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v55n1/v55n1a06.pdf>
- Menandro, M. C. S., Trindade, Z. A. & Almeida, A. M. O. (2010) *Gente Jovem reunida: Representações sociais da adolescência/juventude em textos jornalísticos*. GM editora: Vitória, ES.
- Minayo, M. C. de S. & Souza, E. R. (1998) 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde*, 4(3), 513-531. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf>

- Minayo, M. C. de S. (2010). Metodologia de pesquisa social e em saúde. In Minayo, M. C. S. (2010) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (pp. 39-53). São Paulo, 12^a ed.: Hucitec.
- Minayo, M. C. de S. (2007) A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1259-1267. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a15v11s0.pdf>
- Minayo, M. S. de C., Assis, S. G. & Njaine, K. (2011) Amor e Violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2011.
- Minayo, M. C. S. & Deslandes, S. F. A (1998). Complexidade das relações entre Drogas, álcool e Violência. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 14 (1):10-29,
- Minayo, M. C. de S. (2003). A violência dramatiza causas. In: Minayo, M. C. de S. & Souza, E. de R. (Org.). *Violência sob o olhar da saúde. A infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: 23 – 48.
- Moura, G. A. (2012). Violência no namoro e estilos parentais na adolescência. Compreensão das atitudes face à violência nas relações de namoro em adolescentes e a relação com a sua percepção dos estilos parentais. Dissertação de Mestrado. Recuperado de: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2280/1/14879.pdf>
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse son image et son public: Étude sur la représentation sociale de la psychanalyse*. Paris. P.U.F.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, Serge. (2009) *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 404 p.

- Moura, G. A. (2012). Violência no namoro e estilos parentais na adolescência. Compreensão das atitudes face à violência nas relações de namoro em adolescentes e a relação com a sua percepção dos estilos parentais. Dissertação de Mestrado. Recuperado de: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2280/1/14879.pdf>
- Nascimento, F. S. & Cordeiro, R. L. M. (2011). Violência no namoro para jovens moradores de Recife. *Psicologia & Sociedade*; 23 (3), 516-525.
- Nascimento-Schulze, C.M. & Camargo, B.V. (2000). Psicologia social, representações sociais e métodos. *Temas em Psicologia da SBP*, 8(3), pp. 287-299.
- Nascimento, C. R. R., & Trindade, Z. A. (2010). Criando meninos e meninas: Investigação com famílias de um bairro de classe popular. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 187-200.
- Neto, O. S. S. M. & Grillo, V. T. M. (1995). Recurso de Apelação nº 95.0000029-6, de Nova Londrina. *Revista Igualdade*, Curitiba, v. 9, pp.73-81, 1995.
- Oliveira, D. C., Sá, C. P., Fischer, F. M., Martins, I. S. & Teixeira, L. R. (2001). Futuro e liberdade: O trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 6(2), 245 – 258.
- Oliveira, D. C., Fischer, F. M., Amaral, M. A., Teixeira, M. C. T. V. & Sá, C. P. (2005). A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. *Psicologia: reflexão e crítica*, 18, 125-133.
- Oliveira, M. B., & Rosa, E. M. (2010) Juventude, violência e alteridade. *Temas em Psicologia* 18(1), 113–121. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a10.pdf>
- Oliveira, E. F. (2015). Vivências de lazer e de tempo livre: Estudos com jovens de classe média. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

- Ozella, S. (2003). A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: Ozella, S. (2003). *Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.
- Paixão, D. L. L., Almeida, A. M. O. & Lima, F. R. (2012). Representações sociais da adolescência por adolescentes e jovens. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 278-294.
- Pais, J. M. (1990) A construção sociológica da juventude—alguns contributos. *Análise Social*, 25(1), 139-165. Recuperado de: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>
- Pais, J. M. (2009). A juventude como fase da vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde Soc. São Paulo*, 18(3), 371-381. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n3/03.pdf>
- Pappámikail, L. (2004) Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 91-116. Recuperado de: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n46/n46a05>
- Pappámikail, L. (2010) Juventude(s), autonomia e sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 395-410, recuperado de: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8809.pdf>
- Peralva, A. T. (2007). O jovem como modelo cultural. In Fávero, O., Spósito, M. P., Carrano, P., Novaes, R. R. (Orgs). *Juventude e contemporaneidade* (pp. 15-24). Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd.
- Pecora, A. R. & Sá, C. P. (2008). Memórias e Representações Sociais da Cidade de Cuiabá, ao Longo de Três Gerações. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 319-325.
- Pires, A.P. (2004). A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos, *Novos Estudos. Cebrap*, 68 (3), 39-60.

- Pires, A. L. D & Miyazaki, M. C. O. S. (2005) Maus tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arq Ciênc Saúde* 12(1), 42-49.
Recuperado de: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2733.pdf>
- Porto, M. S. G. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias* [online]. 16(1), 250-273. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a10n16.pdf>
- Porto, M. S. G. (2009). Re-pensando crenças e valores: sociologia e representações sociais. In: Almeida, A. M. O. & Jodelet, D. (orgs.) (2009). *Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Tesaurus, 139-163.
- Palmonari, A. (2009). A importância da teoria das representações sociais para a psicologia. In: Almeida, A. M. O. & Jodelet, D. (orgs.) (2009). *Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Tesaurus, 139-163.
- Procópio, E. V. P., Feliciano, C. G., Silva, K. V. P. & Katz, C. R. T. (2014) Representação social da violência sexual e sua relação com a adesão ao protocolo de quimioprofilaxia do HIV em mulheres jovens e adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(6), 1961-1969, doi: 10.1590/1413-81232014196.08382013.
- Real, F. G. V. C. & Conceição, M. I. G. (2013). Representações Sociais de Parlamentares Brasileiros Sobre a Redução da Maioridade Penal. *Psicologia ciência e profissão*, 33 (3), 656 - 671
- Reis, S. L. de A. & Bellini, M. (2011) Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences* Maringá, 33 (2), p. 149-159, DOI: 10.4025/actascihumansoc.v33i2.10256.
- Roca, J. G. (2000). Mapas culturales para la nueva condición juvenil. *Sociedad y Utopia*, revista de Ciências Sociales, 15: 125-136

- Rodriguez, C. F. & Kovács, M. J. (2005). O que os jovens têm a dizer sobre as altas taxas de mortalidade na adolescência? *Imaginário*;11(11):111-136, recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200006&lng=pt&nrm
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sá, C. P. (2002). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Saffioti, H. I. B. (2004) *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (Coleção Brasil Urgente).
- Santos, M. F. S., Almeida, A. M. O., Mota, V. L., & Medeiros, I. (2010) Representação social de adolescentes sobre violência e suas práticas preventivas. *Temas em Psicologia*, 18(1), 191–203. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a16.pdf>
- Santos, M. F. S. & Aléssio, R. L. S. (2006). De quem é a culpa? Representações sociais de pais das zonas urbana e rural sobre adolescentes e violência. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, G. S. Diniz & Z. A. Trindade (Orgs.) *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais*. Brasília: UnB.
- Santos, J. A., Cabral-Xavier, A. F., Paiva, S. M. & Leite-Cavalcanti, A. (2014). Prevalência e Tipos de Bullying em Escolares Brasileiros de 13 a 17 anos. *Rev. salud pública*. 16 (2): 173-183. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v16n2.30302>
- Saraiva, J. B. C. (2002). *Direito penal juvenil: adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas* (2a. ed). Porto Alegre: Livraria do Advogado.

- Silva, S. É. D.; Camargo, B. V. & Padilha, M. I. (2011). A Teoria das Representações Sociais nas pesquisas da Enfermagem brasileira. *Rev Bras Enferm*, Brasília, 64(5): 947-51.
- Souza, C. Z. V. G. (2004). Juventude e contemporaneidade: Possibilidades e limites. *Última década*, 20, Cidpa Viña del Mar: 47-69.
- Stival, M. C. E. E. & Bergamo, E. A. (2009). Reflexões sobre a relação entre violência e poder: uma alternativa possível da prática educativa na perspectiva da escola unitária. IX Congresso Nacional de Educação, PUCPR. Recuperado de: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2443_1222.pdf
- Soares, C. (2000) De juventudes, transiciones y el fin de las certidumbres. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, UNESCO: 80-88.
- Soares, L. E. (2004) Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: Novaes, R. & Vannuchi, P. (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Takeiti, B. A. (2011) Juventude(s), modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michel Foucault. In: Spink, M. J. P.; Figueiredo, P.; Brasilino, J. (Orgs.). *Psicologia social e personalidade*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO: 59-75. ISBN: 978-85-7982-057-1.
- Taquetti, C. L. (2010). A gestão das políticas de juventude: o caso de Vitória, 2005-2010. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Recuperado de: http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Camila%20Lopes%20Taqueti_0.pdf
- Trindade, Z. A.; Santos, M. F. S. & Almeida, A. M. O. (2011). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: Almeida, A. M. O.; Santos, M. F. S.; Trindade, Z. A.

(Orgs.) *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília: TechnoPolitik, 101-121.

Valadão, C. C. (2013). *A gente não quer só comida: políticas públicas para a juventude no Espírito Santo* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

Valesan, S. (2015). Apresentação. In: Waiselfisz, J. J. (2015) *Mapa da violência 2015: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Recuperado de: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>

Vasconcellos, K. M. (2013) *A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos*. Tese de Doutorado.

Vavassori, M. B.; Toneli, M. J. F. (2015). *Propostas de Redução da Maioridade Penal: a Juventude Brasileira no Fio da Navalha?* *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1188-1205

Waiselfisz, J. J. (1998) *Mapa da Violência contra os Jovens no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond. Recuperado de: http://mapadaviolencia.org.br/publicacoes/MapaViolencia_1.pdf

Waiselfisz, J. J. (2007) *Relatório de Desenvolvimento Juvenil*. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana-RITLA; Instituto Sangari; Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Brasil. Recuperado de <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/relatorio-de-desenvolvimento-juvenil>

Waiselfisz, J. J. (2013a) *Juventude Viva. Homicídios e Juventude no Brasil*. Retirado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf

- Waiselfisz, J. J. (2013b) Mapa da violência: Homicídios e Juventude no Brasil. Brasília, DF. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf
- Waiselfisz, J. J. (2014) Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil. Brasil, DF. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf
- Wachelke, J. F. R. (2009). Índice de centralidade de representações sociais a partir de evocações (INCEV): Exemplo de aplicação no estudo da representação social sobre o envelhecimento. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 22(1), 102-110.
- WHO, World Health Organization (1986). *Young People's Health – a Challenge for Society*. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Technical Report Series 731. Geneva: WHO.

Apêndice A- Instrumento I

1. Na sua opinião, o que é violência?
2. O que você pensa sobre a juventude nos dias atuais?
3. Na sua opinião, os jovens se envolvem em situações de violência? Com que frequência?
4. Constantemente é possível observar na TV notícias que mostram a morte de jovens por causas violentas. Por que você acha que isso acontece?
5. Para você, o que leva um jovem a praticar um ato violento?
6. O que vem a sua cabeça quando você pensa em um jovem que praticou violência? E o que você pensa a respeito do jovem que foi vítima de uma situação violenta?
7. Por que o jovem é vítima e por que é agressor em situações de violência?
8. Na sua opinião, os jovens são mais vítimas ou agressores em situações de violência? Se eles são vítimas, quem seria o principal agressor? Quando ele é agressor, qual é a principal vítima?
9. Para você, homens e mulheres jovens sofreriam violência da mesma forma? Quem sofreria mais? Quem agride mais? Por quê?
10. Jovens de classe média e de classe baixa se envolveriam em episódios violentos da mesma forma? Sim ou não e Por quê?
11. Na sua opinião, quais seriam as principais consequências da violência para a juventude?
12. Vocês acham que os tipos e a frequência da violência na juventude mudaram ao longo dos anos? Por quê? O que está ainda está mudando?
13. Onde você obtém informações sobre a violência envolvendo jovens? Na sua instituição de ensino existe algum espaço para debater a temática? Você conversa sobre a violência com a sua família ou com amigos?
14. Você já vivenciou alguma situação entendida por você como violenta? Como foi?
15. Você poderia me falar um pouco sobre o seu local de moradia e sobre possíveis manifestações de violência no local?
16. Você já vivenciou presenciou ou ouviu falar de algum caso de violência envolvendo jovens no seu bairro? Poderia dar exemplo? É algo frequente?
17. Na sua opinião, como as situações de violência na juventude poderiam ser evitadas?
18. Você acha que é possível prevenir a violência praticada e sofrida por jovens?

19. No seu dia-a-dia, que tipos de ações poderiam ser consideradas formas de combater a violência e contribuir com a construção da paz?
20. Você visualiza alguma ação propulsora de relações sadias ou não violentas na sua comunidade, no seu grupo de amigos, na sua casa ou na sua igreja? Poderia citar exemplos?

Apêndice B- Instrumento II: Roteiro de entrevista semiestruturado

Questões de Associação Livre

Pensando no mundo atual, nas coisas que você tem ouvido e/ou vivido, escreva as cinco primeiras palavras ou expressões que vem a sua cabeça quando você escuta as palavras a baixo:

Jovens

- () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não

Violência

- () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não

Juventude

- () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não
 () _____ () Sim () Não

2. Agora, enumere as linhas de 1 a 5 de acordo com a importância que cada uma dessas palavras tem para você. A palavra mais importante deverá ter o número 1 e a menos importante o número 5.

3. Agora, tente avaliar a importância de cada palavra evocada marcando, com sim ou não, se é possível pensar no conceito de “violência”/”jovens”/”juventude” sem pensar em cada uma delas.

Questões sociodemográficas

Código: _____

Data: ___/___/_____

Bairro onde mora: _____

1. Sexo: a. Masculino b. Feminino

2. Idade: _____ anos

4. Cor:

a. Branca

b. Negra

c. Parda

d. Amarela

e. Indígena

5. Estado civil:

a. Solteiro

b. Casado

c. Mora junto

d. Separado/divorciado

e. Viúvo

f. Outros: _____

6. Com quem você mora? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. Pai

Mãe

b. Padrasto

Madrasta

c. Irmãos

Avô

d. Avó

Tios

e. Filho(s)

Companheiro(a)

f. Outros: _____

7. Quem são as pessoas que mais contribuem para o sustento na sua casa?

a. Você mesmo

b. Outros: Quem? _____

8. Quantas pessoas trabalham? _____

9. Qual o total da renda mensal familiar do seu domicílio?

Em média R\$ _____

não sabe

10. Qual a sua classe econômica?

Classe Alta Classe Média/Alta Classe Média/Baixa Classe Baixa

11. Você estuda? Sim Não

Qual curso? _____

12. A instituição de ensino que você estuda é pública ou particular?

13. Você recebe bolsa de estudo? Sim Não

14. Recebe algum auxílio do Governo (como bolsa família, ou algum outro tipo de apoio financeiro)? Sim Não

Qual? _____

Apêndice C- Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participantes

(Instrumento I- Questões sociodemográficas e de associação livre)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A ser lido e assinado pelos participantes da pesquisa, conforme exigido pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Título: Juventude e violência na compreensão de jovens: um estudo sobre representações sociais.

Orientanda: Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz

Orientadora: Edinete Maria Rosa

Parecer Comitê de Ética em Pesquisa:

_____ . Estou realizando uma pesquisa acerca da representação de jovens sobre a violência na juventude. O objetivo desse trabalho é compreender as representações sociais de violência e suas relações com a juventude para jovens.

Caso aceite, você será solicitado a responder um questionário com questões sociodemográficas e de associação livre de palavras, a ser realizada de forma individual ou coletiva, em dia e horário que será combinado. A coleta pode ter duração média de 25 minutos. Sua participação será totalmente voluntária. Você pode desistir dela a qualquer momento da coleta de dados, sem qualquer punição ou sanção.

Toda e quaisquer informações obtidas na pesquisa serão confidenciais, estando disponíveis somente para a equipe de pesquisadores. Serão criados nomes fictícios e as informações serão tratadas de modo a não possibilitar a sua identificação. Os resultados deste estudo poderão ser publicados em periódicos, respeitando todos os critérios éticos aqui mencionados.

A participação na pesquisa é voluntária e não acarretará nenhum ônus nem bônus financeiro para os participantes e também não deverá acarretar benefícios nem danos significativos para a saúde dos mesmos. Como benefício, podemos estimular a reflexão e o diálogo sobre o tema. A pesquisa envolve riscos mínimos. Como desconforto, a discussão poderá tocar em aspectos pessoais, revelando conflitos intra e interpessoais. Caso os incômodos provocados sejam relevantes, os participantes serão encaminhados para apoio

psicológico nas redes de assistência à saúde ou em clínicas escolas, como a da UFES, por exemplo.

Estaremos a disposição para quaisquer esclarecimentos antes, durante e depois da pesquisa.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações que se seguem, no caso de aceitar participar do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida, você poderá procurar o pesquisador ou o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, conforme informações abaixo:

- Pesquisador Responsável (orientador): Edinete Maria Rosa
Telefones: (27) 3335-2501 (Programa de Pós-graduação em Psicologia- UFES)
Email: edineter@gmail.com
- Comitê de Ética em Pesquisa da UFES, Campus Goiabeiras, Vitória/ES
Tel. (27) 4009-2430
E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com.

DESDE JÁ AGRADEÇO A COLABORAÇÃO

Atenciosamente

Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz

Pesquisadora

Após ter tomado conhecimento dos objetivos e procedimentos desta pesquisa: Eu, _____, RG _____, Endereço _____, concordo em participar do estudo realizado por Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz. Estou ciente que a participação será totalmente voluntária e que poderá ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Eu recebi uma cópia deste termo e possibilidade de lê-lo e esclarecer quaisquer dúvidas.

Assinatura do participante

Pesquisadora

Cidade: _____, ____/____/____.

Apêndice D- Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participantes
(Instrumento II - Entrevista individual)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

A ser lido e assinado pelos participantes da pesquisa, conforme exigido pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Título: Juventude e violência na compreensão de jovens: um estudo sobre representações sociais.

Orientanda: Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz

Orientadora: Edinete Maria Rosa

Parecer Comitê de Ética em Pesquisa:

_____. Estou realizando uma pesquisa acerca da representação de jovens sobre a violência na juventude. O objetivo desse trabalho é compreender as representações sociais de violência e suas relações com a juventude para jovens.

Caso aceite, você será solicitado a responder uma entrevista semiestruturada com questões sobre o seu local de moradia e possíveis manifestações de violência no local; a representação da violência; possíveis explicações/causas do fenômeno; estratégias preventivas; concepções sobre os jovens que se envolveram e/ou se envolvem em situações violentas; visões sobre as prováveis consequências do fenômeno na vida dos jovens. A entrevista será gravada em áudio e vai ser realizada de forma individual, em dia e horário que será combinado. A coleta pode ter duração média de 50 minutos. Sua participação será totalmente voluntária. Você pode desistir dela a qualquer momento da coleta de dados, sem qualquer punição ou sanção.

Toda e quaisquer informações obtidas na pesquisa serão confidenciais, estando disponíveis somente para a equipe de pesquisadores. Serão criados nomes fictícios e as informações serão tratadas de modo a não possibilitar a sua identificação. Os resultados deste estudo poderão ser publicados em periódicos, respeitando todos os critérios éticos aqui mencionados.

A participação na pesquisa é voluntária e não acarretará nenhum ônus nem bônus financeiro para os participantes e também não deverá acarretar benefícios nem danos significativos para a saúde dos mesmos. Como benefício, podemos estimular a reflexão e o diálogo sobre o tema. Como desconforto, a discussão poderá tocar em aspectos pessoais,

revelando conflitos intra e interpessoais. A pesquisa envolve riscos mínimos. Caso os incômodos provocados sejam relevantes, os participantes serão encaminhados para apoio psicológico nas redes de assistência à saúde ou em clínicas escolas, como a da UFES, por exemplo.

Estaremos a disposição para quaisquer esclarecimentos antes, durante e depois da pesquisa.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações que se seguem, no caso de aceitar participar do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida, você poderá procurar o pesquisador ou o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, conforme informações abaixo:

- Pesquisador Responsável (orientador): Edinete Maria Rosa
Telefones: (27) 3335-2501 (Programa de Pós-graduação em Psicologia- UFES)
Email: edineter@gmail.com
- Comitê de Ética em Pesquisa da UFES, Campus Goiabeiras, Vitória/ES
Tel. (27) 4009-2430
E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com.

DESDE JÁ AGRADEÇO A COLABORAÇÃO

Atenciosamente

Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz

Pesquisadora

Após ter tomado conhecimento dos objetivos e procedimentos desta pesquisa: Eu, _____, RG _____, Endereço _____, concordo em participar do estudo realizado por Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz. Estou ciente que a participação será totalmente voluntária e que poderá ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Eu recebi uma cópia deste termo e possibilidade de lê-lo e esclarecer quaisquer dúvidas.

Assinatura do participante

Pesquisadora

Cidade: _____, ____/____/____.

Apêndice E- Carta de Anuência

Carta de Anuência

À Direção da Instituição de Ensino

Através de um Projeto de Pesquisa desenvolvido pelo Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da UFES estamos investigando as representações sociais de violência e suas relações com a juventude para jovens de classe média e de classe baixa. A participação dos jovens consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada, que deverá levar, em média 50 minutos; e um questionário com questões sociodemográficas e de associação livre, que deverá levar 30 minutos.

A aplicação dos instrumentos questionário será realizada nas dependências físicas da escola e será solicitada a concordância, por parte da instituição e dos alunos na participação da pesquisa, sendo tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. Os participantes serão informados de que sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento, tanto os participantes, como a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Os dados obtidos através do projeto serão guardados no Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e destruídos após o período de cinco anos. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva, caso seja desejado pela escola e/ ou pelos participantes.

Agradecemos sua colaboração e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz, psicóloga e aluna do mestrado de psicologia da UFES, sob a orientação da Dr^a Edinete Maria Rosa, que compõe o quadro de professores do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da UFES e do Programa de Pós-Graduação da Psicologia da mesma instituição. Caso queiram entrar em contato com nossa equipe, os telefones disponíveis são 3145-4575 e 4009-2501.

Concordamos que os adolescentes matriculados nesta instituição escolar participem desta pesquisa.

Data: ___/___/_____ _____

Assinatura do representante da instituição

Data: ___/___/_____ _____

Assinatura da Pesquisadora